

PUBLICIDADE LEGAL

METALÚRGICA HASSMANN S.A. CNPJ/MF 89.772.065/0001-69 - NIRE 43 3 0001921-7

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA - Convidamos os Srs. Acionistas da METALÚRGICA HASSMANN S.A. ("Companhia"), a reunirem-se em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária que serão realizadas, cumulativamente, no dia 08 de maio de 2023, às 09:00 horas, na sede social da Companhia, localizada à Av. Dr. Ito João Snel, 178, em Imigrante - RS (CEP 95885-000), com a seguinte ordem do dia: **1. Em Assembleia Geral Ordinária:** 1.1. Examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022; 1.2. Deliberar sobre a proposta da Administração de destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos relativos ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2022; 1.3. Deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio aos acionistas; 1.4. Fixar a remuneração mensal global dos Administradores para o Exercício Social de 2023. **2. Em Assembleia Geral Extraordinária:** 2.1. Aumento do Capital Social da Companhia de R\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais), para R\$ 220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais), mediante a incorporação de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), da Conta Reserva de Lucros, e a consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social. Objetivando a otimização dos trabalhos preparatórios às Assembleias Gerais ora convocadas, vai recomendado aos Srs. Acionistas que pretendam se fazer representar através de mandatário com poderes especiais, que depositem na sede social da Companhia, ou enviem através de correio eletrônico para silvio@hassmann.com.br, no máximo, até 5 (cinco) dias antes da data da realização das Assembleias, o respectivo instrumento de Mandato. A Companhia informa também que aceitará, excepcionalmente, para essas Assembleias Gerais, como forma de facilitar a participação dos seus Acionistas, instrumentos de Mandato sem reconhecimento de firma, notariação ou consularização. O Acionista, ou o seu representante legal, deverá comparecer às Assembleias Gerais munido de documentos que permitam comprovar a sua identidade, sob pena de não lhe ser autorizada a participação nas mesmas. Em atendimento ao artigo 133, da Lei da Sociedade Anônima (Lei nº 6.404/76), vai comunicado que os documentos e as informações relativos às matérias a serem deliberadas pelas Assembleias Gerais, encontram-se à disposição na sede social da Companhia. Imigrante/RS, 24 de abril de 2023. CARLOS HASSMANN - Presidente do Conselho de Administração.

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

PET Investimentos S/A																																																																																			
CNPJ nº 04.859.798/0001-82																																																																																			
Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)																																																																																			
Balancos patrimoniais					Demonstrações dos resultados																																																																														
Ativo	31/12/2022	31/12/2021	Passivo	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021																																																																												
Caixa e equivalentes de caixa	287	34	Fornecedores	45	29	Receita operacional bruta																																																																													
Dividendos a receber	9.490	8.166	Dividendos a pagar	9.490	6.200	Prestação de serviços		300	395																																																																										
Impostos a recuperar	22	116	Impostos e encargos sociais	17	27	(-) Deduções da receita bruta																																																																													
Outros créditos	72	417	Total do passivo circulante	9.552	6.256	Impostos e contribuições sobre serviços		(43)	(56)																																																																										
Total do ativo circulante	9.871	8.733	Patrimônio líquido (Nota 5)			Receita operacional líquida		257	339																																																																										
Investimentos (Nota 4)	492.804	647.204	Capital social	222.549	222.549	Outras receitas (despesas)																																																																													
Imobilizado	1	179	Reservas de capital	-	122.248	Despesas administrativas		(336)	(514)																																																																										
Empresas interligadas	267	-	Reservas de lucros	230.947	154.796	Outras receitas (despesas), líquidas		-	1																																																																										
Devedores diversos	551	551	Ajustes de avaliação patrimonial	40.446	150.818	Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos		(79)	(174)																																																																										
Total do ativo não circulante	493.623	647.934	Total do patrimônio líquido	493.942	650.411	Receitas financeiras		15	116																																																																										
Total do ativo	503.494	656.667	Total do passivo e patrimônio líquido	503.494	656.667	Despesas financeiras		(5)	(6)																																																																										
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.																																																																																			
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido																																																																																			
	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial																																																																																
	Capital social	Reserva para novos investimentos	Reserva para novos investimentos	Lucros a realizar	Ajustes acumulados de outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total																																																																												
Em 01 de janeiro de 2021	86.347	122.248	17.269	67.662	273.819	200.224	767.569																																																																												
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	270.247	270.247																																																																												
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	(49.406)	(49.406)																																																																												
Aumento de capital social c/reservas	136.202	-	(17.269)	-	(118.933)	-	-																																																																												
Destinações do lucro:																																																																																			
Reserva legal	-	-	13.512	-	-	(13.512)	-																																																																												
Reserva p/novos investimentos	-	-	-	141.284	-	(141.284)	-																																																																												
Dividendos propostos	-	-	-	(67.662)	(154.886)	(115.451)	(337.999)																																																																												
Em 31 de dezembro de 2021	222.549	122.248	13.512	141.284	-	150.818	650.411																																																																												
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	218.241	218.241																																																																												
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	(110.372)	(110.372)																																																																												
Reversão reflexo debêntures emitidas por controlada	-	(122.248)	-	-	-	-	(122.248)																																																																												
Destinações do lucro:																																																																																			
Reserva legal	-	-	10.912	-	-	(10.912)	-																																																																												
Reserva p/novos investimentos	-	-	-	165.239	-	(165.239)	-																																																																												
Dividendos propostos	-	-	-	(100.000)	-	(42.090)	(142.090)																																																																												
Em 31 de dezembro de 2022	222.549	-	24.424	206.523	-	40.446	493.942																																																																												
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.																																																																																			
Notas explicativas às demonstrações financeiras																																																																																			
Nota 1 - Informações Gerais: A PET Investimentos S/A é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como atividade principal a participação em outras empresas, compra e venda de imóveis e administração de imóveis próprios, prestação de serviços de consultoria financeira. Nota 2 - Apresentação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Empresa, e foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma. Nota 3 - Principais Práticas Contábeis: a) Apuração do resultado: O resultado contábil é apurado em conformidade com o regime de competência. b) Caixa e equivalentes de caixa: Compõe este grupo o saldo Bancos Conta Corrente e Aplicações em CDB e Fundos de Investimentos registrados pelo custo de aquisição atualizado pelo indexador e/ou taxa de juros efetiva. c) Investimento: A participação em empresa controlada está avaliada pelo método da equivalência patrimonial, tendo como contrapartida a conta de resultado. As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às demonstrações financeiras individuais não diferem do <i>International Financial Reporting Standards</i> (IFRS) aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas. Dessa forma, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro																																																																																			
IFRS, emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB). d) Capital social: As ações são classificadas no patrimônio líquido, bem como aumentos e saldos de lucros ou prejuízos acumulados. Nota 4 - Investimento em Empresas Controladas:																																																																																			
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Informações sobre Controladas</th> <th colspan="2">Terramar</th> <th colspan="2">Girassol</th> </tr> <tr> <th>Investimentos S/A</th> <th>Investimentos S/A</th> <th>Investimentos S/A</th> <th>Investimentos S/A</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Número de ações</td> <td>4.461.794</td> <td>1.062.280</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Participação no capital social (%)</td> <td>20</td> <td>25</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Patrimônio líquido</td> <td>1.968.624</td> <td>396.320</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Capital social</td> <td>775.418</td> <td>157.417</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Lucro líquido do exercício</td> <td>873.249</td> <td>174.641</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Equivalência patrimonial</td> <td>174.649</td> <td>43.661</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Movimentação dos investimentos</td> <td>516.843</td> <td>130.361</td> <td>647.204</td> <td>647.204</td> </tr> <tr> <td>Saldo em 31/12/2021</td> <td>(140.090)</td> <td>-</td> <td>(140.090)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Dividendos recebidos ou a receber</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Outros componentes do resultado abrangente</td> <td>(59.879)</td> <td>(50.493)</td> <td>(110.372)</td> <td>(110.372)</td> </tr> <tr> <td>Reversão reflexo debêntures emitidas por controlada</td> <td>(97.798)</td> <td>(24.450)</td> <td>(122.248)</td> <td>(122.248)</td> </tr> <tr> <td>Resultado de equivalência patrimonial</td> <td>174.649</td> <td>43.661</td> <td>218.310</td> <td>218.310</td> </tr> <tr> <td>Total em 31/12/2022</td> <td>393.725</td> <td>99.079</td> <td>492.804</td> <td>492.804</td> </tr> </tbody> </table>										Informações sobre Controladas	Terramar		Girassol		Investimentos S/A	Investimentos S/A	Investimentos S/A	Investimentos S/A	Número de ações	4.461.794	1.062.280			Participação no capital social (%)	20	25			Patrimônio líquido	1.968.624	396.320			Capital social	775.418	157.417			Lucro líquido do exercício	873.249	174.641			Equivalência patrimonial	174.649	43.661			Movimentação dos investimentos	516.843	130.361	647.204	647.204	Saldo em 31/12/2021	(140.090)	-	(140.090)	-	Dividendos recebidos ou a receber					Outros componentes do resultado abrangente	(59.879)	(50.493)	(110.372)	(110.372)	Reversão reflexo debêntures emitidas por controlada	(97.798)	(24.450)	(122.248)	(122.248)	Resultado de equivalência patrimonial	174.649	43.661	218.310	218.310	Total em 31/12/2022	393.725	99.079	492.804	492.804
Informações sobre Controladas	Terramar		Girassol																																																																																
	Investimentos S/A	Investimentos S/A	Investimentos S/A	Investimentos S/A																																																																															
Número de ações	4.461.794	1.062.280																																																																																	
Participação no capital social (%)	20	25																																																																																	
Patrimônio líquido	1.968.624	396.320																																																																																	
Capital social	775.418	157.417																																																																																	
Lucro líquido do exercício	873.249	174.641																																																																																	
Equivalência patrimonial	174.649	43.661																																																																																	
Movimentação dos investimentos	516.843	130.361	647.204	647.204																																																																															
Saldo em 31/12/2021	(140.090)	-	(140.090)	-																																																																															
Dividendos recebidos ou a receber																																																																																			
Outros componentes do resultado abrangente	(59.879)	(50.493)	(110.372)	(110.372)																																																																															
Reversão reflexo debêntures emitidas por controlada	(97.798)	(24.450)	(122.248)	(122.248)																																																																															
Resultado de equivalência patrimonial	174.649	43.661	218.310	218.310																																																																															
Total em 31/12/2022	393.725	99.079	492.804	492.804																																																																															
Nota 5 - Patrimônio Líquido: a) Capital social: O capital social é de R\$ 222.549 (duzentos e vinte e dois milhões, quinhentos e quarenta e nove mil reais), dividido em 3.173.780 (três milhões, cento e setenta e três mil, setecentas e oitenta e quatro) ações ordinárias																																																																																			
nominativas e 3.173.779 (três milhões, cento e setenta e três mil, setecentas e setenta e nove) ações preferenciais nominativas e sem valor nominal. b) Reservas de lucros: <i>Reserva legal:</i> É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. <i>Reserva de investimentos:</i> Constituída conforme artigo 21, parágrafo terceiro do Estatuto Social, formada com base no saldo do lucro ajustado após deduzido os dividendos obrigatórios, não podendo exceder, em conjunto com a reserva legal, o valor do capital social. c) Ajustes de avaliação patrimonial: <i>Ajustes de outros Resultados Abrangentes:</i> São considerados efeitos das variações cambiais sobre investimentos em controladas no exterior, conforme demonstrado na Nota nº 4. Nota 6 - Instrumentos Financeiros: Em 31 de dezembro de 2022, a empresa não possuía nenhum instrumento financeiro derivativo. Os instrumentos financeiros ativos e passivos constantes no balanço patrimonial estão registrados a valores contábeis, os quais se aproximam aos valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas das práticas contábeis. A administração da empresa não realizou nos exercícios operações com derivativos e quaisquer outros ativos em caráter especulativo.																																																																																			
A Diretoria Iolanda Rubbo - Contadora CRC RS 51265-O/8																																																																																			

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

☎ (51) 99649-0062



Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

Palo Alto Investimentos S/A

CNPJ nº 03.948.383/0001-12

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Balancos patrimoniais		Passivo	Demonstrações dos resultados	
	31/12/2022	31/12/2021		31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	2.456	1.599	Fornecedores	49	24
Dividendos a receber	9.490	9.066	Dividendos a pagar	12.965	6.846
Impostos a recuperar	10	9	Impostos e encargos sociais	20	8
Outras contas a receber	94	76	Capital a integralizar	3.305	3.314
Total do ativo circulante	12.050	10.750	Total do passivo circulante	16.339	10.192
Investimento (Nota 4)	492.804	647.204	Patrimônio líquido (Nota 5)		
Propriedade para investimento	3.375	3.376	Capital social	222.906	222.906
Imobilizado	574	438	Reservas de capital	-	122.248
Total do ativo não circulante	496.753	651.018	Reservas de lucros	229.112	155.604
Total do ativo	508.803	661.768	Ajustes de avaliação patrimonial	40.446	150.818
			Patrimônio líquido total	492.464	651.576
			Total do passivo e patrimônio líquido	508.803	661.768

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Em 01 de janeiro de 2021	Reservas de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial		Lucros		Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	
	Capital social	Reserva de controlada	Reserva legal	Reserva para novos investimentos	Reserva a realizar	Ajustes acumulados de outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	269.598	269.598	216.498	269.598
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	(49.406)	(49.406)	(49.406)	-	-
Aumento de capital social	136.212	-	(17.338)	-	(117.974)	-	-	900	-	-
Destinações do lucro:										
Reserva legal	-	-	13.480	-	-	-	(13.480)	-	-	-
Reserva p/novos investimentos	-	-	-	142.124	-	-	(142.124)	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	(67.347)	(154.658)	-	(113.994)	(335.999)	-	-
Em 31 de dezembro de 2021	222.906	122.248	13.480	142.124	150.818	150.818	651.576	651.576	139.666	359.424
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	216.498	216.498	139.666	359.424
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	(110.372)	(110.372)	(110.372)	-	-
Reversão reflexo debêntures emitidas por controlada	-	(122.248)	-	-	-	-	-	(122.248)	-	-
Destinações do lucro:										
Reserva legal	-	-	10.825	-	-	-	(10.825)	-	-	-
Reserva p/novos investimentos	-	-	-	162.683	-	-	(162.683)	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	(100.000)	-	-	(42.990)	(142.990)	(609)	838
Em 31 de dezembro de 2022	222.906	24.305	204.807	40.446	40.446	40.446	492.464	492.464	(136.871)	(358.797)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Nota 1 - Informações Gerais: A Palo Alto Investimentos S/A é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como atividade principal a participação em outras empresas, compra e venda de imóveis e administração de imóveis próprios. **Nota 2 - Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Empresa, e foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma. **Nota 3 - Principais Práticas Contábeis:** a) **Apuração do resultado:** O resultado contábil é apurado em conformidade com o regime de competência. b) **Caixa e equivalentes de caixa:** Compõe este grupo o saldo Bancos Conta Corrente e Aplicações em CDB e Fundos de Investimentos registrados pelo custo de aquisição atualizado pelo indexador e/ou taxa de juros efetiva. c) **Investimento:** A participação em empresa controlada está avaliada pelo método da equivalência patrimonial, tendo como contra partida a conta de resultado. As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às demonstrações financeiras individuais não diferem do *International Financial Reporting Standards* (IFRS) aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas. Dessa forma, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). d) **Capital social:** As ações são classificadas no patrimônio líquido, bem como aumentos e saldos de lucros ou prejuízos acumulados. **Nota 4 - Investimento em Empresas Controladas:**

Informações sobre Controladas	Terramar Investimentos S/A	Girassol Investimentos S/A
Número de ações	4.461.794	1.062.280
Participação no capital social (%)	20	25
Patrimônio líquido	1.968.624	396.320
Capital social	775.418	157.417
Lucro líquido do exercício	873.249	174.641
Equivalência patrimonial	174.649	43.661
Movimentação dos investimentos	516.843	130.361
Saldo em 31/12/2021	174.649	43.661
Dividendos recebidos ou a receber	(140.090)	-
Outros componentes do resultado abrangente	(59.879)	(50.493)
Reversão reflexo debêntures emitidas por controlada	(97.798)	(24.450)
Resultado de equivalência patrimonial	174.649	43.661
Total em 31/12/2022	393.725	99.079

Nota 5 - Patrimônio Líquido: a) **Capital social:** O capital social é de R\$ 222.906 (duzentos e vinte e dois milhões, novecentos e seis mil reais), dividido em 3.796.806 (três milhões, setecentas e noventa e seis mil, oitocentas e seis) ações ordinárias nominativas e 3.796.803 (três milhões, setecentas e noventa e seis mil, oitocentas e três) ações

preferenciais nominativas e sem valor nominal. b) **Reservas de lucros:** *Reserva legal:* É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. *Reserva de investimentos:* Constituída conforme artigo 21, parágrafo terceiro do Estatuto Social, formada com base no saldo do lucro ajustado após deduzido os dividendos obrigatórios, não podendo exceder, em conjunto com a reserva legal, o valor do capital social. c) **Ajustes de avaliação patrimonial:** *Ajustes de outros Resultados Abrangentes:* São considerados efeitos das variações cambiais sobre investimentos em controladas no exterior, conforme demonstrado na Nota nº 4. **Nota 6 - Instrumentos Financeiros:** Em 31 de dezembro de 2022, a empresa não possuía nenhum instrumento financeiro derivativo. Os instrumentos financeiros ativos e passivos constantes no balanço patrimonial estão registrados a valores contábeis, os quais se aproximam aos valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas das práticas contábeis. A administração da empresa não realizou nos exercícios operações com derivativos e quaisquer outros ativos em caráter especulativo.

A Diretoria

Iolanda Rubbo - Contadora CRC RS 51265-O/8

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

☎ (51) 99649-0062



Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

Girassol Investimentos S/A

CNPJ nº 04.819.758/0001-07

Demonstrações Financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Balancos patrimoniais		Passivo	Demonstrações dos resultados	
	31/12/2022	31/12/2021		31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	2.523	1.465	Dividendos a pagar	9.490	6.334
Dividendos a receber	9.490	9.316	Cretores diversos	25	17
Impostos a recuperar	25	35	Total do passivo circulante	9.515	6.351
Outros créditos	32	32	Patrimônio líquido (Nota 5)		
Total do ativo circulante	12.070	10.848	Capital social	157.417	157.417
Investimentos (Nota 4)	393.725	516.843	Reservas de capital	-	97.798
Imobilizado	40	106	Reservas de lucros	70.167	37.616
Total do ativo não circulante	393.765	516.949	Ajustes de avaliação patrimonial	168.736	228.615
Total do ativo	405.835	527.797	Patrimônio líquido total	396.320	521.446
			Total do passivo e patrimônio líquido	405.835	527.797

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Em 01 de janeiro de 2021	Demonstrações das mutações do patrimônio líquido					Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total	Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	
	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	de outros resultados abrangentes	Lucros acumulados				31/12/2022	31/12/2021
	Capital social	Debêntures conversíveis de controlada	Reserva legal	Reserva para novos investimentos	Lucros a realizar					
	64.250	97.798	12.849	28.198	209.537	200.940	613.572			
Aumento de capital social c/reservas	93.167	-	(12.849)	-	(80.318)	-	-			
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	216.199	216.199		
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	27.675	-	27.675		
Destinações do lucro:										
Reserva legal	-	-	10.810	-	-	-	(10.810)	-		
Reserva p/novos investimentos	-	-	-	26.806	-	-	(26.806)	-		
Dividendos propostos	-	-	-	(28.198)	(129.219)	-	(178.583)	(336.000)		
Em 31 de dezembro de 2021	157.417	97.798	10.810	26.806	209.537	228.615	521.446			
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	174.641	174.641		
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	(59.879)	(59.879)		
Reversão reflexo debêntures	-	(97.798)	-	-	-	-	-	(97.798)		
Destinações do lucro:										
Reserva legal	-	-	8.732	-	-	-	(8.732)	-		
Reserva p/novos investimentos	-	-	-	50.625	-	-	(50.625)	-		
Dividendos propostos	-	-	-	(26.806)	-	-	(115.284)	(142.090)		
Em 31 de dezembro de 2022	157.417	97.798	19.542	50.625	209.537	168.736	396.320			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Nota 1 - Informações Gerais: A Girassol Investimentos S/A é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como atividade principal a participação em outras empresas, compra e venda de imóveis e administração de imóveis próprios. **Nota 2 - Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Empresa, e foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma. **Nota 3 - Principais Práticas Contábeis:** a) **Apuração do resultado:** O resultado contábil é apurado em conformidade com o regime de competência. b) **Caixa e equivalentes de caixa:** Compõe este grupo o saldo Bancos Conta Corrente e Aplicações em CDB e Fundos de Investimentos registrados pelo custo de aquisição atualizado pelo indexador e/ou taxa de juros efetiva. c) **Investimento:** A participação em empresa controlada está avaliada pelo método da equivalência patrimonial, tendo como contra partida a conta de resultado. As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às demonstrações financeiras individuais não diferem do *International Financial Reporting Standards (IFRS)* aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em

controladas nas demonstrações separadas. Dessa forma, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. d) **Capital social:** As ações são classificadas no patrimônio líquido, bem como aumentos e saldos de lucros ou prejuízos acumulados. **Nota 4 - Investimento em Empresa Controlada: Informações sobre Controlada:**

Terramar Investimentos S/A	Saldo em 31/12/2021
Número de ações	4.461.794
Participação no capital social (%)	20
Patrimônio líquido	1.968.624
Capital social	775.418
Lucro líquido do exercício	873.249
Equivalência patrimonial	174.649
Movimentação do investimento	
Saldo em 31/12/2021	516.843
Dividendos recebidos ou a receber	(140.090)
Outros componentes do resultado abrangente	(59.879)
Reversão reflexo debêntures emitidas por controlada	(97.798)
Resultado de equivalência patrimonial	174.649
Total em 31/12/2022	393.725

Fluxos de caixa das atividades operacionais	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	174.641	216.199
Ajustes para:		
Depreciação	66	67
Resultado de equivalência patrimonial	(174.649)	(216.262)
Total do lucro ajustado	58	4
Variações nos ativos e passivos	18	(11)
Diminuição/(aumento) de contas a receber	10	(8)
Aumento/(diminuição) do contas a pagar	8	(4)
Aumento em outros impostos líquidos	-	1
Outras atividades operacionais	139.916	359.424
Dividendos recebidos	139.916	359.424
Caixa líquido originado pelas atividades operacionais	139.992	359.417
Fluxos de caixa de atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(138.934)	(361.019)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(138.934)	(361.019)
Aumento / (Diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	1.058	(1.602)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	1.465	3.067
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	2.523	1.465

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nota 5 - Patrimônio Líquido: a) **Capital social:** O capital social é de R\$ 157.417 (cento e cinquenta e sete milhões, quatrocentos e dezessete mil reais), dividido em 4.249.020 (quatro milhões, duzentas e quarenta e nove mil e vinte) ações ordinárias nominativas e 100 (cem) ações preferenciais nominativas e sem valor nominal. b) **Reservas de lucros:** *Reserva legal:* É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. *Reserva de investimentos:* Constituída conforme artigo 20, parágrafo terceiro do Estatuto Social, formada com base no saldo do lucro ajustado após deduzido os dividendos obrigatórios, não podendo exceder, em conjunto com a reserva legal, o valor do capital social. c) **Ajustes de avaliação patrimonial:** *Ajustes de outros Resultados Abrangentes:* São considerados efeitos das variações cambiais sobre investimentos em controladas no exterior, conforme demonstrado na Nota nº 4. **Nota 6 - Instrumentos financeiros:** Em 31 de dezembro de 2022, a empresa não possuía nenhum instrumento financeiro derivativo. Os instrumentos financeiros ativos e passivos constantes no balanço patrimonial estão registrados a valores contábeis, os quais se aproximam aos valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas das práticas contábeis. A administração da empresa não realizou nos exercícios operações com derivativos e quaisquer outros ativos em caráter especulativo.

A Diretoria

Iolanda Rubbo - Contadora CRC RS 51265-O/8

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

- ✉ agencias@jornaldocomercio.com.br
- ✉ comercial@jornaldocomercio.com.br
- ☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338
- ☎ (51) 99649-0062



Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC

Hassmann S.A. **METALÚRGICA HASSMANN S.A.**
 CNPJ nº 89.772.065/0001-69 – NIRE nº 43 3 0001921 7

Relatório da Diretoria
 Senhores Acionistas: Em cumprimento aos dispositivos legais e estatutários, a Administração da METALÚRGICA HASSMANN S/A tem a satisfação de apresentar-lhes a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, referentes ao exercício social de 2022. As vendas atingiram 22.09 mil toneladas de produtos no exercício de 2022. A receita operacional líquida alcançou R\$ 520,0 milhões no período. A margem bruta (lucro bruto dividido pela receita operacional líquida de vendas) ficou em 34,57% no ano de 2022. A Companhia apurou um lucro líquido de R\$ 94,187 milhões neste período, representando R\$ 1.635,65 por ação. Em 31 de dezembro de 2022, o Patrimônio Líquido da

Companhia era de R\$ 313,842 milhões, representando um valor patrimonial de R\$ 5.554,36 por ação. Os investimentos em ativo imobilizado totalizaram R\$ 15,083 milhões no exercício. Na dívida bruta da Companhia não existe qualquer tipo de financiamento bancário, composta unicamente por débitos de funcionamento: fornecedores, provisões de tributos, salários, encargos e acionistas. Sugere a administração a distribuição do dividendo mínimo estatutário de 6,116 milhões e como remuneração de juros sobre o Capital Próprio de 16,253 milhões. Os administradores por unanimidade de votos deliberaram sobre a concordância com as Demonstrações Financeiras relativas a este exercício social. A Administração da METALÚRGICA HASSMANN S.A. reafirma seu objetivo de manter o crescimento sustentável da Companhia, trabalhar pela sua constante afirmação no mercado como uma empresa socialmente responsável, de excelência, e governança. Aproveita ainda para agradecer aos Clientes, Fornecedores e Colaboradores pela dedicação, comprometimento e escolha no relacionamento. Reconhece aos Acionistas e externa os mais sinceros agradecimentos pela confiança depositada no agora e no futuro. Outros e finalmente, em cumprimento aos dispositivos legais e do Estatuto Social, nós membros da administração, divulgamos as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 da METALÚRGICA HASSMANN S.A., de qualquer forma, continuamos à disposição dos(as) senhores(as), para esclarecer dúvidas que eventualmente decorram da interpretação dos instrumentos contábeis ora apresentados. Imigrante/RS, 12 de abril de 2023. CARLOS HASSMANN - Diretor Presidente da Companhia e Presidente do Conselho de Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e de 2021 (Em reais - R\$ mil)				
	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
ATIVO	NE			
CIRCULANTE	291.800	225.146	294.339	225.535
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	48.104	17.457	54.714	18.292
Clientes.....	78.141	70.126	65.253	64.411
Adiantamentos.....	1.058	1.242	1.063	1.242
Estoque.....	163.016	134.545	171.636	139.814
Impostos a Recuperar.....	774	1.052	774	1.052
Despesas Antecipadas.....	707	724	899	724
NÃO CIRCULANTE	100.747	93.419	98.440	93.262
Ativos Financeiros ao Valor Justo.....	18.142	19.415	18.102	19.415
Impostos a Recuperar.....	1.505	620	1.505	620
Depósitos Judiciais.....	36	56	36	56
Outros Créditos.....	86	-	229	-
Investimentos.....	2.563	265	113	108
Imobilizado.....	78.455	73.063	98.440	73.063
TOTAL DO ATIVO	392.547	318.565	392.779	318.797

PASSIVO E PATRIMÔNIO					
	Controladora		Consolidado		NE
	2022	2021	2022	2021	
LÍQUIDO					
CIRCULANTE	69.112	65.430	69.344	65.662	
Fornecedores.....	28.124	25.454	28.343	25.685	10
Salários, Ordenados e Encargos.....	4.317	3.998	4.317	3.998	
Impostos e contribuições a recolher.....	4.021	4.453	4.021	4.453	11
Outras Contas a Pagar.....	976	986	976	987	
Participações no Resultado a Pagar.....	8.620	7.577	8.620	7.577	
JCP e Dividendos a Pagar.....	22.369	22.200	22.369	22.200	12d
Adiantamentos de Clientes.....	685	762	698	762	
NÃO CIRCULANTE	3.593	4.300	3.593	4.300	
Impostos Diferidos.....	3.557	4.096	3.557	4.096	17
Provisões e outras Contas a Pagar.....	36	204	36	204	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	319.842	248.835	319.842	248.835	
Capital Social.....	180.000	130.000	180.000	130.000	12a
Reserva Legal.....	18.937	14.228	18.937	14.228	12b
Ajuste Avaliação Patrimonial.....	8.004	8.812	8.004	8.812	12c
Reserva de Lucros.....	112.901	95.795	112.901	95.795	
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	392.547	318.565	392.779	318.797	

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e de 2021 - (Em reais - R\$ mil)				
	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro líquido do exercício	94.187	93.473	94.187	93.473
Outros Componentes do Resultado Abrangente.....	(808)	712	(808)	712
Resultado abrangente do exercício	93.379	94.185	93.379	94.185

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e de 2021 - (Em reais - R\$ mil)				
	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021

Receita Líquida de Vendas.....	13	516.765	425.806	520.842	424.407
Custo dos Produtos Vendidos.....	14	(341.731)	(250.968)	(340.767)	(248.284)
Resultado Bruto		175.034	174.838	180.075	176.123
Receitas (Despesas) Operacionais					
Despesas com Vendas.....	14	(22.686)	(19.112)	(24.593)	(19.982)
Despesas Gerais e Administrativas.....	14	(25.588)	(23.004)	(26.426)	(23.052)
Outras Receitas (Despesas).....	14	1.294	(900)	1.329	(862)
Resultado Equivalência Patrimonial.....	8	2.327	401	-	-
Resultado antes do IRPJ e CSLL		(44.653)	(42.615)	(49.690)	(43.896)
Result. Antes do Resultado Financeiro		130.381	132.223	130.385	132.227
Receitas Financeiras.....	15a	10.866	8.058	10.866	8.058
Despesas Financeiras.....	15b	(8.599)	(3.089)	(8.603)	(3.093)
Resultado Antes do IRPJ e CSLL		132.648	137.192	132.648	137.192
IRPJ e CSLL correntes.....	16	(38.461)	(43.719)	(38.461)	(43.719)
Lucro líquido do exercício		94.187	93.473	94.187	93.473

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e de 2021 - (Em reais - R\$ mil)					
	Controladora		Consolidado		NE
	2022	2021	2022	2021	

Saldo em 31/dezembro/2020.....	100.000	9.554	65.033	8.100	182.687
Incorporação de reservas.....	30.000	-	(30.000)	-	-
Reconhecimento de valor justo.....	-	-	666	-	666
Ajuste de conversão cambial.....	-	-	46	-	46
Destinação do resultado:					
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	93.473	93.473
Reserva legal.....	-	4.674	-	(4.674)	-
JSCP e dividendos.....	-	-	(22.200)	(22.200)	(22.200)
JSCP e dividendos adicionais.....	-	-	(5.837)	-	(5.837)
Reserva de lucros.....	-	-	66.599	(66.599)	-
Saldo em 31/dezembro/2021	130.000	14.228	95.795	8.812	248.835
Incorporação de reservas.....	50.000	-	(50.000)	-	-
Reconhecimento de valor justo.....	-	-	(774)	-	(774)
Ajuste de conversão cambial.....	-	-	(34)	-	(34)
Destinação do resultado:					
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	94.187	94.187
Reserva legal.....	-	4.709	-	(4.709)	-
JSCP e dividendos.....	-	-	(22.369)	(22.369)	(22.369)
JSCP e dividendos adicionais.....	-	-	(3)	-	(3)
Reserva de lucros.....	-	-	67.109	(67.109)	-
Saldo em 31/dezembro/2022	180.000	18.937	112.901	8.004	319.842

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - METODO INDIRETO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e de 2021 - (Em reais - R\$ mil)				
	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021

Resultado antes do IRPJ e CSLL		132.648	137.192	132.648	137.192
Ajustes p/ reconciliar o resultado do exercício com o caixa gerado pelas ativ. operacionais.....	9	9.679	8.740	9.679	8.740
Depreciações.....	8	(2.327)	(401)	-	-
Resultado de equivalência patrimonial.....	6	(124)	6	(124)	6
Provisão para obsolescência.....	6	139.876	145.537	142.203	145.938
Lucro do Exercício Ajustado		1.279	(21.181)	(10.141)	(26.160)
(Aumentos) red. nos ativos/passivos operacionais:.....					
(Aumentos) Redução Contas a Receber.....	(9.294)	(4.603)	-	-	-
(Aumentos) Redução Estoques.....	(28.347)	(66.278)	(31.726)	(71.137)	
(Aumentos) Redução Outros Ativos.....	1.855	6.251	1.515	6.251	
Aumento (Redução) Fornecedores.....	2.670	9.443	11.952	14.166	
Aumento (Redução) Imp. e Contribuições.....	(432)	170	(432)	170	
IR e Contribuições Sociais pagas.....	(39.539)	(42.392)	(39.539)	(42.392)	
Aumento (Redução) Outros Passivos.....	2.083	5.783	2.094	5.780	
Caixa liq. ger. pelas ativ. operacionais		70.151	32.280	75.926	32.616
Aquisições de Imobilizado.....	9	(15.003)	(23.245)	(15.003)	(23.245)
Participações Sociais/Controladas.....	8	(2.298)	8	(2.298)	8
Caixa liq. cons. ativ. de investimentos		(17.301)	(23.237)	(17.301)	(23.237)
Dividendos e Juros sobre o Capital pagos.....	(22.203)	(13.645)	(22.203)	(13.645)	
Caixa liq. cons. ativ. de financiamento		(22.203)	(13.645)	(22.203)	(13.645)
Aum. (red.) liq. no caixa e equiv. de caixa		30.647	(4.602)	(36.422)	(4.266)
Caixa e equiv. de caixa - início do período		17.457	22.059	18.292	22.558
Caixa e equiv. de caixa - fim do período		48.104	17.457	54.714	18.292

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e de 2021 (Valores expressos em reais - R\$ mil)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Metalúrgica Hassmann S.A. com sede e foro na cidade de Imigrante/RS tem por atividade principal a industrialização e comercialização de artefatos metalúrgicos de fixação, como parafusos, porcas, tirantes, inclusive especiais e de alta resistência. A Companhia foi constituída em 01/10/1955 na forma de sociedade LTDA e agraciada e Sociedade Anônima em 1971. A Companhia atende o mercado automotivo, agrícola, caminhões, e máquinas pesadas e possui fixadores na linha Standard e Especial.
2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade. A Administração da Companhia entende que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão sendo evidenciadas, atendendo aos requisitos mínimos e, ao mesmo tempo, divulgando somente informações relevantes, que auxiliem os leitores na tomada de decisões, correspondendo às utilizadas por ela na sua gestão. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Diretoria em 15 de março de 2023. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados instrumentos financeiros avaliados a valor justo conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais - moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio das datas das transações. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento.
3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: As demonstrações financeiras compreendem o período de atividade iniciado em 01 de janeiro e encerrado em 31 de dezembro de 2022. As contas de Receitas e Despesas foram apropriadas no resultado pelo regime de competência. As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas com a sua controladora. **3.1. Receita:** A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que o controle inerente às mercadorias é transferido para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. As devoluções e descontos incondicionais são reconhecidos e deduzidos das receitas de vendas brutas já registradas. As receitas são reconhecidas em conformidade com a NBC TG 47. **3.2. Caixa e Equivalentes de Caixa:** Compreendem os saldos bancários, aplicações financeiras e fundo fixo em moeda nacional. As aplicações financeiras estão demonstradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos. As aplicações financeiras são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial, que se aproximam de seus valores justos. **3.3. Títulos a Receber:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável. As contas a receber de clientes de mercado externo são reconhecidas à taxa do câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. A redução ao valor recuperável "modelo de perdas em crédito esperadas", através do NBC TG 48, exige que a Administração da Companhia realize uma avaliação com base em doze meses ou por toda a vida da carteira de clientes e registre os efeitos quando houver indicativos de perdas em crédito esperadas nos ativos financeiros. **3.4. Estoques:** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável em conformidade com a NBC TG 16. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio ponderado. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos necessários para concluir os custos necessários para realizar a venda. As provisões para estoques obsoletos ou para realização são avaliadas a cada data do balanço patrimonial e constituídas quando consideradas necessárias pela Administração para cobrir as perdas prováveis na realização dos estoques. Os estoques são avaliados pelo método do custo médio. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma: Matérias-primas - custo de aquisição segundo o custo médio, custos logísticos e de importação. Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais diretos, mão-de-obra direta e outros custos diretos. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **3.5. Investimentos em controladas:** Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial em conformidade com a NBC TG 18. Nesse método, a participação proporcional da Companhia nos lucros ou prejuízos de sua investida é reconhecida no resultado operacional. As práticas contábeis adotadas pela sociedade controlada são uniformes às adotadas pela Companhia. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações de investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido na conta de ajustes acumulados de conversão e reconhecidos no demonstrativo de resultado quando esses investimentos foram alienados, total ou parcialmente. As demonstrações financeiras de controladas no exterior são ajustadas às práticas contábeis do Brasil e, posteriormente, convertidas para a moeda funcional da controladora pela taxa de câmbio da data do fechamento, no caso das contas do balanço patrimonial, e pelas taxas médias mensais de câmbio, no caso das contas de resultado. **3.6. Imobilizado:** O imobilizado foi registrado pelo custo de aquisição ou construção em conformidade com a NBC TG 27. A depreciação é reconhecida pelo método linear que leva em consideração o tempo da vida útil estimada desses bens, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação e amortização são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Companhia mantém seu parque fabril em constante modernização e renovação, assim avaliou seu ativo e não há sinal de desvalorização. **3.7. Recuperabilidade de Ativos não Monetários:** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável. A Administração da Companhia revisa periodicamente o valor contábil líquido do ativo imobilizado com o objetivo de avaliar eventuais ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, conforme a NBC TG 01. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não foram identificados fatores de riscos e, consequentemente, nenhuma provisão para perda ao valor recuperável de ativo se fez necessária. **3.8. Imposto de Renda e Contribuição Social:** Os impostos de Renda e a Contribuição Social quando incidentes são apurados com base no Lucro Real Anual, pelas alíquotas vigentes no exercício, com recolhimentos antecipados mensais com base no balancete de suspensão e redução. **3.8.1. Imposto de Renda e Con-**

tribuição Social Diferidos: O imposto diferido é reconhecido sobre diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e suas respectivas bases de cálculo (conhecidas como diferenças temporárias). Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias que se espera que aumentem o lucro tributável no futuro. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias que se espera que reduzam o lucro tributável no futuro e quaisquer prejuízos fiscais não utilizados ou créditos fiscais não utilizados. Impostos diferidos ativos são mensurados pelo maior valor que, com base no lucro tributável corrente ou futuro estimado, seja mais provável do que improvável que seja recuperado. O imposto diferido é calculado pelas alíquotas que se espera que sejam aplicadas ao lucro tributável dos períodos nos quais se espera que o imposto diferido ativo seja realizado ou que o imposto diferido passivo seja liquidado, com base nas alíquotas que tenham sido promulgadas ou substantivamente promulgadas até o final do período do relatório. **3.9. Instrumentos Financeiros:** Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e ativos financeiros não circulantes. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio de resultado e ajuste de avaliação patrimonial conforme demonstrado. Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores, e outras contas a pagar. **3.10. Julgamentos e Estimativas Contábeis:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas, e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e as estimativas poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **3.11. Ativos e Passivos contingentes:** A Companhia avalia a provisão para litígios envolvendo causas civis, tributárias e trabalhistas em conformidade com a NBC TG 25. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação de evidências, bem como, avaliação do jurídico interno e externo. Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. **3.12. Procedimento de consolidação:** Saldos e transações entre as Companhias, e quaisquer receitas ou despesas derivadas destas transações, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com a companhia investida registrados por equivalência patrimonial são eliminados integralmente contra o investimento na Companhia controladora, bem como o saldo de investimento é eliminado contra o patrimônio líquido da controladora. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não apresente evidência de perda por redução ao valor recuperável.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: Caixa e equivalentes de caixa assim são compostos:					
	Controladora		Consolidado		NE
	2022	2021	2022</		

»»» Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e de 2021 - (Valores expressos em reais - R\$ mil)

13. RECEITA LÍQUIDA: A receita líquida de vendas apresenta a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Composição da Receita Líquida				
Vendas Mercado Interno	548.997	461.990	548.997	461.990
Vendas Mercado Externo	46.304	40.040	71.666	48.996
Vendas Parte Relacionada	20.534	10.209	-	-
(-) Impostos sobre vendas	(96.504)	(83.518)	(96.504)	(83.518)
(-) Devoluções e abatimentos	(2.566)	(2.915)	(3.317)	(3.061)
(=) Receita Operacional Líquida	516.765	425.806	520.842	424.407

14. DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA: A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação dos custos e despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza desses gastos reconhecidos na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Custos das mercadorias vendidas	(300.544)	(214.053)	(299.580)	(211.369)
Despesas e Custos com Pessoal	(44.158)	(39.481)	(44.158)	(39.481)
Despesas com Transporte/Exportação	(12.923)	(9.758)	(14.830)	(10.629)
Participação dos adm. e empregados	(8.620)	(7.577)	(8.620)	(7.577)
Despesa com Custo Depreciação	(9.681)	(8.740)	(9.681)	(8.740)
Serviços Contratados	(13.911)	(13.135)	(14.749)	(13.183)
Publicidade e propaganda	(476)	(321)	(476)	(321)
Outras despesas	(421)	(2.376)	(386)	(2.337)
Outras Receitas/Processos PIS e COFINS	2.023	1.457	2.023	1.457
Total	(388.711)	(293.984)	(390.457)	(292.180)

Estas despesas foram classificadas da seguinte forma na demonstração de resultados (apresentada por função):

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Custo dos Produtos Vendidos	(341.731)	(250.968)	(340.767)	(248.284)
Despesas com Vendas	(22.686)	(19.112)	(24.593)	(19.982)
Despesas Gerais e Administrativas	(25.588)	(23.004)	(26.426)	(23.052)
Outras Receitas (Despesas)	1.294	(900)	1.329	(862)
Total	(388.711)	(293.984)	(390.457)	(292.180)

15. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
a) Receitas Financeiras				
Juros/Descontos recebidos	2.614	2.684	2.614	2.684
Rendimento de aplicações financeiras	2.419	722	2.419	722
Selic Recuperação Impostos (7)	5.229	22	5.229	22
Variação cambial ativa	5.629	4.677	5.629	4.677
Total	10.866	8.058	10.866	8.058
b) Despesas Financeiras				
Variação cambial passiva	(8.257)	(2.720)	(8.257)	(2.720)
Despesas bancárias	(319)	(365)	(323)	(369)
Outras despesas	(23)	(4)	(23)	(4)
Total	(8.599)	(3.089)	(8.603)	(3.093)

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL: A reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social pode ser assim demonstrada bem como a alíquota efetiva:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro antes dos impostos	132.648	137.192	132.648	137.192
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
IRPJ/CSLL à taxa nominal	(45.100)	(46.645)	(45.100)	(46.645)
Ajustes para demonstração da taxa efetiva:				
Equivalência Patrimonial	791	136	791	136
Juros sobre Capital Próprio	5.526	2.777	5.526	2.777
Incentivos fiscais (a)	506	239	506	239
Benefícios fiscais (PAT)	530	539	530	539
Participação Result. Admin.	(934)	(829)	(934)	(829)
Outras exclusões/adições	(208)	56	(208)	56
Atualização Selic	428	8	428	8
Total IRPJ e CSLL	(38.461)	(43.719)	(38.461)	(43.719)
Alíquota efetiva	29%	32%	29%	32%

a) Diferido: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias para fins fiscais, e podem ser demonstrados da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Diferenças temporárias sobre ativos financeiros avaliados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	3.557	4.096	3.557	4.096
Diferido Passivo	3.557	4.096	3.557	4.096

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS: Os valores dos ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados pelos valores de custo e respectivas apropriações de receitas e despesas, os quais se aproximam do valor de mercado. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. Síntese dos instrumentos financeiros por categoria:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Custo Amortizado				
Clientes (nota 5)	78.141	70.126	65.253	64.411
Fornecedores (nota 10)	(28.124)	(25.454)	(28.343)	(25.685)
Valor Justo				
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	48.104	17.457	54.714	18.292
Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes				
Ativos financeiros ao valor justo	18.102	19.415	18.102	19.415

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos associados à sua operação:

a) Valor de mercado: considerando a natureza, o prazo e as características dos instrumentos financeiros os valores contábeis se aproximam dos valores justos. A Companhia avaliou seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado/realização, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração.

18. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS: A Companhia está sujeita a processos decorrentes do curso normal dos negócios, e efetua provisão quando considera as perdas prováveis e razoavelmente quantificáveis. Em 31 de dezembro de 2021, havia processos judiciais movidos contra a Companhia com saldo de classificação de perda provável que totaliza R\$ 31, em 2022 não foi constituída novas provisão para perdas permanecendo o mesmo saldo.

19. SEGUROS: Face a natureza de suas atividades e Instalações a Companhia adota política de contratar cobertura de seguro. Em 31 de dezembro de 2022 a Metalúrgica Hassmann S/A. disponha das seguintes modalidades de Seguros. Seguro contra incêndio e outros riscos no valor de R\$ 142.000, com cobertura sobre Prédios, Máquinas, Móveis e Utensílios, Instalações, Mercadorias e Matérias Primas e com cobertura de R\$ 24.500 de Lucros Cessantes pela Apólice nº 01180169013 Mitsui Sumitomo Seguros S.A., com vigência até 25/01/2023. A Companhia possui um Seguro de Responsabilidade Civil dos Produtos no valor de R\$100.000, pela Apólice nº 02852.2022.0051.0351.0008652 de Axa Seguros S.A. com vigência até 10/10/2023. Seguro contra incêndios e outros riscos com vencimento em 25/01/2023 foi renovado em janeiro de 2023 por mais um ano.

CARLOS HASSMANN Imigrante, 15 de março de 2023.
Diretor Presidente
CPF 297.702.700-91

ELKA HASSMANN
Diretora Vice-Presidente
CPF 008.954.740-34

PETER HASSMANN
Diretor Administrativo e Industrial
CPF 403.151.850-15

JUNIOR ALEX TONINI
Contador - CRC/RS 084392/O-5 - CPF 013.866.330-03

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ilmos. Srs. **Acionistas e Diretores METALÚRGICA HASSMANN S/A.** Imigrante - RS

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da **METALÚRGICA HASSMANN S/A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **METALÚRGICA HASSMANN S/A.** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequação da apresentação das Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos con-

troles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações Financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as Demonstrações Financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Porto Alegre, RS, 06 de abril de 2023.

Sérgio Laurimar Fioravanti
Contador - CRC RS nº 48.601

Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes S/S
CRC RS nº 006706/O - CVM 12.360 - CNAIPJ 000023

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

B A I X E O
A P P J C
Jornalismo sério e de credibilidade na palma da sua mão



Acesso ilimitado para assinantes JC:

Últimas notícias
Versão para folhear
Notificações das notícias mais importantes



Tecon Rio Grande S.A.

CNPJ/MF nº 01.640.625/0001-80 - NIRE nº 43300035182

Demonstrações do balanço patrimonial - 31/12/2022 e 2021 (Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	8.702	8.812
Contas a receber de clientes	4	27.955	26.877
Estoques		6.309	6.004
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	5	21.636	15.580
Outros impostos a recuperar	5	5.753	4.552
Outros ativos circulantes		5.917	5.840
Total do ativo circulante		76.272	67.665
Ativo não circulante			
Depósitos judiciais		2.351	2.721
Contas a receber de partes relacionadas	23.2	67	-
Outros impostos a recuperar	5	6.364	6.364
Imobilizado	7.2	315.445	329.069
Direito de uso	8	269.922	253.262
Intangível	7.3	16.473	18.501
Total do ativo não circulante		610.622	609.917
Total do ativo		686.894	677.582

Demonstrações do balanço patrimonial - 31/12/2022 e 2021 (Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Passivo e Patrimônio líquido			
Passivo circulante			
Fornecedores		9.409	12.949
Empréstimos e financiamentos	10.2	41.377	38.588
Passivo de arrendamento	10.6	27.610	24.845
Salários, provisões e contribuições sociais		11.303	14.232
Impostos a recolher	9	6.680	6.298
Outros passivos circulantes		5.086	3.739
Total do passivo circulante		101.465	100.651
Passivo não circulante			
Contas a pagar de partes relacionadas	23.2	5.912	2.005
Empréstimos e financiamentos	10.2	55.000	62.500
Passivo de arrendamento	10.6	265.927	244.728
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.3	44.389	47.353
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	12.4	8.802	9.068
Benefício pós-emprego		3.104	3.339
Total do passivo não circulante		383.134	368.993
Total do passivo		484.599	469.644

Demonstrações do balanço patrimonial - 31/12/2022 e 2021 (Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio líquido			
Capital social		44.265	44.265
Reserva de capital		7.371	7.371
Opção de ações		2.105	2.105
Reservas de lucros		82.623	88.799
Outros resultados abrangentes		65.931	65.398
Total do patrimônio líquido		202.295	207.938
Total do passivo e do patrimônio líquido		686.894	677.582

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31/12/2022 e 2021 (Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional. O Tecon Rio Grande S.A. ("Companhia") com sede na cidade do Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul foi constituído em 13/01/1997 como Companhia de propósito específico para o arrendamento, ampliação e exploração do Terminal de Contêineres do Porto do Rio Grande durante 25 anos prorrogáveis por mais 25 anos, conforme Contrato de Arrendamento firmado pela Superintendência do Porto de Rio Grande, autarquia vinculada ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que possui delegação para exploração do porto. O prazo efetivo total do arrendamento de 50 anos, até 2047, está previsto no primeiro termo aditivo assinado em 7/03/2006, atendendo ao cumprimento das exigências contratuais e aos investimentos antecipados nas obras de ampliação do terminal, construção do terceiro berço de atracação e volume anual movimentado juntamente com outras considerações do terminal de contêineres de Rio Grande. Dentre os compromissos previstos no Contrato de Arrendamento e seu Termo Aditivo, destacam-se os seguintes: • Pagamento mensal pelas instalações e áreas arrendadas; • Pagamento por contêiner movimentado, havendo um compromisso por movimentação mínima contratual (MMC); • Pagamento por tonalidade na movimentação de carga e descarga de carga geral. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.** As demonstrações financeiras da Companhia ("demonstrações financeiras") foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), conforme implementadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Todas as declarações relevantes às demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão das atividades da Companhia. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) a mensuração ao valor justo de certos ativos e passivos financeiros (incluindo instrumentos derivativos); e (ii) perdas por redução ao valor recuperável de ativos ("impairment"). Em 31/12/2022 a Companhia apresenta capital circulante líquido ("CCL") negativo em R\$25,2 (R\$33,0 em 31/12/2021), principalmente devido ao registro da parcela de curto prazo do passivo de arrendamento (de acordo com o CPC 06 - R2). A Companhia, que teve geração positiva de caixa de atividades operacionais e lucros nos últimos exercícios, é capaz de liquidar seus passivos no curso normal de suas operações, não havendo dúvida sobre sua continuidade operacional. Importante salientar também que, em caso de qualquer demanda pontual de curto prazo, a Companhia pode recorrer a empresas pertencentes ao mesmo Grupo Econômico que têm capacidade de garantir recursos necessários. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Diretoria em 25/04/2023.

2.1. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações. Diversas alterações e interpretações foram emitidas pela primeira vez em 2022, mas não têm impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia não adotou antecipadamente quaisquer normas, interpretações ou alterações que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão vigentes. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras foram incluídas nas respectivas notas explicativas e são consistentes em todos os exercícios apresentados. **2.2. Julgamentos contábeis críticos e principais fontes de incerteza das estimativas.** A preparação das demonstrações financeiras exige o uso de estimativas e julgamentos para certas operações que refletem o reconhecimento e a mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem diferir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas nas notas explicativas a seguir:

Nota	Julgamentos contábeis críticos e principais fontes de incerteza das estimativas
4	Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Estimativa
6	Perda por redução ao valor recuperável (impairment) das unidades geradoras de caixa - Julgamento e Estimativa
11	Realização de impostos diferidos - Estimativa
12	Provisão para riscos tributários, trabalhistas, cíveis e ambientais - Julgamento e Estimativa
20	Benefícios e empregados - Estimativa
22	Instrumentos financeiros - Estimativa

2.3. Normas emitidas, mas que ainda não estão vigentes. As principais regulamentações alteradas, emitidas ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis aplicáveis ao contexto das demonstrações financeiras e operacionais da Companhia são:

Norma	Descrição	Data da Vigência ⁽ⁱ⁾
Alterações ao IAS 1 (CPC 26) - Classificação do Passivo em Circulante e Não Circulante	Especifica os requisitos para classificar os passivos como circulantes ou não circulantes	Janeiro de 2023 - a serem adotadas retrospectivamente
Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8 (CPC 23)	Especifica a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e nas políticas contábeis e a correção de erros	Janeiro de 2023

A principal mudança no Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos decorrentes de uma Transação Única é uma isenção da isenção de reconhecimento inicial prevista no IAS 12 parágrafos 15(b) 24. Portanto, a isenção de reconhecimento inicial não se aplica a transações em que valores iguais das diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis surgem no reconhecimento inicial.

(i) Em uma avaliação preliminar, a Companhia não espera que a adoção das normas listadas acima tenha impacto relevante nas demonstrações financeiras da companhia em períodos futuros. **2.4. Moeda funcional.** A moeda funcional da Companhia é determinada como a moeda do cenário econômico primário em que opera. Observando esses aspectos, a administração definiu como moeda funcional da Companhia o Real, já que esta é a moeda que melhor reflete o ambiente econômico no qual a Companhia está inserida. Transações em outras moedas, que não a moeda funcional da entidade (moeda estrangeira), são convertidas pela taxa de câmbio corrente da data da transação. Ao final de cada período de divulgação, ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos pela taxa de câmbio do respectivo período. **3. Caixa e equivalentes de caixa.** **3.1. Política contábil.** Caixa e equivalentes de caixa compreendem valores em caixa, contas bancárias e aplicações financeiras de curto

Relatório da Diretoria			
Prezados Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. um quadro resumo das demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31/12/2022 e 31/12/2021, a versão completa das mesmas, incluindo o parecer dos auditores independentes, encontra-se disponível para consulta no site https://www.jornaldocomercio.com/publicidade-legal/, na sede administrativa da Companhia, na Av. Almirante Maximiano da Fonseca, 201 4º Seção da Barra, Rio Grande - RS CEP: 96204-040, ou na sede administrativa do Grupo, na Praia de Botafogo, 186 - 4º andar - Rio de Janeiro, RJ. Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julguem necessários.			
Porto Alegre, 27/04/2023 A Diretoria			
Demonstrações do resultado em 31/12/2022 e 2021 (Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita	15.3	413.325	443.647
Custo dos serviços	16	(174.775)	(172.810)
Lucro bruto		238.550	270.837
Despesas operacionais líquidas		(73.743)	(67.605)
Despesas com vendas		(1.656)	(1.837)
Despesas gerais e administrativas	17	(76.367)	(68.182)
Outras receitas (despesas) operacionais	18	4.280	2.414
Lucro antes do resultado financeiro		164.807	203.232
Resultado financeiro	19	(35.277)	(23.074)
Receitas financeiras		6.407	4.087
Despesas financeiras		(41.684)	(27.161)
Lucro antes dos impostos		129.530	180.158
Despesa de Imposto de renda	11.3	(42.216)	(59.371)
Impostos correntes		(45.180)	(56.776)
Impostos diferidos		2.964	(2.595)
Lucro líquido do período		87.314	120.787

Demonstrações do resultado em 31/12/2022 e 2021 (Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Despesas operacionais líquidas		(73.743)	(67.605)
Despesas com vendas		(1.656)	(1.837)
Despesas gerais e administrativas	17	(76.367)	(68.182)
Outras receitas (despesas) operacionais	18	4.280	2.414
Lucro antes do resultado financeiro		164.807	203.232
Resultado financeiro	19	(35.277)	(23.074)
Receitas financeiras		6.407	4.087
Despesas financeiras		(41.684)	(27.161)
Lucro antes dos impostos		129.530	180.158
Despesa de Imposto de renda	11.3	(42.216)	(59.371)
Impostos correntes		(45.180)	(56.776)
Impostos diferidos		2.964	(2.595)
Lucro líquido do período		87.314	120.787

Demonstrações do resultado em 31/12/2022 e 2021 (Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Despesas operacionais líquidas		(73.743)	(67.605)
Despesas com vendas		(1.656)	(1.837)
Despesas gerais e administrativas	17	(76.367)	(68.182)
Outras receitas (despesas) operacionais	18	4.280	2.414
Lucro antes do resultado financeiro		164.807	203.232
Resultado financeiro	19	(35.277)	(23.074)
Receitas financeiras		6.407	4.087
Despesas financeiras		(41.684)	(27.161)
Lucro antes dos impostos		129.530	180.158
Despesa de Imposto de renda	11.3	(42.216)	(59.371)
Impostos correntes		(45.180)	(56.776)
Impostos diferidos		2.964	(2.595)
Lucro líquido do período		87.314	120.787

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente em 31/12/2022 e 2021 (Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do período		87.314	120.787
Benefício pós-emprego		534	(760)
Resultado abrangente do período		87.848	120.027

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2022 e 2021 (Valores em milhares de reais, exceto divididos por ação)			
	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do período		87.314	120.787
Benefício pós-emprego		534	(760)
Resultado abrangente do período		87.848	120.027

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Notas	Reservas					Benefício pós-emprego	Ajuste acumulado de conversão	Opções de ações	Lucros acumulados	Total
		Capital social	legal	de lucros	estatutária	de reservas					
Em 31/12/2020		44.265	8.853	7.371	51.909	9.049	(1.870)	68.027	2.062	-	189.666
Total do resultado abrangente		-	-	-	-	-	(760)	-	-	-	120.787
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	120.787
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-	(760)	-	-	-	(760)
Opções de ações		-	-	-	-	-	-	-	43	-	43
Destinação do lucro:		-	-	-	17.780	1.208	-	-	-	-	(120.787)
Constituição de reserva estatutária	14	-	-	-	-	1.208	-	-	-	-	(1.208)
Dividendos pagos	13	-	-	-	(51.909)	-	-	-	-	-	(49.890)
Retenção de lucros	14	-	-	-	69.689	-	-	-	-	-	(69.689)
Em 31/12/2021		44.265	8.853	7.371	69.689	10.257	(2.630)	68.027	2.105	-	207.937
Total do resultado abrangente		-	-	-	-	-	534	-	-	-	87.314
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	87.314
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-	534	-	-	-	534
Destinação do lucro:		-	-	-	7.049	873	-	-	-	-	(87.314)
Constituição de reserva estatutária	14	-	-	-	-	873	-	-	-	-	(873)
Juros sobre capital próprio	13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.990)
Dividendos pagos	13	-	-	-	(69.689)	-	-	-	-	-	(18.811)
Retenção de lucros	14	-	-	-	62.640	-	-	-	-	-	(62.640)
Em 31/12/2022		44.265	8.853	7.371	62.640	11.130	(2.096)	68.027	2.105	-	202.295

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

prazo de alta liquidez imediatamente conversíveis a valores conhecidos de caixa e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. **3.2. Composição de caixa e equivalentes de caixa**

	31/12/2022	31/12/2021
Denominados em reais:		
Caixa e bancos	1.851	2.284
Fundo de investimento em renda fixa	6.851	6.528
Total de caixa e equivalentes de caixa	8.702	8.812

Ataxa de retorno média de caixa e equivalentes de caixa está demonstrada abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Denominados em reais:		
Fundo de investimento em renda fixa - Hydrus	13,08%	4,95%

As aplicações em renda fixa referem-se ao fundo de investimento exclusivo, denominado Hydrus, no valor de R\$6,9 milhões

3.3. Fundo de investimento exclusivo

	31/12/2022	31/12/2021
Fundo de investimento em renda fixa:		
Letra financeira do Tesouro	3.563	2.100
Letra financeira	1.322	1.931
Letra financeira elegível - Nível II	293	311
NTN Over	1.028	2.154
LFS Eleg NII Cascata	357	32
Inves Grade RF CP FI	288	-
Total	6.851	6.528

Percentual de participação no fundo

	31/12/2022	31/12/2021
Valor aplicado no Fundo	6,851	6,528

O investimento no fundo administrado pelo Itaú BBA S.A. é exclusivo do Grupo Wilson Sons e está consolidado nessas demonstrações financeiras. As obrigações financeiras desse fundo são limitadas às taxas de serviço do Itaú BBA SA, honorários de auditoria e outras despesas administrativas menores. **4. Contas a receber de clientes.** **4.1. Política contábil.** As contas a receber de clientes representam os valores a receber pelos serviços prestados pela Companhia. Esses valores são reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado usando o método de taxa de juros efetiva. Os valores a receber pela Companhia são normalmente pagos em até 20 dias. A empresa que representa 10% ou mais da carteira de clientes da Companhia, em 31/12

Tecon Rio Grande S.A.

CNPJ/MF nº 01.640.625/0001-80 - NIRE nº 43300035182

contêiner de Rio Grande foram baseados no desempenho esperado da economia brasileira até que a capacidade operacional seja alcançada. A taxa de desconto foi baseada no WACC e a taxa de crescimento para a projeção se baseia na taxa de inflação somente após a capacidade operacional ser alcançada. As principais premissas usadas para determinar o valor em uso são as seguintes:

	Terminal de contêiner de Rio Grande	
	31/12/2022	31/12/2021
Taxa de desconto	8,5%	9,2%
Taxa de crescimento	5,8%	4,3%
Período de projeção	26 anos	27 anos

Testes de recuperabilidade foram conduzidos nessa UGC, devido ao ágio reconhecido na Wilson Sons Holdings Brasil S.A. e o ágio incorporado pela Companhia, e foi concluído que não há fatores que indiquem impairment, uma vez que o valor recuperável excede significativamente o valor contábil. **7. Imobilizado e intangível.** **7.1. Política contábil.** Imobilizado e intangível com vidas úteis finitas são registrados pelo custo de aquisição ou de construção menos a depreciação acumulada e qualquer perda por redução do valor recuperável, e o gasto subsequente é capitalizado somente quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados à despesa fluam para a Companhia. O ágio da aquisição de um negócio é registrado pelo custo na data de aquisição do negócio menos as perdas acumuladas por *impairment*. Um item do imobilizado e intangível é baixado por ocasião de alienação ou quando não se espera benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. O ganho ou a perda resultante da alienação ou retirada de um item do imobilizado e intangível é determinado como sendo a diferença entre os ganhos na alienação, se aplicável, e o valor contábil do ativo e é reconhecido na demonstração do resultado.

Imobilizado	Intangível
 Edifícios 12 a 35 anos	 Softwares 3 a 5 anos
 Imobilizado (*) 10 a 40 anos	 Veículos 5 a 10 anos
 Máquinas e equipamentos 8 a 12 anos	

(*) menor período entre o prazo do aluguel e a vida útil do ativo subjacente. O imobilizado e o intangível são depreciados pelo método linear com base na vida útil estimada, a partir da data em que o ativo estiver disponível para o uso e capitalizado. Em 31/12/2022 e 2021 a Companhia possuía ativos intangíveis com vida útil indefinida, referente a marcas. **7.2. Conciliação do saldo contábil do ativo imobilizado**

Custo	Terrenos e Construções	Veículos, máquinas e equipamentos	Total
31/12/2020	325.622	474.857	800.479
Adições	6.667	11.933	18.600
Baixas	218	(986)	(768)
Transferências	(49)	49	-
31/12/2021	332.458	485.853	818.311
Adições	9.411	10.523	19.934
Baixas	(394)	(7.998)	(8.392)
Transferências	138	(138)	-
31/12/2022	341.613	488.240	829.853
Depreciação acumulada			
31/12/2020	164.208	288.149	452.357
Adições	8.124	28.968	37.092
Baixas	-	(207)	(207)
31/12/2021	172.332	316.910	489.242
Adições	8.595	24.928	33.523
Baixas	(393)	(7.964)	(8.357)
31/12/2022	180.534	333.874	514.408
31/12/2021	161.079	154.366	315.445
31/12/2021	160.126	168.943	329.069

Em 31/12/2022 e 2021 não há juros capitalizados. Máquinas e equipamentos com valor contábil líquido de R\$0,4 milhões (31/12/2021: R\$0,5 milhões) foram dados como garantia em vários processos judiciais tributários. Em 31/12/2022, a Companhia tinha compromissos contratuais para a aquisição e construção relacionados a ativos imobilizados no valor de R\$29,6 milhões (31/12/2021: R\$11,2 milhões). O montante refere-se, principalmente, a melhorias em máquinas e equipamentos e beneficiários no Terminal. Em 31/12/2022 e 2021 a Companhia não identificou qualquer indicativo de perda ao valor recuperável sobre esses ativos. **7.3. Conciliação do saldo contábil do ativo intangível**

Custo	Sistemas aplicativos softwares	Ágio	Marcas e patentes	Total
31/12/2020	22.862	11.860	3	34.725
Adições	1.351	-	-	1.351
31/12/2021	24.213	11.860	3	36.076
Adições	1.310	-	-	1.310
Baixas	(1.210)	-	-	(1.210)
31/12/2022	24.313	11.860	3	36.176
Amortização acumulada				
31/12/2020	14.383	-	-	14.383
Adições	3.193	-	-	3.193
Baixa	(1)	-	-	(1)
31/12/2021	17.575	-	-	17.575
Adições	3.338	-	-	3.338
Baixa	(1.210)	-	-	(1.210)
31/12/2022	19.703	-	-	19.703
31/12/2021	4.610	11.860	3	16.473
31/12/2021	6.638	11.860	3	18.501

Em 31/12/2022 e 2021, a Companhia não identificou qualquer indicativo de perda ao valor recuperável sobre esses ativos. **8. Direito de uso. 8.1. Política contábil.** A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo correspondente ao arrendamento pelo valor de custo na data inicial do contrato que seja ou contenha um arrendamento, e posteriormente deprecia esses ativos pelo método linear sobre o período contratual. O grupo mais relevante de arrendamento da Companhia são os ativos operacionais, que se referem, basicamente, ao direito de arrendar e operar o terminal de contêiner no porto de Rio Grande. Esse arrendamento está em vigor até 2047. Para mais informações, veja a nota 9. **8.2. Conciliação do saldo contábil do direito de uso**




Direito de uso por classe de ativo	Ativos operacionais	Construções	Veículos, máquinas e equipamentos	Arrendamentos financeiros	Total
Custo					
31 de dezembro de 2020	223.403	959	820	12.539	237.721
Remensurações contratuais	54.677	12	-	-	54.689
Adições	-	-	27	-	27
Baixas contratuais	-	-	(19)	5	(14)
31 de dezembro de 2021	278.080	971	828	12.544	292.423
Remensurações contratuais	27.450	3	26	-	27.479
Adições	-	-	797	-	797
Baixas contratuais	-	(101)	(38)	-	(139)
31 de dezembro de 2022	305.530	873	1.613	12.544	320.560
Depreciação acumulada					
31 de dezembro de 2020	15.884	327	628	12.394	29.233
Adições ⁽¹⁾	9.458	156	214	71	9.899
Baixas contratuais	-	47	(19)	1	29
31 de dezembro de 2021	25.342	530	823	12.466	39.161
Adições ⁽¹⁾	11.043	146	345	25	11.559
Baixas contratuais	-	(61)	(21)	-	(82)
31 de dezembro de 2022	36.385	615	1.147	12.491	50.638
Saldo contábil					
31 de dezembro de 2022	269.145	258	466	53	269.922
31 de dezembro de 2021	252.738	441	5	78	253.262

⁽¹⁾ Valores brutos de PIS e COFINS. O impacto líquido no resultado corresponde a R\$10,5 milhões (31/12/2021: R\$9,0 milhões). Em 31/12/2022 e 2021 a Companhia não identificou qualquer indicativo de perda ao valor recuperável sobre esses ativos. **9. Impostos a recolher**

	31/12/2022	31/12/2021
PIS e COFINS a recolher ⁽¹⁾	2.084	1.951
INSS a pagar ⁽²⁾	1.854	1.749
ISS a recolher ⁽³⁾	1.380	1.454
Imposto de renda e contribuição social a recolher ⁽⁴⁾	807	660
FGTS a pagar	555	479
Outros impostos a recolher	-	5
Total	6.680	6.298

(1) PIS e COFINS - tributos federais sobre a receita bruta. (2) INSS a pagar - contribuição federal para a Seguro Social. (3) ISS - Imposto sobre serviços. (4) Imposto de renda e contribuição social a recolher. **10. Empréstimos, financiamentos e passivos de arrendamento. 10.1. Política contábil.** Empréstimos e financiamentos. Empréstimos e financiamentos são passivos financeiros inicialmente reconhecidos pelo valor justo, líquido de custos de transação incorridos, e posteriormente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos da taxa efetiva de juros e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos de transação) e o valor de liquidação é reconhecida no resultado durante o período em que os empréstimos estejam em curso, usando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas nos empréstimos são reconhecidas como custos de transação. Os juros sobre empréstimos e financiamentos são capitalizados como parte do imobilizado caso estejam diretamente ligados a um

ativo qualificável. A capitalização ocorre até que o ativo qualificável esteja pronto para uso. Em 2022 e 2021, a Companhia não registrou nenhum custo capitalizado de empréstimo (nota 8). Os juros sobre empréstimos não capitalizados são reconhecidos no resultado no período em que forem incorridos. O valor justo de empréstimos e financiamentos está apresentado na nota 22.4. **Passivos de arrendamento**

Taxa de desconto de arrendamentos e período de vigência dos contratos		
 Edifícios 8,75% 6 anos	 Ativos operacionais 8,75% 28 anos	 Máquinas e equipamentos e veículos 13,14% 2 a 3 anos

Passivos de arrendamento são inicialmente mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento, descontados pela taxa de empréstimo incremental. Para um portfólio de arrendamentos com características similares, os passivos de arrendamento poderiam ser descontados usando uma única taxa de desconto. Esses pagamentos incluídos no passivo de arrendamento abrangem pagamentos fixos, incluindo na maioria pagamentos fixos e consideram a opção de renovação, quando o exercício da opção contratual é provável e a Companhia detém o controle. Contratos de valor baixo ou de curto prazo são reconhecidos como uma despesa no resultado com base no método linear sobre o período contratual. Pagamentos de arrendamentos variáveis não relacionados a um índice ou taxa são reconhecidos como despesa quando incorridos. Em 31/12/2022, R\$1,4 milhão foram reconhecidos no resultado, relativos a contratos de baixo valor e curto prazo e pagamentos variáveis de arrendamento não incluídos na mensuração de passivos de arrendamento (31/12/2021: R\$4,4 milhões).

Taxa de juros a.a.	31/12/2022	31/12/2021
Bradesco - NCE - real	14,58% a 15,25%	63.608
Santander - Real	15,59%	32.769
Total		96.377

10.3. Análise de vencimento dos empréstimos e financiamentos

	31/12/2022	31/12/2021
No primeiro ano	41.377	38.588
No segundo ano	25.000	37.500
Do terceiro ao quinto ano (inclusive)	30.000	25.000
Total	96.377	101.088
Total circulante	41.377	38.588
Total não circulante	55.000	62.500

10.4. Conciliação dos empréstimos e financiamentos com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

31/12/2020	224.498
Adições	25.000
Amortização do principal	(146.150)
Amortização de juros	(8.868)
Juros provisionados	6.608
31/12/2021	101.088
Adições	30.000
Amortização do principal	(37.500)
Amortização de juros	(12.659)
Juros provisionados	15.448
31/12/2022	96.377

10.5. Garantias de empréstimos e financiamentos. O contrato de financiamento do terminal de contêiner Rio Grande com o Bradesco para aquisição de equipamentos conta com uma garantia corporativa da Wilson Sons Terminais e Logística Ltda. **10.6. Cláusulas restritivas de contratos de financiamento.** A Wilson Sons Terminais e Logística Ltda., como garantidora corporativa, deve cumprir anualmente com pelo menos duas das três cláusulas dos contratos de financiamento do Tecon Rio Grande S.A., celebrados com o Bradesco. Em 31/12/2022 e 2021, a Wilson Sons Terminais e Logística Ltda. cumpriu com todas as cláusulas restritivas anuais para os contratos de empréstimo acima mencionados. **10.7. Conciliação dos passivos de arrendamento**

31/12/2020	219.831
Adições	27
Rescisão de contratos	(13)
Remensurações de contratos	54.204
Amortização do principal	(26.026)
Apropriação de juros	21.550
31/12/2021	269.573
Adições	797
Rescisão de contratos	(62)
Remensurações de contratos	27.478
Amortização do principal	(28.898)
Apropriação de juros ⁽¹⁾	24.649
31/12/2022	293.537

⁽¹⁾ Valores brutos de PIS e COFINS. O impacto líquido no resultado corresponde a R\$23,0 milhões (31/12/2021: R\$20,1 milhões). **10.8. Análise de vencimento dos passivos de arrendamento**

	31/12/2022	31/12/2021
No primeiro ano	28.893	25.993
No segundo ano	28.764	51.959
Do terceiro ao quinto ano (inclusive)	85.302	51.591
Acima de cinco anos	542.158	518.062
Total	685.117	647.605
Ajuste a valor presente	(391.580)	(378.032)
Total passivo de arrendamento	293.537	269.573

10.9. Informações adicionais sobre os passivos de arrendamento. A fim de cumprir com um normativo emitido pela Comissão de Valores Mobiliários brasileira ("CVM"), as entradas mínimas são divulgadas para fins de projeção de inflação futura, conforme recomendado pela CVM para esse cálculo, todas as outras premissas foram mantidas.

	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo inflacionado	724.020	681.912
Juros embutidos	(418.303)	(402.700)
Passivo de arrendamento	305.717	279.212

11. Imposto de renda e contribuição social. 11.1. Política contábil. A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício. O lucro real difere do lucro apresentado na demonstração do resultado abrangente uma vez que exclui ou inclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens que nunca são tributáveis ou dedutíveis. A despesa com imposto corrente da Companhia é calculada usando taxas que foram publicadas ou substancialmente publicadas até o final da data de encerramento do exercício. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos com base nas diferenças temporárias do valor contábil e da base de cálculo de ativos e passivos, bem como prejuízos fiscais calculados. Entretanto, o imposto diferido não é reconhecido quando é improvável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para os quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser usadas e a partir do reconhecimento inicial do ágio resultante de uma combinação de negócios ou se resultar do reconhecimento de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios que, no momento da transação, não afete o lucro ou prejuízo tributável. A Companhia compensa ativos fiscais correntes contra passivos fiscais correntes quando esses itens estiverem em uma mesma entidade e se referirem a impostos cobrados pela mesma autoridade fiscal que permite que a Companhia faça ou receba um único pagamento líquido. Alterações nas taxas de câmbio para efeitos fiscais criam diferenças entre o custo em reais de itens não monetários (base de cálculo) e o valor equivalente em dólares, e o imposto diferido dessas diferenças é reconhecido para neutralizar o efeito de alterações nas taxas de câmbio de itens não monetários mensurados a valor histórico em reais/dólares contra as taxas de câmbio no final do período. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos através de lucro ou prejuízo, exceto quando se referirem a itens reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. **11.2. Julgamentos contábeis críticos e principais fontes de incerteza das estimativas.** Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos impostos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias são reconhecidas considerando premissas e fluxos de caixa projetados. Os ativos fiscais diferidos podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitados a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de vendas e custos operacionais; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais. **11.3. Composição dos impostos diferidos**

	Depreciação fiscal	Outras diferenças temporárias	Itens não monetários	Total
31/12/2020	(32.702)	4.734	(9.780)	(37.748)
Débito (crédito) no resultado	(4.667)	1.039	1.033	(2.595)
Outros ajustes	(7.010)	-	-	(7.010)
31/12/2021	(44.379)	5.773	(8.747)	(47.353)
Crédito no resultado	221	1.948	795	2.964
31/12/2022	(44.158)	7.721	(7.952)	(44.389)
				31/12/2022
Impostos correntes	(45.180)	(56.776)	-	(101.956)
Impostos diferidos	2.964	(2.595)	-	369
Total de imposto de renda e contribuição social	(42.216)	(59.371)	-	(101.587)

11.4. Imposto de renda e contribuição social - conciliação do resultado. O imposto de renda (IRPJ e CSLL) no Brasil é calculado à alíquota combinada de 34% sobre o lucro tributável do exercício.

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes dos impostos	129.530	180.158
Alíquota nominal brasileira (34%)	(44.040)	(61.254)
Ajuste de exercícios anteriores	(1.424)	116
Despesas operacionais - parcelas não dedutíveis	1.404	(567)
Outras exclusões	1.946	2.401
Outras deduções	(102)	(67)
Imposto de renda e contribuição social	(42.216)	(59.371)

Não há consequências fiscais associadas ao pagamento de dividendos em 2022 ou 2021 pela Companhia aos seus acionistas. **12. Provisão para riscos tributários, trabalhistas, cíveis e ambientais. 12.1. Política contábil.** A Companhia é parte de elevado número de ações judiciais resultantes do curso normal do negócio, incluindo demandas cíveis, tributárias, ambientais e trabalhistas. A Companhia utiliza estimativas para avaliar a probabilidade de desembolsos com base em avaliações técnicas de seus assessores legais internos e externos e no julgamento da Administração, e reconhece uma provisão no momento em que a obrigação for considerada provável e para a qual uma estimativa confiável pode ser feita. A contrapartida do passivo é registrada como despesa na demonstração de resultados. Essa obrigação é ajustada com base na evolução do processo judicial e/ou nos encargos financeiros incorridos e pode ser revertida se a estimativa de perda não for mais considerada provável devido a alterações nas circunstâncias ou quando a obrigação é liquidada. A administração não pode indicar quando as provisões podem ser utilizadas, uma vez que a maioria delas envolve litígios e cujo período da resolução é altamente incerto. Os ativos contingentes são divulgados quando os benefícios econômicos relacionados são prováveis e são reconhecidos nas demonstrações financeiras apenas no período em que sua realização é praticamente certa. **12.2. Julgamentos contábeis críticos e principais fontes de incerteza das estimativas.** Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, são resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou não. Normalmente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e essas incertezas envolvem o uso de estimativas e julgamentos significativos por parte da Administração com relação aos resultados potenciais dos eventos futuros. Arbitragem, decisões judiciais e administrativas em processos contra a Companhia, nova jurisprudência e alterações no conjunto de provas existentes podem resultar em mudança na probabilidade de desembolsos e suas mensurações, mesmo sendo processos judiciais de circunstâncias semelhantes. **12.3. Natureza dos processos judiciais. Tributários.** Tributários. A própria Companhia defende contra o governo em relação à taxa considerada inapropriada ou a Companhia considera que tem chance de defender com sucesso sua posição. **Trabalhistas.** A maioria dos processos envolve pagamentos por insalubridade, horas extras, entre outras. **Cíveis.** Ações de indenização envolvendo danos materiais, ambientais e de transporte marítimo e outras disputas contratuais. **12.4. Processos judiciais provisionados**

	Trabalhistas	Tributários	Cíveis	Total
31/12/2020	10.955	-	1.548	12.503
Aumento da provisão no ano	232	-	119	351
Valores não utilizados revertidos	(3.903)	-	234	(3.669)
Utilização das provisões	(117)	-	-	(117)
31/12/2021	7.167	-	1.901	9.068
Aumento da provisão no período	306	2.153	71	2.5

Tecon Rio Grande S.A.

CNPJ/MF nº 01.640.625/0001-80 - NIRE nº 43300035182

15.3. Informação desagregada da receita. A tabela abaixo mostra a desagregação da receita líquida da Companhia referente a contratos com clientes:

	31/12/2022	31/12/2021
Terminais portuários		
Movimentação de contêineres	191.278	222.014
Armazenagem	136.379	133.256
Serviços auxiliares	85.164	88.232
Outros serviços	504	145
Total	<u>413.325</u>	<u>443.647</u>

15.4. Saldo do contrato. O valor contábil do contas a receber operacional no final do período era de R\$28,0 milhões (31/12/2021: 26,9 milhões). Esses valores incluem R\$4,8 milhões (31/12/2021: R\$8,0 milhões) de ativos contratuais (contas a receber não faturados). Os detalhes estão divulgados na nota 4

	31/12/2022	31/12/2021
16. Custos dos serviços		
Salários e encargos	(67.228)	(61.968)
Depreciação e amortização	(33.774)	(36.711)
Custos operacionais	(23.804)	(28.877)
Mão de obra e serviços terceiros	(22.186)	(22.233)
Depreciação do direito de uso	(10.091)	(8.685)
Materiais	(10.089)	(8.976)
Manutenção de serviços	(6.887)	(6.304)
Aluguéis	(580)	(547)
Outros	(136)	(509)
Total	<u>(174.775)</u>	<u>(172.810)</u>

	31/12/2022	31/12/2021
17. Despesas gerais e administrativas		
Salários e encargos	(30.942)	(30.061)
Repasse de despesas corporativas	(30.910)	(25.096)
Depreciação e amortização	(3.087)	(3.574)
Serviços contratados	(3.309)	(2.445)
Aluguel	(1.038)	(870)
Energia	(679)	(809)
Viagens	(562)	(88)
Depreciação do direito de uso	(402)	(307)
Manutenção	(278)	(232)
Outros	(5.160)	(4.700)
Total	<u>(76.367)</u>	<u>(68.182)</u>

	31/12/2022	31/12/2021
18. Outras receitas (despesas) operacionais		
Receitas		
Ganho em processos judiciais	4.443	2.643
Ganho com aluguel	755	755
Outras receitas operacionais	362	427
Resultado na venda do ativo imobilizado	12	171
Total das receitas	<u>5.572</u>	<u>3.996</u>
Despesas		
Impostos, taxas e contribuições	(490)	(713)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(378)	(160)
Provisões processuais e contingências	(370)	-
Resultado na venda do imobilizado	(34)	-
Perdas em operações de crédito	-	(138)
Outras despesas operacionais	(20)	(15)
Total das despesas	<u>(1.292)</u>	<u>(1.582)</u>
Total	<u>4.280</u>	<u>2.414</u>

	31/12/2022	31/12/2021
19. Resultado financeiro		
Receitas financeiras		
Ganho com a remensuração de ativos financeiros a VJR	3.610	1.279
Receitas de juros	2.791	2.357
Outras receitas financeiras	6	450
Receita financeira com partes relacionadas	-	1
Total de receitas financeiras	<u>6.407</u>	<u>4.087</u>
Despesas financeiras:		
Despesa de juros sobre arrendamentos	(23.043)	(20.052)
Despesa de juros sobre financiamentos	(15.447)	(6.609)
Varição cambial sobre investimentos	(1.665)	(171)
Despesa de juros - terceiros	(630)	(27)
Impostos sobre transações financeiras	(347)	(110)
Despesas bancárias	(69)	(103)
Outras despesas financeiras	(483)	(89)
Total de despesas financeiras	<u>(41.684)</u>	<u>(27.161)</u>
Total	<u>(35.277)</u>	<u>(23.074)</u>

20. Benefícios a funcionários. 20.1. Política contábil. Benefícios de curto prazo a empregados - salários, férias e encargos. Os pagamentos de benefícios de curto prazo a empregados como salários ou férias e os respectivos encargos são mensalmente reconhecidos na demonstração de resultados pelo regime de competência. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago se a Companhia tiver uma obrigação legal presente ou constituída de pagar esse valor em função do serviço já prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada com segurança. Benefícios de curto prazo a empregados – programa de participação nos resultados. A Companhia adota o programa de participação nos lucros com base em contribuições de equipes e unidades de negócio e no desempenho geral da Companhia através de geração de caixa operacional. A Companhia cria uma provisão com base na mensuração periódica do cumprimento de suas metas e resultados, respeitando o regime de competência da obrigação presente resultante de um evento passado no valor estimado da saída de recursos no futuro. Benefícios de longo prazo a empregados – plano de contribuição definida (previdência privada). O objetivo do plano de previdência privada é permitir que o funcionário e a companhia façam contribuições mensais para criar um fundo que será usado na aposentadoria, sendo a participação opcional. As obrigações desse benefício aos funcionários são reconhecidas como despesa quando o serviço é executado. Benefícios de longo prazo a empregados – planos de saúde definidos (benefício pós-emprego). A obrigação líquida da Companhia com relação a planos de saúde definidos é calculada separadamente para cada plano ao estimar o valor do benefício futuro que os funcionários receberão pelos serviços executados no período atual e em períodos anteriores. O benefício é descontado para determinar seu valor presente. O cálculo da obrigação do plano de saúde definido é feito anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. As remensurações da obrigação líquida do plano de saúde, que incluem ganhos e perdas atuariais, são imediatamente reconhecidas em outros resultados abrangentes. Os juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de saúde definido são reconhecidas no resultado. Benefícios de longo prazo a empregados – opções de ações. Os acionistas do Grupo WS, em assembleia geral extraordinária, aprovaram a migração do plano de opções de ações (“Plano de Migração”) da Wilson Sons Limited (“WSL”) para a Wilson Sons Holdings Brasil S.A. em 24/06/2021, em função da reorganização societária. O Plano de Migração substituiu as opções de ações outorgadas pela WSL sob o Esquema de Opções de Ações de 2014, conforme alterado em 2016 (“Plano WSL”) para funcionários elegíveis. O Plano de Migração assegura que os diretos e, em particular, as opções outorgadas sejam mantidas de acordo com as condições estipuladas no Plano WS. Com a substituição do plano de opções de ações houve o recálculo do valor justo. Para transações de pagamento com base em ações, a Companhia mensura diretamente as opções concedidas e o aumento correspondente no patrimônio líquido pelo valor justo da outorga da opção. O valor justo é calculado utilizando o modelo binomial Hull & White. Após o reconhecimento e mensuração iniciais, a estimativa do número de instrumentos patrimoniais para os quais se espera que as condições de serviço e do desempenho não mercantil sejam satisfaitas é revisada durante o período de carência. O montante acumulado reconhecido se baseia na quantidade de instrumentos patrimoniais para os quais se espera que as condições de serviço e do desempenho que não são de mercado sejam satisfaitas. Não são feitos ajustes em relação às condições do mercado. O benefício é concedido a funcionários elegíveis, da Wilson Sons Holdings Brasil S.A., holding do Grupo Wilson Sons, e de suas subsidiárias, e são selecionados pelo conselho de administração. O plano de opções dá aos participantes o direito de adquirir ações da Wilson Sons Holdings Brasil S.A. por um preço fixo pré-determinado. A partir do final dos respectivos períodos de carência, os participantes podem exercer suas opções dentro de um período de até dez anos a partir da data de concessão das respectivas opções no âmbito do plano. As opções terminam na data de seu vencimento ou imediatamente em caso de demissão do beneficiário, o que ocorrer primeiro. As opções são canceladas se não forem exercidas em até seis meses da data em que o participante sai da Companhia ou deixa de exercer o cargo, em razão de, dentre outras, lesões, invalidez, aposentadoria ou demissão sem justa causa. **20.2. Estimativas e julgamentos contábeis críticos. Benefícios de longo prazo a empregados – planos de saúde definidos (benefício pós-emprego).** Os valores reconhecidos para os benefícios a funcionários dependem de vários fatores que são determinados com base em cálculos atuariais que utilizam diversas premissas para determinar os custos e os passivos. Uma das premissas utilizadas é a determinação e utilização da taxa de desconto. Quaisquer alterações nessas premissas afetam os registros contábeis feitos. A Companhia, junto com atuários externos, revisa no final de cada exercício as premissas que serão utilizadas para o próximo exercício. Essas premissas são utilizadas para determinar o valor justo das obrigações, os custos e despesas e os valores futuros estimados de saída de caixa. **20.3. Valores reconhecidos no resultado**

	31/12/2022	31/12/2021
Benefícios de curto prazo a empregados	(97.356)	(91.312)
Benefícios de longo prazo a empregados - previdência privada	(515)	(477)
Benefícios de longo prazo a empregados - benefício pós-emprego	(299)	(198)
Benefícios de longo prazo a empregados - opções de ações	-	(43)
Total	<u>(98.170)</u>	<u>(92.030)</u>

21. Gestão de riscos. Gestão integrada de riscos. A Companhia tem uma política de gerenciamento de riscos aprovada pelo Conselho de administração em 21/05/2021 e alterada na reunião de 10/08/2021. Essa política define uma série de conceitos, diretrizes e responsabilidades a fim

de garantir a excelência da gestão integrada de riscos da Companhia. O propósito dessa política é garantir que possíveis impactos adversos e oportunidades sejam formalmente gerenciados, incorporando uma visão de riscos na tomada de decisões estratégicas, de acordo com as melhores práticas de mercado. A gestão de riscos financeiros está detalhada na nota 22. **Gestão de risco de capital.** O Grupo gerencia seu capital com o intuito de garantir que suas empresas continuem operando de forma a proporcionar o máximo de retorno aos seus acionistas por meio da otimização de sua estrutura de capital. A estrutura de capital do Grupo consiste em dívida de longo prazo e inclui empréstimos e passivos de arrendamento, caixa e equivalentes de caixa, investimentos e capital próprio atribuível aos acionistas do Grupo, incluindo capital social, reservas e lucros acumulados divulgados nas demonstrações de mutação do patrimônio líquido. O Grupo capta empréstimos para financiar projetos de capital e utiliza o fluxo de caixa desses projetos para pagar as amortizações. O capital de giro é financiado através do caixa gerado pelas atividades operacionais. Não houve alteração relevante na política do Grupo com relação à gestão de capital no ano. **Risco de mudança climática.** O Grupo está exposto a riscos e oportunidades relacionados ao clima. As duas principais categorias de risco são risco de transição e risco físico. Riscos de transição são aqueles que se referem à transição para uma economia de baixo carbono e incluem riscos de política, riscos legais, riscos de tecnologia, riscos de mercado e riscos de reputação. Riscos físicos são aqueles que se referem aos impactos físicos de mudança climática que podem ser graves (aumento de frequência e gravidade de eventos climáticos) ou crônicos (devido a alterações de longo prazo nos padrões climáticos). O Grupo é mais afetado por riscos físicos através de sua exposição a alterações climáticas graves e crônicas. Entretanto, é importante considerar os riscos de transição e os riscos de litígio relacionados ao clima. Nos exercícios findos em 31/12/2022 e 2021, o Grupo avaliou riscos relativos à mudança climática, incluindo aqueles relativos a requisitos regulamentares existentes e emergentes, bem como outros riscos de transição e físicos. O processo de gestão de riscos climáticos do Grupo se baseia no monitoramento de emissões de gases de efeito estufa, marés e dados oceânicos, e alterações e impactos sofridos pelos clientes. Isso permite que o Grupo minimize riscos em potencial e identifique oportunidades, especialmente quanto à redução de suas emissões diretas, e continue adotando tecnologias de ponta para reduzir suas emissões de gases de efeito estufa. O Conselho de administração do Grupo Wilson Sons está atento para entender que as principais iniciativas ambientais, sociais e de governança (ESG) da Empresa estão sendo desenvolvidas e/ou implementadas para reduzir os riscos inerentes ao clima e exposições associadas, como metas de emissões relacionadas ao clima para o Grupo. A Empresa continuará relatando suas divulgações TCFD (*Taskforce for Climate-related Financial Disclosures*), que impulsionaram uma abordagem mais focada na estrutura de gerenciamento de riscos do Grupo para monitorar e gerenciar riscos relacionados ao clima. É ambição do Conselho garantir que esses riscos e oportunidades relacionadas sejam examinados em profundidade e em horizontes de tempo com uma discussão clara das implicações estratégicas e ações de mitigação. **22. Instrumentos financeiros. 22.1. Política contábil. Gestão de riscos financeiros.** A Companhia está sujeita a certos riscos financeiros, como risco de mercado, de liquidez e de crédito, que são gerenciados através de uma avaliação sistemática do risco que a Companhia está sujeita, levando em consideração condições atuais do mercado e projeções orçamentárias de resultados e investimentos a fim de garantir liquidez, rendimento e previsibilidade no fluxo de caixa da Companhia.

Risco	Natureza	Possibilidades de gestão de risco
Risco de mercado – câmbio de moeda estrangeira	Instrumentos financeiros não denominados em dólar	Derivativos, fundos cambiais, hedge natural e hedge contábil como swap e hedge de fluxo de caixa relativos à receita de exportação futura da Companhia
Risco de mercado – taxa de juros	de juros, incluindo, mas não limitado a, CDI, IPCA e TJLP	Swap e financiamentos pré-fixados Reservas de caixa adequadas e empréstimos/financiamento.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas	Diversificação da carteira e políticas de monitoramento dos indicadores de liquidez dos stakeholders
Risco de crédito	Contas a receber, garantias, adiantamentos a fornecedores e outros investimentos financeiros	

Instrumentos financeiros. A Companhia classifica os instrumentos financeiros com base em seu modelo de negócio de gestão de ativos e nas características do fluxo de caixa contratual desses ativos. O teste do modelo de negócios determina a classificação com base no objetivo do ativo do negócio e se os fluxos de caixa contratuais representam somente os pagamentos do principal e de juros. Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado (“VJR”) a menos que certas condições que permitam uma mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) ou pelo custo amortizado sejam atendidas. Ganhos e perdas com instrumentos de dívida são reconhecidos como receita em outros resultados abrangentes quando forem baixados. Investimentos em instrumentos patrimoniais são mensurados pelo VJR a menos que sejam elegíveis para mensuração pelo VJORA, cujos ganhos e perdas não são reciclados para receita. Todas as obrigações financeiras são inicialmente mensuradas pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e mensurados pelo custo amortizado e atualizados usando o método da taxa efetiva de juros. Os instrumentos derivativos permanecem classificados na categoria VJR. A Companhia não possui histórico de transferência entre os instrumentos financeiros mensurados pelo VJR, VJORA ou custo amortizado. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. **Valor justo de instrumentos financeiros.** Os instrumentos financeiros da Companhia são gerenciados através de estratégias operacionais a fim de obter liquidez, rentabilidade e segurança. A política da Companhia consiste no monitoramento contínuo das taxas acordadas e das taxas disponíveis no mercado e se os investimentos financeiros de curto prazo estão sendo adequadamente marcados a mercado pelas instituições que lidam com os recursos. A determinação dos valores realizáveis estimados dos ativos e passivos financeiros da Companhia depende de informações disponíveis no mercado e de metodologias de avaliação importantes. Contudo, é necessário um julgamento considerável ao interpretar os dados do mercado a fim de obter o valor realizável estimado mais adequado. De acordo com as estimativas da Administração, os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, investimentos, contas a receber e outras contas a receber e a pagar estão consistentes com os saldos contábeis. **Hierarquia de instrumentos financeiros.** A técnica de avaliação do fluxo de caixa descontado é utilizada para mensurar os valores justos de ativos e passivos financeiros, cuja premissa é o valor presente dos fluxos de caixa estimado por cotações de mercado futuras. Para ativos e passivos financeiros, quando os saldos contábeis se aproximarem razoavelmente do valor justo, os valores justos não são determinados, de acordo com o CPC 40 (IFRS 7) - *Instrumentos Financeiros: Divulgações*. Os ativos e passivos financeiros da Companhia são classificados no “Nível 2” da hierarquia de valor justo. Quando comparado com o valor contábil não houve transferência entre os níveis de valor justo em 31/12/2022 e 2021. Para o nível 2, as informações são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, exceto para os preços cotados (não ajustados) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos com a Companhia possa ter acesso na data de mensuração. **22.2. Estimativas e julgamentos contábeis críticos.** O valor justo de instrumentos financeiros não negociados em um mercado ativo é determinado usando técnicas de avaliação. A Companhia utiliza seu julgamento para escolher entre os diversos métodos. As premissas são baseadas em condições de mercado prevalentes na data de reporte. A análise do impacto no caso em que os resultados reais diferem da estimativa da administração é apresentada em moeda estrangeira e as análises de sensibilidade de risco da taxa de juros está demonstrada nessa nota explicativa. As estimativas contábeis críticas para provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa estão apresentadas na nota 4.

22.3. Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2022		31/12/2021	
	Custo	Total	Custo	Total
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa ⁽¹⁾	3.2	1.851.685,1	8.702	2.284.652,8
Contas a receber	4.3	27.955	-	26.877
Outros ativos circulantes		5.917	-	5.840
Total do ativo circulante		35.723.685,1	42.574	35.001.652,8
Não circulante				
Depósitos judiciais		2.351	-	2.721
Contas a receber de partes relacionadas	23.2	67	-	-
Total do ativo não circulante		2.418	-	2.721
Total dos ativos financeiros		38.141.685,1	44.992	37.722.652,8
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores		9.409	-	12.949
Empréstimos e financiamentos	10.2	41.377	-	38.588
Passivos de arrendamento		27.610	-	24.845
Outros passivos circulantes		5.086	-	3.739
Total do passivo circulante		83.482	-	80.121
Não circulante				
Contas a pagar de partes relacionadas	23.2	5.912	-	2.005
Empréstimos e financiamentos	10.2	55.000	-	62.500
Passivos de arrendamento		265.927	-	244.728
Total do passivo não circulante		326.839	-	309.233
Total de passivos		410.321	-	410.321

⁽¹⁾ O valor justo através do resultado na Companhia corresponde a investimentos em renda fixa no valor de R\$6,9 milhões em 31 de dezembro de 2022 e de R\$6,5 milhões em 31 de dezembro

de 2021. **22.4. Valor justo de empréstimos e financiamentos.** Empréstimos e financiamentos são registrados pelos seus valores contratuais. Para determinar o valor justo desses instrumentos financeiros, a Companhia calcula seus valores presentes pelos fluxos de caixa futuros a uma taxa de juros aplicável a instrumentos de natureza, prazo e riscos similares ou pelos preços de mercado desses instrumentos. A Companhia leva em consideração que para os outros ativos e passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, seus valores contábeis se aproximam de seus valores justos e, por isso, as informações sobre seus valores justos não estão sendo apresentadas.

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Bradesco - NCE – Real	63.608	64.147	101.088	101.791
Santander - Real	32.769	32.761	-	-
Total	<u>96.377</u>	<u>96.908</u>	<u>101.088</u>	<u>101.791</u>

22.5. Gestão de risco da moeda estrangeira. Como os fluxos de caixa operacionais da Companhia são parcialmente denominados em reais, eles estão sujeitos a variações cambiais a partir da aquisição do instrumento e da data de pagamento. A Companhia busca neutralizar o risco de moeda estrangeira dos fluxos de caixa operacionais combinando receitas e despesas em geral para tentar gerar um excedente de caixa operacional na mesma moeda em que o serviço da dívida de cada negócio é determinado. Os valores contábeis dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira do Grupo na data de fechamento do balanço estão demonstrados abaixo:

	Ativo		Passivo	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Transações em dólares	18.859	17.060	-	-

22.6. Gestão do risco da taxa de juros. Os riscos de taxa de juros decorrem de investimentos financeiros e empréstimos e financiamentos. A maior parte das dívidas da Companhia denominadas em reais expostas a taxas variáveis como a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), o Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para financiamento de operações portuárias. Os investimentos da Companhia denominados em reais são remunerados por taxas de juros correspondentes à variação diária do CDI para títulos privados emitidos e/ou *bonds* emitidos pelo governo (“*Selic-Over*”). **22.7. Análise de sensibilidade. Análise de sensibilidade da moeda estrangeira.** A análise de sensibilidade apresentada abaixo estima os impactos da desvalorização do real em relação ao dólar norte-americano com base na posição de 31 de dezembro de 2022. Três cenários de taxas de câmbio foram considerados: o cenário provável e dois cenários de deterioração de 25% (possível) e de 50% (remoto) na taxa de câmbio. A Companhia utiliza do relatório “Focus” publicado pelo BACEN (Banco Central do Brasil) para determinar o cenário provável.

		31/12/2022			
		Taxa de câmbio (l)			
		Cenário provável	Cenário possível (25%)	Cenário remoto (50%)	
		R\$5.2500 / US\$1.00	R\$6.5625 / US\$1.00	R\$7.8750 / US\$1.00	
Operação	Risco	Montante em R\$	Resultado provável ⁽¹⁾	Cenário possível (25%)	Cenário remoto (50%)
Total dos ativos	USD	18.859	117	4.861	9.605
			117	4.861	9.605

(1) Relatório Focus publicado pelo BACEN em 6 de janeiro de 2023.

		31/12/2021			
		Taxa de câmbio (l)			
		Cenário provável	Cenário possível (25%)	Cenário remoto (50%)	
		R\$5.5900 / US\$1.00	R\$6.9875 / US\$1.00	R\$8.3850 / US\$1.00	
Operação	Risco	Montante em R\$	Resultado provável ⁽¹⁾	Cenário possível (25%)	Cenário remoto (50%)

Tecon Rio Grande S.A.

CNPJ/MF nº 01.640.625/0001-80 - NIRE nº 43300035182

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e Bancos	3	1.851	2.284
Fundos de investimento	3	6.851	6.528
Contas a receber de clientes	4	27.955	26.877
Depósitos judiciais	-	2.351	2.721
Contas a receber de partes relacionadas	23.2	67	-
Total de exposição ao risco de crédito		<u>39.075</u>	<u>38.410</u>

b) Análise de rating. As operações de instrumentos financeiros para caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo são realizadas com instituições financeiras cujos limites de exposição são revistos periodicamente e aprovados por alçada competente. O risco de crédito das instituições financeiras é avaliado através de uma metodologia que considera, dentre outras informações, os ratings divulgados pelas agências internacionais de rating. O quadro a seguir apresenta os ratings para mercado de capitais brasileiro para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia contrata operações de aplicações financeiras de caixa e equivalentes de caixa:

	31/12/2022	31/12/2021
AAA.br	8.525	8.651
AA.br	175	160
Outros	2	1
Total	<u>8.702</u>	<u>8.812</u>

Fonte de informação: Moodys. **23. Transações com partes relacionadas. 23.1. Política contábil.** As partes relacionadas da Companhia são a acionista e as suas companhias relacionadas. As transações com partes relacionadas foram conduzidas pela Companhia sob as mesmas condições de mercado, observando o preço e as condições normais de mercado. Contudo, essas transações estão sujeitas a condições que não são menos favoráveis à Companhia em comparação com aquelas negociadas com outras partes.

23.2. Saldos com partes relacionadas

	31/12/2022		31/12/2021	
	Contas a receber	Contas a pagar	Contas a receber	Contas a pagar
(1) Wilson Sons Shipping Services Ltda.	2	48	-	-
(2) Wilson Sons Holdings Brasil S.A.	-	1.732	-	1.061
(3) Wilson Sons Serviços Marítimos Ltda.	2	3.933	-	778
(4) Allink Transportes Internacionais Ltda.	-	199	-	166
(5) Wilson Sons Terminais e Logística Ltda.	63	-	-	-
Total	<u>67</u>	<u>5.912</u>	<u>-</u>	<u>2.005</u>

(1) Conta corrente a pagar / Rateio despesas corporativas; (2) Rateio despesas corporativas; (3) Conta corrente a receber / Conta corrente a receber/ Rateio despesas corporativas; (4) Conta corrente a receber; (5) Conta corrente a receber. **23.3. Transações com partes relacionadas**

	31/12/2022				31/12/2021			
	Rateio corpo-contrato	Serviços	Co-mis- são	Receita de aluguel/ serviços	Rateio corpo-contrato	Serviços	Co-mis- são	Receita de aluguel/ serviços
Wilson Sons Shipping Services Ltda.	(960)	-	-	107	337	-	-	-
Wilson Sons Holdings Brasil S.A.	(6.146)	-	-	-	(19.625)	-	-	-
Wilson Sons Serviços Marítimos Ltda.	(24.851)	(34)	-	-	(5.811)	(14)	-	-
Allink Transportes Internacionais Ltda.	-	-	(2.400)	-	-	-	(2.469)	-
Wilson Sons Terminais e Logística Ltda.	-	-	-	686	-	-	-	686
Total	<u>(31.957)</u>	<u>(34)</u>	<u>(2.400)</u>	<u>793</u>	<u>(25.099)</u>	<u>(14)</u>	<u>(2.469)</u>	<u>686</u>

23.4. Remuneração dos executivos

	31/12/2022	31/12/2021
Benefícios salariais de curto prazo	3.180	4.219
Benefícios pós-emprego (1) e encargos sociais	82	120
Total	<u>3.262</u>	<u>4.339</u>

(1) Plano de previdência privada - PGBL

DIRETORIA Paulo Roberto Telesca Bertinetti
CONTADOR Eduardo Mello de Freitas - CRC-RJ 117392/O-9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Tecon Rio Grande S.A. Rio Grande – RS. Opinião. Examinamos as demonstrações financeiras da Tecon Rio Grande S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tecon Rio Grande S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos. Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior.** O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 12 de abril de 2022, sem modificação. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 25 de abril de 2023. KPMG Auditores Independentes Ltda., CRC SP-014428/O-6 F-RJ. Marcelo Luiz Ferreira - Contador CRC RJ-087095/O-7.

BAIXE O APP JC

DISPONÍVEL NO Google play

DISPONÍVEL NA App Store

ÚLTIMAS NOTÍCIAS E VERSÃO PARA FOLHEAR!

PUBLICIDADE LEGAL



RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 02.016.440/0001-62 - NIRE 43.300.036.146

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 25 de Janeiro de 2023

1. Data, Hora e Local: Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de janeiro de 2023, às 15h50, na sede social da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. ("RGE" ou "Companhia"), localizada na Avenida São Borja, nº 2.801, Fazenda São Borja, CEP 93032-525, Cidade de São Leopoldo, Estado Rio Grande do Sul. **2. Convocação e Presença:** Convocação realizada nos termos do estatuto social da Companhia, com a presença da totalidade dos atuais membros do Conselho de Administração da Companhia, sendo o Sr. Yuehui Pan representado neste ato por seu procurador Luis Henrique Ferreira Pinto. **3. Mesa:** Presidente: Luis Henrique Ferreira Pinto e Secretário: Pedro Vitor Dias Trindade. **4. Ordem do Dia:** (i) Aprovar a Contratação de Serviços de Construção e Manutenção de Linhas de Transmissão ("CCM-T"); (ii) Aprovar a celebração de Acordo Corporativo de Compartilhamento de Custos - REN 948/2021 da ANEEL; e (iii) Conhecer da atualização de valores estatutários para 2023. **5. Deliberação:** Examinadas e debatidas as matérias constantes da Ordem do Dia, foram tomadas as deliberações a seguir pelo Conselho por unanimidade de votos: (i) **Aprovar, nos termos do Número de Referência 2022398-C**, a celebração do Contrato de Prestação de Serviços de Construção, Reconstrução e Manutenção de Linhas de Transmissão e Subestações ("CCM-T") pela RGE e pela Companhia Jaguaré de Energia ("CPFL Santa Cruz"), Companhia Paulista de Força e Luz ("CPFL Paulista") e Companhia Piratininga de Força e Luz ("CPFL Piratininga"), em conjunto denominadas "Distribuidoras", conforme fornecedor, valores, termos e condições constantes no material arquivado na sede da Companhia. São considerados inclusos todos os impostos e despesas, pelo período de execução e reajuste de acordo com material arquivado na sede da Companhia. O valor do fornecedor pode variar de acordo com a efetiva demanda de cada Distribuidora. No caso de inclusão de outras empresas, a aprovação acima descrita não prejudica a eventual necessidade de submissão aos órgãos deliberativos competentes da empresa a ser incluída no contrato. (ii) **Aprovar, nos termos do Número de Referência 2022487-C**, a celebração do Contrato de Compartilhamento de Custos Corporativos ("Contrato") entre RGE e entre CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia"), CPFL Piratininga, CPFL Santa Cruz, CPFL Paulista, Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica ("CPFL Transmissão"), CPFL Energias Renováveis S.A. ("CPFL Renováveis") e CPFL Geração de Energia S.A. ("CPFL Geração"), em conjunto denominadas "Empresas do Grupo CPFL", condicionado à anuência prévia e conforme as regras estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") na Resolução nº 948/2021. O Contrato terá vigência de 05 (cinco) anos, contados a partir da data de sua assinatura, sendo que o valor para cada Empresa do Grupo CPFL corresponderá ao percentual baseado no critério de Ativo Imobilizado Bruto, conforme material arquivado na sede da Companhia. (iii) **Conheceram, nos termos do Número de Referência 2023029-C**, da atualização dos valores monetários referentes às competências estatutárias, segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do ano de 2022 (5,78509%). **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, a ata foi lida e aprovada pelos presentes, que a subscrevem, sendo a publicação e o registro da presente ata autorizados sob a forma de extrato, com a omissão das assinaturas dos Conselheiros e com a supressão de informações estratégicas e/ou confidenciais. Luis Henrique Ferreira Pinto (Presidente da Mesa e Presidente do Conselho de Administração), Fabricio Manganelli Klafke (Conselheiro Representante dos Empregados), Yuehui Pan (Vice-Presidente do Conselho de Administração, neste ato representado pelo Sr. Luis Henrique Ferreira Pinto) e Pedro Vitor Dias Trindade (Secretário). Certifico que a presente é extrato da ata original lavrada em Livro Próprio de Reuniões de Conselho de Administração. São Leopoldo, 25 de janeiro de 2023. **Luis Henrique Ferreira Pinto** - Presidente; **Pedro Vitor Dias Trindade** - Secretário. **Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul** - Certifico registro sob o nº 8778904 em 06/03/2023 da empresa RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A., CNPJ 02016440000162 e Protocolo 230386431 - 10/02/2023. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

-  agencias@jornaldocomercio.com.br
-  comercial@jornaldocomercio.com.br
-  (51) 3213-1333 / 3213-1338
-  (51) 9 9649-0062

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL



RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 02.016.440/0001-62 - NIRE 43.300.036.146

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 23 de Fevereiro de 2023

1. **Data, Hora e Local:** Aos 23 (vinte e três) dias do mês de fevereiro de 2023, às 15h30, na sede social da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. ("RGE" ou "Companhia"), localizada na Avenida São Borja, nº 2.801, Fazenda São Borja, CEP 93032-525, Cidade de São Leopoldo, Estado Rio Grande do Sul. 2. **Convocação e Presença:** Convocação realizada nos termos do estatuto social da Companhia, com a presença da totalidade dos atuais membros do Conselho de Administração da Companhia, sendo o Sr. Yuehui Pan representado neste ato por seu procurador Luis Henrique Ferreira Pinto. 3. **Mesa:** Presidente: Luis Henrique Ferreira Pinto e Secretário: Pedro Vitor Dias Trindade. 4. **Ordem do Dia:** (I) Aprovar a participação da Companhia nos Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits de Energia Nova ("MCSDEns") e dos montantes máximos de energia que poderão ser declarados à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). 5. **Deliberação:** Examinadas e debatidas as matérias constantes da Ordem do Dia, foram tomadas as deliberações a seguir pelo Conselho por unanimidade de votos: (I) **Aprovar, nos termos do Número de Referência 2023042-C**, a participação da RGE nos MCSDEns de "A-0" a ser realizado em abril de 2023 e "A-1" a ser realizado em março de 2023, bem como dos montantes máximos de energia que poderão ser declarados à CCEE nestes MCSDEns, em conformidade com a legislação vigente que determina às Distribuidoras o atendimento de 100% (cem por cento) de seu mercado consumidor, minimizando riscos de sobrecontratação e penalidades regulatórias, conforme termos e condições descritos no material arquivado na sede da companhia. 6. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, a ata foi lida e aprovada pelos presentes, que a subscrevem, sendo a publicação e o registro da presente ata autorizados sob a forma de extrato, com a omissão das assinaturas dos Conselheiros e com a supressão de informações estratégicas e/ou confidenciais. Luis Henrique Ferreira Pinto (Presidente da Mesa e Presidente do Conselho de Administração), Fabricio Manganelli Klafke (Conselheiro Representante dos Empregados), Yuehui Pan (Vice-Presidente do Conselho de Administração, neste ato representado pelo Sr. Luis Henrique Ferreira Pinto) e Pedro Vitor Dias Trindade (Secretário). Certifico que a presente é extrato da ata original lavrada em Livro Próprio de Reuniões de Conselho de Administração. São Leopoldo, 23 de fevereiro de 2023. **Luis Henrique Ferreira Pinto** - Presidente; **Pedro Vitor Dias Trindade** - Secretário. **Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul** - Certifico o registro sob o nº 8826499 em 27/03/2023 da empresa RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A., CNPJ 02016440000162 e Protocolo 230694675 - 07/03/2023. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

BAIXE O
APP JC

Jornalismo sério e de credibilidade na palma da sua mão

Acesso ilimitado para assinantes JC:

Últimas notícias
Versão para folhear
Notificações das notícias mais importantes



PUBLICIDADE LEGAL

TRAMONTINA MADEIRAS S. A.
Encruzilhada do Sul - RS - CNPJ nº 93682854/0001-86 - NIRE: 43300042588

ERRATA ÀS PUBLICAÇÕES DAS DFs. EXERCÍCIO DE 2022

Fica esclarecido que o atual Conselho de Administração da Companhia, eleito em 28 de abril de 2022, é formado pelos Conselheiros Eduardo Scomazzon (Presidente), Marcos Tramontina (Vice-Presidente), Ildo Paludo, Joselito Gusso, Roberto João Manfroi e Gerson Finkler Dias. Dessa forma, o erro material na listagem dos componentes do Conselho de Administração da Companhia, quando das publicações feitas no Jornal do Comércio impresso e no digital na edição de 23 de março de 2023, às fls. 3 do 2º. caderno e fls. 3 do caderno Publicidade Legal, respectivamente, é aqui retificado, devendo ser considerada a nominata acima e não como lá constou. Por outro lado, todos os demais dados e informações das Demonstrações Financeiras não contém qualquer erro material, sendo as mesmas aqui ratificadas. Carlos Barbosa, RS, 27 de abril de 2023.

Márcio Silva Braga – Diretor – CPF nº 971.368.320-04
Everson Garrighan Lemos – Diretor – CPF. CPF nº 937.860.850-72

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

Terramar Investimentos S.A.

CNPJ nº 91.411.181/0001-02

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Relatório da Administração: Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, relativos ao Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Demonstrações de Resultados: Controladora Consolidado. Receita líquida de vendas (nota 22), Custo das vendas (nota 23), Lucro bruto, Outras receitas (despesas), Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos.

Resultado financeiro: Resultado de equivalência patrimonial (nota 11). Resultado antes dos impostos e contribuição social (nota 8). Lucro líquido do exercício.

Lucro por ação: Lucro por ação ordinária - básico (em R\$), Lucro por ação ordinária - diluído (em R\$). As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações de Resultados Abrangentes: Lucro líquido do exercício, Outros componentes do resultado abrangente, Itens que serão posteriormente reclassificados para o resultado, Itens que não serão posteriormente reclassificados para o resultado.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido: Reservas de capital, Reservas de lucros, Ajuste de avaliação patrimonial, Total, Participações de não controladores.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas: 1 Contexto operacional: A Terramar Investimentos é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como atividade principal a participação em outras empresas, compra e venda de imóveis e administração de imóveis próprios.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas: 2 Relação de entidades controladas: As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Terramar Investimentos S.A. e das suas controladas diretas e indiretas, a seguir relacionadas:

Tabela de entidades controladas com colunas: País, Controle direto (%), Controle indireto (%). Inclui empresas como Évora S.A., Terramar Florestal Ltda., Fitesa S.A., etc.

Embalagens Ltda., mediante aporte do investimento que possuía na subsidiária integral America Tampus Argentina S.A., 3 Base de preparação: a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC): As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

b. Base de mensuração: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, tais como os instrumentos financeiros derivativos apresentados na nota explicativa 20. c. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras da controladora e de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora e consolidadas são preparadas usando a moeda funcional de cada entidade, com exceção das controladas no México e Peru que utilizam como moeda funcional o Dólar Americano e as demais controladas utilizam as moedas dos respectivos países.

d. Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Julgamentos: As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na nota explicativa 19 (b). Incertezas sobre premissas e estimativas: As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data de emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas: nota explicativa 8 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos; disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados; nota explicativa 8 - incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro; a incerteza está relacionada a interpretação da legislação dos diversos países onde a Companhia possui investimentos, embora atualmente não tenha nenhuma fiscalização em andamento, e a Companhia tenha realizado a interpretação correta das legislações, em eventual fiscalização os fisco poderão ter uma interpretação diferente; nota explicativa 12 - teste de redução ao valor recuperável de ativos fixos; principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento; nota explicativa 13 - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio; principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento; nota explicativa 15 - reconhecimento e mensuração de provisões e provisão para processos judiciais; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; nota explicativa 17 - mensuração de obrigações de benefícios definidos; principais premissas atuariais; e nota explicativa 20 - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais; principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda. Hierarquia de valor justo: A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. e. Novas normas e interpretações ainda não efetivas: Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia e suas controladas não adotaram essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. e.1 Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1): As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. Devido esta norma estar sujeita à desenvolvimentos futuros, a Companhia e suas controladas não podem determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no período de aplicação inicial. A Companhia e suas controladas estão monitorando os desenvolvimentos futuros. e.2 Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12): As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início

continua

→ **continuação**

do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componentes do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado. A Companhia e suas controladas não identificarão impactos relevantes. **e.3 Outras Normas:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: • IFRS 17 Contratos de Seguros. • Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2). • Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8). **4 Principais políticas contábeis:** A Companhia e suas controladas aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. **a. Base de consolidação e investimentos em controladas e em empreendimento controlado em conjunto:** (i) **Controladas e empreendimento controlado em conjunto:** A Companhia controla uma entidade quando está exposta aos ou tem direito sobre os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto deve existir um acordo contratual que permita à Companhia controle compartilhado da entidade e dá à Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto e não direito aos seus ativos e passivos específicos. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. (ii) **Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intra-grupo e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. (iii) **Combinação de negócios:** Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para a Companhia. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, a Companhia avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um *input* e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar *output*. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício. (iv) **Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades pela taxa de câmbio das datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moeda estrangeira na data do balanço são convertidos para a moeda de apresentação pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. (v) **Operações no exterior:** Os ganhos e as perdas decorrentes de variações de investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido em avaliação patrimonial e reconhecidos no demonstrativo de resultado quando esses investimentos forem alienados, total ou parcialmente. As demonstrações financeiras de controladas no exterior são convertidas para a moeda funcional da controladora pela taxa de câmbio da data do fechamento, no caso das contas do balanço patrimonial (incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes na aquisição), e pelas taxas médias mensais de câmbio, no caso das contas de resultado. As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores. (vi) **Participação de acionistas não controladores:** A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. **b. Instrumentos financeiros:** **b.1. Ativos e passivos financeiros não derivativos:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia e suas controladas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. A Companhia e suas controladas baixam um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. (i) **Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia e suas controladas têm os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, conforme nota explicativa 20. A Companhia e suas controladas classificam todos seus ativos financeiros não derivativos ao custo amortizado. No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida ou instrumento patrimonial; ou ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. (ii) **Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, arrendamentos e outras contas a pagar, conforme nota explicativa 20. Os passivos financeiros foram classificados e mensurados ao custo amortizado. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **b.2. Instrumentos financeiros derivativos:** Certas controladas da Companhia detêm instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxas de juros. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações contabilizadas no resultado. **b.3. Capital Social: Ações ordinárias:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. **Debêntures:** As debêntures emitidas são conversíveis em uma quantidade fixa de ações ordinárias e a opção de liquidar ou convertê-las está sob controle da Companhia, portanto, atendem os

pré-requisitos das métricas contábeis para serem classificadas como instrumentos patrimoniais. Os juros das debêntures são contabilizados em despesas financeiras na demonstração do resultado. **c. Redução ao valor recuperável (impairment):** **i. Ativos financeiros não-derivativos:** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada para todo o saldo em aberto em risco desses clientes. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. A provisão para riscos de crédito foi calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber, além de uma avaliação prospectiva que leva em consideração a mudança ou expectativa de mudança em fatores econômicos que afetam as perdas esperadas de crédito, as quais são determinadas com base em probabilidades ponderadas. **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de *impairment*. Um ativo financeiro possui "problemas de *impairment*" quando ocorre um ou mais eventos com impacto prelatejial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de *impairment* inclui os seguintes dados observáveis: - dificuldades financeiras significativas do devedor; - quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso a partir de mais de 30 dias; - reestruturação de um valor devido à Companhia e suas controladas em condições que não seriam aceitas em condições normais; - a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou - o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos para a recuperação dos valores devidos. **ii. Ativos não financeiros:** Em cada data de reporte, a Companhia e suas controladas revisam os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base em fluxos de caixa futuros. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC). Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. **d. Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). Ao avaliar o valor recuperável dos seus ativos a Companhia incluiu os ativos em andamento, composto substancialmente por ampliação das linhas de produção. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar, incluindo os encargos financeiros para os empréstimos diretamente vinculados a projeto de construção ou a qualquer outro ativo qualificável. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e/ou suas controladas. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. A exaustão de florestamento e reforestamento é apurada mensalmente na proporção do consumo. Os métodos de depreciação, as vidas úteis (divulgadas na nota explicativa 12) e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **e. Intangível:** O ágio (*goodwill*) resultante na aquisição de controlada é apurado e incluído nos ativos intangíveis nas demonstrações financeiras consolidadas. O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. Nas demonstrações individuais da controladora, com relação às companhias investidas registradas por equivalência patrimonial, o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil do investimento. Outros ativos intangíveis adquiridos que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A amortização é reconhecida no resultado baseado no método linear e nas vidas úteis de seus itens, líquido de seus valores residuais estimados, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado. Os métodos de amortização, as vidas úteis (divulgadas na nota explicativa 13) e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **f. Estoques:** Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, que não excede o valor realizável líquido. O custo dos estoques inclui gastos incorridos na aquisição e transporte. No caso de estoques acabados e estoques em elaboração, o custo inclui custos gerais de fabricação baseadas na capacidade normal de operação. **g. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **h. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento:** No início de um contrato, a Companhia e suas controladas avaliam se um contrato é ou contém um arrendamento, caso o mesmo transfirir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. **Arrendamentos:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, é alocada a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. Um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento são reconhecidos na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado por remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e suas controladas. A taxa incremental sobre empréstimos é determinada obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; pagamentos variáveis que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; valores que se espera que sejam pagos, de acordo com as garantias de valor residual; e o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o arrendatário estimar exercer a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros resultante de alteração

em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, por alteração de avaliação de exercer uma opção de compra, extensão ou rescisão ou por existência de um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência e, dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. **Arrendamentos de ativos de baixo valor:** A Companhia e suas controladas optaram por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, reconhecendo os pagamentos dos mesmos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **i. Benefícios concedidos a empregados:** Os planos de benefícios a empregados são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos referentes ao aumento do valor presente da obrigação, resultante do serviço prestado pelo empregado, reconhecidos durante o período laborativo dos empregados. A Companhia e suas controladas reconhecem todos os resultados atuariais decorrentes de planos de benefício definido em outros resultados abrangentes. **j. Receita operacional:** A receita líquida é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de devoluções, abatimentos e impostos sobre vendas, como segue: A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e os clientes obtêm o controle dos bens, considerando ainda o fato de que as seguintes condições tenham sido satisfeitas: • O valor da receita e os termos do pagamento possam ser identificados; • É provável que a Companhia e suas controladas receberão a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens que serão transferidos ao cliente. O valor de receita reconhecida é ajustado para as devoluções esperadas. **k. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem principalmente receitas de rendimentos sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos financeiros derivativos são reconhecidas no resultado financeiro. As despesas financeiras abrangem principalmente despesas com juros e encargos sobre financiamentos. Custos de financiamento que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado e mensurados através do método de juros efetivos. **l. Subvenção governamental:** Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período, confrontada com as despesas que pretendem compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições do CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais. A Companhia e suas controladas atendem aos requisitos para reconhecimento no resultado. As doações e as subvenções recebidas pelas controladas antes da adoção inicial das leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 foram registradas em conta de reserva de capital no patrimônio líquido e serão mantidas até a sua destinação. **m. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. As controladas no exterior estão sujeitas às alíquotas de imposto de renda de acordo com as legislações vigentes em cada país sede. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se na legislação vigente até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados, caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **n. Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e à média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia apresenta o resultado por ação diluído considerando a diluição pela conversão das debêntures, tanto para o cálculo básico como para o resultado diluído.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Caixa e saldo em bancos	288	58	596.000	363.285
Aplicações financeiras	110.020	22.604	310.460	194.479
	110.308	22.662	906.460	557.764

No consolidado o montante em caixa e bancos contém os saldos em conta corrente bancária das controladas do exterior nas suas respectivas moedas funcionais, principalmente em Dólar Norte-Americano e Euro, convertidas para reais em 31 de dezembro de 2022 e de 2021. As aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas possuem liquidez imediata, com baixo risco de variação e referem-se preponderantemente a aplicações em fundos de investimentos cujo rendimento ocorre de uma taxa média próxima a variação integral dos Certificados dos Depósitos Interbancários - CDI. A exposição da Companhia e suas controladas a riscos de taxas de juros, risco cambial e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 20.

	Consolidado				
	31/12/21	Adições	Reversões	Variação cambial	31/12/22
Vencidos entre 31 e 180 dias	1.524	420	-	-	1.944
Vencidos há mais de 180 dias	13.433	6.712	(5.533)	(665)	13.947
Total	14.957	7.132	(5.533)	(665)	15.891

6 Contas a receber de clientes

Clientes no Brasil

Clientes no exterior

Provisão para perdas esperadas em contas a receber

Movimentação da provisão para perdas estimadas: A exposição a riscos do contas a receber está apresentada na nota explicativa 20.

	Consolidado				
	31/12/21	Adições	Reversões	Variação cambial	31/12/22
Produtos acabados	263.163				356.074
Produtos em elaboração	12.520				12.671
Matérias-primas	424.121				543.205
Almoxarifados de manutenção	105.308				103.055
Outros	13.006				20.229
Provisão para perdas	(13.195)				(14.550)
	804.923				1.020.684

Os estoques encontram-se livres de ônus e garantias. **8 Imposto de renda e contribuição social: Controladas no exterior:** As controladas no exterior estão sujeitas à alíquota de imposto de renda de 30% no México, Peru e Argentina, 30,7% na Alemanha, 21% nos Estados Unidos, 27,9% na Itália, 25% na China, 21,4% na Suécia, 19% na Inglaterra, 25,8% na Holanda, 20% na Tailândia, 23% no Japão, 9% na Hungria, 22% na Índia e isenta nos Emirados Árabes Unidos, incidindo tais alíquotas sobre os lucros tributáveis, de acordo com as legislações vigentes em cada país sede. Os lucros de controladas no exterior são consolidados e estão sujeitos às regras de tributação em bases universais aplicáveis no Brasil, equalizando as diferenças de alíquotas aplicadas nas diversas geografias onde as controladas estão localizadas. A Companhia entende que realmente a interpretação correta de tais legislações e não existe na data destas demonstrações financeiras nenhuma discussão fiscal em andamento. **(a) Ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos:** No consolidado, o imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos têm a seguinte movimentação:

	Consolidado				
	31/12/21	Adições	conversão	Baixas	31/12/22
Ativo:					
Varição cambial	78.801	-	-	(77.389)	1.412
Outras diferenças temporárias	35.844	836	1.460	(18.582)	19.558
Prejuízo fiscal e base negativa	33.042	483	(2.864)	(3.480)	27.181
	147.687	1.319	(1.404)	(99.451)	48.151
Passivo:					
Derivativos	-	(8.183)	702	-	(7.481)
Varição cambial	(22.389)	(3.304)	295	47	(25.351)
Ativos identificados na aquisição de controladas	(141.257)	(1.429)	11.059	23.313	(108.314)
Depreciação	(13.041)	(786)	(2.022)	2.778	(13.071)
Outras diferenças temporárias	(12.425)	(711)	222	2.346	(10.568)
	(189.112)	(14.413)	10.256	28.484	(164.785)
Impostos diferidos líquidos	(41.425)				(116.634)
Ativo	123.836				101.351
Passivo	(165.261)				(217.985)
	(41.425)				(116.634)

→ **continua**

* continuação

do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componentes do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado. A Companhia e suas controladas não identificaram impactos relevantes. **e.3 Outras Normas:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: **IFRS 17 Contratos de Seguros** - Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS *Practice Statement 2*). • Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8). **4 Principais políticas contábeis:** A Companhia e suas controladas aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. **a. Base de consolidação e investimentos em controladas e em empreendimento controlado em conjunto:** **(i) Controladas e empreendimento controlado em conjunto:** A Companhia controla uma entidade quando está exposta aos ou tem direito sobre os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto deve existir um acordo contratual que permita à Companhia controle compartilhado da entidade e dá à Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto e não direito aos seus ativos e passivos específicos. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. **(ii) Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intra-grupo e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **(iii) Combinação de negócios:** Combinações de negócios são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para a Companhia. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, a Companhia avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um *input* e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar *output*. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício. **(iv) Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades pela taxa de câmbio das datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moeda estrangeira na data do balanço são convertidos para a moeda de apresentação pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. **(v) Operações no exterior:** Os ganhos e as perdas decorrentes de variações de investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido em avaliação patrimonial e reconhecidos no demonstrativo de resultado quando esses investimentos forem alienados, total ou parcialmente. As demonstrações financeiras de controladas no exterior são convertidas para a moeda funcional da controladora pela taxa de câmbio da data do fechamento, no caso das contas do balanço patrimonial (incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes na aquisição), e pelas taxas médias mensais de câmbio, no caso das contas de resultado. As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores. **(vi) Participação de acionistas não controladores:** A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. **b. Instrumentos financeiros:** **b.1. Ativos e passivos financeiros não derivativos:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia e suas controladas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. A Companhia e suas controladas baixam um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(i) Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia e suas controladas têm os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, conforme nota explicativa 20. A Companhia e suas controladas classificam todos seus ativos financeiros não derivativos ao custo amortizado. No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida ou instrumento patrimonial; ou ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **(ii) Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, arrendamentos e outras contas a pagar, conforme nota explicativa 20. Os passivos financeiros foram classificados e mensurados ao custo amortizado. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **b.2. Instrumentos financeiros derivativos:** Certas controladas da Companhia detêm instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxas de juros. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações contabilizadas no resultado. **b.3. Capital Social: Ações ordinárias:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. **Debêntures:** As debêntures emitidas são conversíveis em uma quantidade fixa de ações ordinárias e a opção de liquidar ou convertê-las está sob controle da Companhia, portanto, atendem os

pré-requisitos das métricas contábeis para serem classificadas como instrumentos patrimoniais. Os juros das debêntures são contabilizados em despesas financeiras na demonstração do resultado. **c. Redução ao valor recuperável (impairment):** **i. Ativos financeiros não-derivativos:** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada para todo o saldo em aberto em risco desses clientes. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. A provisão para riscos de crédito foi calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber, além de uma avaliação prospectiva que leva em consideração a mudança ou expectativa de mudança em fatores econômicos que afetam as perdas esperadas de crédito, as quais são determinadas com base em probabilidades ponderadas. **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de *impairment*. Um ativo financeiro possui "problemas de *impairment*" quando ocorre um ou mais eventos com impacto pre-judicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de *impairment* inclui os seguintes dados observáveis: - dificuldades financeiras significativas do devedor; - quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso a partir de mais de 30 dias; - reestruturação de um valor devido à Companhia e suas controladas em condições que não seriam aceitas em condições normais; - a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou - o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos para a recuperação dos valores devidos. **ii. Ativos não financeiros:** Em cada data de reporte, a Companhia e suas controladas revisam os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base em fluxos de caixa futuros. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC). Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. **d. Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). Ao avaliar o valor recuperável dos seus ativos a Companhia incluiu os ativos em andamento, composto substancialmente por ampliação das linhas de produção. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar, incluindo os encargos financeiros para os empréstimos diretamente vinculados a projeto de construção ou a qualquer outro ativo qualificável. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e/ou suas controladas. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. A exaustão de florestamento e reflorestamento é apurada mensalmente na proporção do consumo. Os métodos de depreciação, as vidas úteis (divulgadas na nota explicativa 12) e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **e. Intangível:** O ágio (*goodwill*) resultante na aquisição de controlada é apurado e incluído nos ativos intangíveis nas demonstrações financeiras consolidadas. O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. Nas demonstrações individuais da controladora, com relação às companhias investidas registradas por equivalência patrimonial, o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil do investimento. Outros ativos intangíveis adquiridos que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear e nas vidas úteis de seus itens, líquido de seus valores residuais estimados, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado. Os métodos de amortização, as vidas úteis (divulgadas na nota explicativa 13) e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **f. Estoques:** Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, que não excede o valor realizável líquido. O custo dos estoques inclui gastos incorridos na aquisição e transporte. No caso de estoques acabados e estoques em elaboração, o custo inclui custos gerais de fabricação baseadas na capacidade normal de operação. **g. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **h. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento:** No início de um contrato, a Companhia e suas controladas avaliam se um contrato é ou contém um arrendamento, caso o mesmo transfira o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. **Arrendamentos:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, é alocada a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. Um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento são reconhecidos na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos direitos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado por remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e suas controladas. A taxa incremental sobre empréstimos é determinada obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; pagamentos variáveis que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; valores que se espera que sejam pagos, de acordo com as garantias de valor residual; e o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o arrendatário estimar exercer a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros resultante de alteração

S.A.

em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, por alteração de avaliação de exercer uma opção de compra, extensão ou rescisão ou por existência de um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência e, dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. **Arrendamentos de ativos de baixo valor:** A Companhia e suas controladas optaram por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, reconhecendo os pagamentos dos mesmos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **i. Benefícios concedidos a empregados:** Os planos de benefícios a empregados são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos referentes ao aumento do valor presente da obrigação, resultante do serviço prestado pelo empregado, reconhecidos durante o período laborativo dos empregados. A Companhia e suas controladas reconhecem todos os resultados atuariais decorrentes de planos de benefício definido em outros resultados abrangentes. **j. Receita operacional:** A receita líquida é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de devoluções, abatimentos e impostos sobre vendas, como segue: A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e os clientes obtêm o controle dos bens, considerando ainda o fato de que as seguintes condições tenham sido satisfeitas: • O valor da receita e os termos do pagamento possam ser identificados; • É provável que a Companhia e suas controladas receberão a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens que serão transferidos ao cliente. O valor de receita reconhecida é ajustado para as devoluções esperadas. **k. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem principalmente receitas de rendimentos sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos financeiros derivativos são reconhecidas no resultado financeiro. As despesas financeiras abrangem principalmente despesas com juros e encargos sobre financiamentos. Custos de financiamento que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado e mensurados através do método de juros efetivos. **l. Subvenção governamental:** Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período, confrontada com as despesas que pretendem compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições do CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais. A Companhia e suas controladas atendem aos requisitos para reconhecimento no resultado. As doações e as subvenções recebidas pelas controladas antes da adoção inicial das leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 foram registradas em conta de reserva de capital no patrimônio líquido e serão mantidas até a sua destinação. **m. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. As controladas no exterior estão sujeitas às alíquotas de imposto de renda de acordo com as legislações vigentes em cada país sede. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se na legislação vigente até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados, caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **n. Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e à média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia apresenta o resultado por ação diluído considerando a diluição pela conversão das debêntures, tanto para o cálculo básico como para o resultado diluído.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Caixa e saldo em bancos	288	58	596.000	363.285
Aplicações financeiras	110.020	22.604	310.460	194.479
	110.308	22.662	906.460	557.764

No consolidado o montante em caixa e bancos contém os saldos em conta corrente bancária das controladas do exterior nas suas respectivas moedas funcionais, principalmente em Dólar Norte-Americano e Euro, convertidas para reais em 31 de dezembro de 2022 e de 2021. As aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas possuem liquidez imediata, com baixo risco de variação e referem-se preponderantemente a aplicações em fundos de investimentos cujo rendimento ocorre de uma taxa média próxima a variação integral dos Certificados dos Depósitos Interbancários - CDI. A exposição da Companhia e suas controladas a riscos de taxas de juros, risco cambial e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 20.

6 Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	31/12/22	31/12/21
Clientes no Brasil	340.879	346.687
Clientes no exterior	1.046.675	1.097.667
	1.387.554	1.444.354
	(15.891)	(14.957)
	1.371.663	1.429.397

Movimentação da provisão para perdas estimadas: A exposição a riscos do contas a receber está apresentada na nota explicativa 20.

	Consolidado				
	31/12/21	Adições	Reversões	Varição cambial	31/12/22
Vencidos entre 31 e 180 dias	1.524	420	-	-	1.944
Vencidos há mais de 180 dias	13.433	6.712	(5.533)	(665)	13.947
Total	14.957	7.132	(5.533)	(665)	15.891

7 Estoques

	Consolidado	
	31/12/22	31/12/21
Produtos acabados	263.163	356.074
Produtos em elaboração	12.520	12.671
Matérias-primas	424.121	543.205
Almoxarifados de manutenção	105.308	103.055
Outros	13.006	20.229
Provisão para perdas	(13.195)	(14.550)
	804.923	1.020.684

Os estoques encontram-se livres de ônus e garantias.

8 Imposto de renda e contribuição social: Controladas no exterior: As controladas no exterior estão sujeitas à alíquota de imposto de renda de 30% no México, Peru e Argentina, 30,7% na Alemanha, 21% nos Estados Unidos, 27,9% na Itália, 25% na China, 21,4% na Suécia, 19% na Inglaterra, 25,8% na Holanda, 20% na Tailândia, 23% no Japão, 9% na Hungria, 22% na Índia e isenta nos Emirados Árabes Unidos, incidindo tais alíquotas sobre os lucros tributáveis, de acordo com as legislações vigentes em cada país sede. Os lucros de controladas no exterior são consolidados e estão sujeitos às regras de tributação em bases universais aplicáveis no Brasil, equalizando as diferenças de alíquotas aplicadas nas diversas geografias onde as controladas estão localizadas. A Companhia entende que realidade a interpretação correta de tais legislações e não existe na data destas demonstrações financeiras nenhuma discussão fiscal em andamento. **(a) Ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos:** No consolidado, o imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos têm a seguinte movimentação:

	Consolidado				
	Ajuste de				
Ativo:	31/12/21	Adições	conversão	Baixas	31/12/22
Varição cambial	78.801	-	-	(77.389)	1.412
Outras diferenças temporárias	35.844	836	1.460	(18.582)	19.558
Prejuízo fiscal e base negativa	33.042	483	(2.864)	(3.480)	27.181
	147.687	1.319	(1.404)	(99.451)	48.151
Passivo:					
Derivativos	-	(8.183)	702	-	(7.481)
Varição cambial	(22.389)	(3.304)	295	47	(25.351)
Ativos identificados na aquisição de controladas	(141.257)	(1.429)	11.059	23.313	(108.314)
Depreciação	(13.041)	(786)	(2.022)	2.778	(13.071)
Outras diferenças temporárias	(12.425)	(711)	222	2.346	(10.568)
	(189.112)	(14.413)	10.256	28.484	(164.785)
Impostos diferidos líquidos	(41.425)	-	-	-	(116.634)
Ativo	123.836	-	-	-	101.351
Passivo	(165.261)	-	-	-	(217.985)
	(41.425)	-	-	-	(116.634)

* continua *

* continuação Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Terramar Investimentos S.A.

País	Descrição dos planos	Consolidado	
		31/12/22	31/12/21
Alemanha	Prêmio por tempo de serviço	617	831
Alemanha	Plano de aposentadoria	14.179	20.759
Itália	Prêmio por tempo de serviço	5.649	7.612
México	Plano de aposentadoria	642	667
México	Prêmio por tempo de serviço	409	485
México	Prêmio por demissão sem justa causa	2.892	3.206
EUA	Plano de assistência médica pós-aposentadoria	527	1.447
Tailândia	Plano de aposentadoria	7.156	7.890
	Total	32.071	42.897
	Circulante	1.698	1.540
	Não circulante	30.373	41.357

Os planos de aposentadoria existentes na Alemanha, México e na Tailândia enquadram-se no conceito de planos de benefício definido; o plano da Itália e o plano de assistência médica pós-aposentadoria dos Estados Unidos estão fechados para novos membros, seguindo os funcionários ativos acumulando benefícios. A Fitesa não possui fundo independente constituído. A avaliação atuarial dos planos de benefícios foi feita para 31 de dezembro de 2022, utilizando premissas apropriadas para a referida data e dados atualizados de beneficiários para cada um dos planos separadamente, sendo a Fitesa responsável integralmente pelos riscos atuariais. As principais premissas utilizadas para os cálculos atuariais foram:

	Consolidado	
	31/12/22	31/12/21
Taxa de desconto (média)	4,65%	1,74%
Inflação (média)	2,82%	2,35%
Atualização salarial (México)	5,00%	5,00%
Atualização salarial (Tailândia)	4,70%	3,00%
Aumento nos pagamentos de benefício (Alemanha)	2,60%	2,10%
Aumento nos benefícios (Itália)	3,50%	3,10%

Os movimentos nas obrigações referentes a benefício a empregados são os seguintes:

	Consolidado	
	31/12/22	31/12/21
Saldo de abertura	42.897	44.507
Custo sobre os planos (período corrente)	2.844	2.113
Benefícios pagos	(3.647)	(2.599)
(Perdas)/ganhos atuariais	(5.567)	(888)
Variação cambial em planos no exterior	(4.456)	(236)
Benefícios a empregados	32.071	42.897

18 Incentivos fiscais: Referem-se aos seguintes incentivos, os quais, para fins de apresentação, estão considerados no consolidado na receita líquida de vendas, no caso do ICMS, e na linha de imposto de renda, no caso do IRPJ, quando provenientes de controladas ou no resultado de equivalência patrimonial quando provenientes do empreendimento controlado em conjunto. (a) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) contabilizado no mês de competência da apuração do imposto pelas controladas e pelo empreendimento controlado em conjunto e reconhecido pela controladora através do método da equivalência patrimonial, correspondem no consolidado em 31 de dezembro de 2022 a R\$ 201.825 (R\$ 160.581 em 31 de dezembro de 2021). A controlada indireta Fitesa Não-tecidos S.A. firmou novo Termo de Acordo com a Secretaria de Desenvolvimento e Promoção de Investimento (SDPI) do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Programa Fundopem/Integrar, que entrou em vigor em 01/07/2021 com duração de 90 meses e contempla redução do ICMS incremental mensal devido. A controlada indireta America Indústria e Comércio de Embalagens Ltda., com sede no Rio Grande do Sul, goza de incentivo de ICMS, através da utilização de crédito fiscal presumido de ICMS, nos termos do Decreto Estadual nº 55.392 de 2020. O empreendimento controlado em conjunto pela controlada Évora S.A., Crown Embalagens Metálicas da Amazônia S.A. goza, nas operações realizadas em sua unidade de Manaus, do incentivo de ICMS concedido pelo Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas - CODAM, representado por redução do percentual do imposto devido; possui incentivo fiscal de ICMS concedido pelo Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial - PSDI, representado por redução do percentual do imposto devido na unidade de Estância-SE, tendo esse benefício vencimento em 2034; goza de incentivo fiscal de ICMS concedido pelo Fundo de Desenvolvimento Industrial do Estado do Piauí - FUNDIPI, representada pelo crédito presumido de ICMS em sua unidade de Teresina-PI, com vencimento em 2033; é beneficiária de incentivo fiscal de ICMS na planta de Rio Verde-GO, através do Programa Pró Goiás o qual conta com redução do percentual devido nas operações próprias realizadas, com vencimento em 2032. Ainda, possui crédito outorgado de ICMS relacionado ao investimento da planta daquela localidade, sendo este utilizado em parcelas mensais e com vencimento em 2023; e, na planta de Uberaba-MG, possui incentivo fiscal de ICMS concedido pela Secretaria de Estado de Minas Gerais, representado por diferimento de ICMS em suas operações produtivas. Apesar dos prazos de vigência citados serem os concedidos por cada Estado, a Lei Complementar nº 160/2017 estabelece que todos os incentivos cessarão em dezembro de 2032, exceto aqueles concedidos ao estabelecimento situado na Zona Franca de Manaus. (b) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ): O empreendimento controlado em conjunto Crown Embalagens Metálicas da Amazônia S.A. possui, em sua unidade de Manaus-AM, redução da base de cálculo do imposto de Importação e isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados, assim como a redução da base de cálculo do Imposto de Renda concedida pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, tendo este benefício vencimento final em 2025, bem como possui redução da base de cálculo do Imposto de Renda concedida pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, tendo este benefício vencimento em 2026 na unidade de Teresina-PI e 2029 na unidade de Estância-SE. Estes incentivos têm a possibilidade de serem renovados a depender dos investimentos efetuados na planta após o último incentivo concedido. **19 Patrimônio líquido: a. Capital social:** O capital social da Companhia é de R\$ 775.418, composto por 22.308.970 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. **b. Reservas de capital:** • **Debêntures conversíveis da Companhia:** Em 2022 foi aprovada a 1ª emissão de debêntures conversíveis em ações, que possuem as seguintes características e condições: Data de vencimento: 13 de maio de 2032. Valor da emissão: R\$ 100.000 com valor unitário de R\$ 1. Convertibilidade: as debêntures são conversíveis em ações ordinárias, respeitando-se a proporcionalidade das ações ordinárias da Emissora. A conversão ocorrerá a qualquer momento, a exclusivo critério da emissora, e/ou caso ocorra a declaração de vencimento antecipado. As ações terão as mesmas características e gozarão dos mesmos direitos e vantagens das demais ações ordinárias da Emissora. A conversão ocorrerá a qualquer momento, a exclusivo critério da emissora, e/ou caso ocorra a declaração de vencimento antecipado. As ações terão as mesmas características e gozarão dos mesmos direitos e vantagens das demais ações ordinárias e preferenciais da Emissora, nos termos de seu estatuto social, bem como a quaisquer direitos deliberados em atos societários da emissora em data anterior a data da conversão, inclusive no que se refere aos dividendos que venham a ser aprovados e pagos a partir da data de conversão. As debêntures da 1ª emissão serão conversíveis em 737.616 ações ordinárias. Remuneração: as debêntures serão remuneradas por juros prefixados correspondentes a 11% ao ano, devidos nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro. Resgate antecipado: a Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, resgatar antecipadamente a totalidade das debêntures. Amortização facultativa: as debêntures poderão, a critério da Emissora e a qualquer tempo, ser objeto de amortização facultativa, que deverá abranger, proporcionalmente, a totalidade das debêntures, e estará, em qualquer hipótese, limitado a 98% (noventa e oito por cento) do saldo do valor nominal unitário das debêntures. Considerando suas características e o critério de conversibilidade em ações aplicável a estas emissões, a Companhia reconheceu o montante principal das debêntures em conta específica no patrimônio líquido e sua remuneração no passivo circulante. • **Debêntures conversíveis de Controlada direta:** Em 2018 e em 2022, respectivamente, foram aprovadas a 2ª e 3ª emissão de debêntures conversíveis em ações, que possuem as seguintes características e condições: Data de vencimento: 12 de dezembro de 2028 (2ª emissão) e 13 de maio de 2032 (3ª emissão). Valor da emissão: R\$ 500.000 (2ª emissão) e R\$ 200.000 (3ª emissão), totalizando 700.000 debêntures com valor unitário de R\$ 1. Convertibilidade: as debêntures são conversíveis em ações ordinárias e preferenciais, respeitando-se a proporcionalidade das ações ordinárias e preferenciais da Emissora. A conversão ocorrerá a qualquer momento, a exclusivo critério da emissora, e/ou caso ocorra a declaração de vencimento antecipado. As ações terão as mesmas características e gozarão dos mesmos direitos e vantagens das demais ações ordinárias e preferenciais da Emissora, nos termos de seu estatuto social, bem como a quaisquer direitos deliberados em atos societários da emissora em data anterior a data da conversão, inclusive no que se refere aos dividendos que venham a ser aprovados e pagos a partir da data de conversão. As debêntures da 2ª emissão serão conversíveis em 1.842.682 ações ordinárias e 3.184.306 ações preferenciais. As debêntures da 3ª emissão serão conversíveis em 382.580 ações ordinárias e 661.130 ações preferenciais. Remuneração: as debêntures da 2ª emissão serão remuneradas por juros prefixados correspondentes a 7% ao ano, devidos nos meses de junho e dezembro; as debêntures da 3ª emissão serão remuneradas por juros prefixados correspondentes a 11% ao ano, devidos nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro. Resgate antecipado: a Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, resgatar antecipadamente a totalidade das debêntures. Amortização facultativa: as debêntures poderão, a critério da Emissora e a qualquer tempo, ser objeto de amortização facultativa, que deverá abranger, proporcionalmente, a totalidade das debêntures, e estará, em qualquer hipótese, limitado a 98% (noventa e oito por cento) do saldo do valor nominal unitário das debêntures. Considerando suas características e o critério de conversibilidade em ações aplicável a estas emissões, a Companhia reconheceu o montante principal das debêntures em conta específica no patrimônio líquido e sua remuneração no passivo circulante. • **Debêntures conversíveis de Controlada indireta:** Em 2022 foi aprovada a 1ª emissão de debêntures conversíveis em ações da Fitesa Não-tecidos S.A., que possuem as seguintes características e condições: Data de vencimento: 09 de março de 2032 (1ª série) e 18 de maio de 2032 (2ª série). Valor da emissão: R\$ 400.000 (1ª série) e R\$ 800.000 (2ª série), totalizando 1.200.000 debêntures com valor unitário de R\$ 1. Convertibilidade: as debêntures são conversíveis em ações ordinárias, respeitando-se a proporcionalidade das ações ordinárias da emissora. A conversão ocorrerá a qualquer momento, a exclusivo critério da

emissora, e/ou caso ocorra a declaração de vencimento antecipado. As ações terão as mesmas características e gozarão dos mesmos direitos e vantagens das demais ações ordinárias da emissora, nos termos de seu estatuto social, bem como a quaisquer direitos deliberados em atos societários da emissora em data anterior a data da conversão, inclusive no que se refere aos dividendos que venham a ser aprovados e pagos a partir da data de conversão. As debêntures da 1ª emissão serão conversíveis em 325.808.460 ações ordinárias. Remuneração: as debêntures serão remuneradas por juros prefixados correspondentes a 11% ao ano, devidos nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano. Resgate antecipado: a Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, resgatar antecipadamente a totalidade das debêntures. Amortização facultativa: a qualquer tempo a data de emissão, que deverá abranger, proporcionalmente, a totalidade das debêntures, e estará, em qualquer hipótese, limitado a 98% (noventa e oito por cento) do saldo do valor nominal unitário das debêntures. Considerando suas características e o critério de conversibilidade em ações aplicável a estas emissões, a Companhia reconheceu o montante principal das debêntures em conta específica no patrimônio líquido e sua remuneração no passivo circulante. **c. Reservas de lucros** • **Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. • **Reserva de investimentos e capital de giro:** Constituída conforme artigo 40, parágrafo primeiro do Estatuto Social, formada com base no saldo do lucro ajustado após deduzido dos dividendos obrigatórios, não podendo exceder, em conjunto com a reserva legal, o valor do capital social. **d. Ajuste de avaliação patrimonial:** *i) Reserva de reavaliação:* Constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado das controladas com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes, realizada por depreciação ou baixa dos bens avaliados contra lucros acumulados. *ii) Outros resultados abrangentes:* São considerados nesta rubrica os efeitos das variações cambiais sobre investimentos em controladas no exterior e as perdas/ganhos atuariais sobre benefícios pós-emprego. **e. Dividendos:** Nos termos do Estatuto Social, aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído, em cada exercício, um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, calculado nos termos da lei societária.

	31/12/22	31/12/21
Lucro líquido do exercício	873.249	1.081.306
Reserva Legal - 5%	(43.662)	(54.065)
Base de cálculo dos dividendos	829.587	1.027.241
Percentual de aplicação para dividendos conforme estatuto	25%	25%
Dividendos mínimos obrigatório	207.397	256.810
Distribuição complementar	370.394	647.772
Distribuição proposta	577.791	904.582
Dividendos propostos	577.791	904.582
Dividendos por ação	25,90	40,55

Em reuniões do Conselho de Administração em 2022 foram aprovadas, sujeito ainda à ratificação da Assembleia Geral dos Acionistas a ser convocada oportunamente, a distribuição de R\$ 577.791, a título de dividendos, por conta dos resultados do ano e, adicionalmente, em Assembleia Geral Extraordinária de 29 de novembro de 2022 foi deliberada a distribuição de R\$ 122.659 a título de dividendos por conta de reserva de lucros. **20 Instrumentos financeiros: Derivativos:** A Companhia, através de suas controladas mantém operações com instrumentos financeiros derivativos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Em 31 de dezembro de 2022, a controlada indireta

31 de dezembro de 2022

Passivos financeiros não derivativos

Empréstimos e financiamentos	3.914.418	5.544.020	1.366.156	791.869	847.557	2.538.438
Fornecedores	533.174	533.174	533.174	-	-	-
Arrendamentos a pagar	45.640	55.972	12.615	8.016	7.055	28.286
Passivos financeiros derivativos						
Swap de taxas de moedas utilizados para hedge	(21.984)	(21.984)	(21.984)	-	-	-
Total	<u>4.471.248</u>	<u>6.111.182</u>	<u>1.889.961</u>	<u>799.885</u>	<u>854.612</u>	<u>2.566.724</u>

Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos: Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pelas controladas da Companhia e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos dessas controladas e no resultado de equivalência da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços e em parcela significativa de suas vendas há contratos com clientes que possuem cláusulas regulando repasses ao preço dos produtos decorrentes de oscilações nos preços das principais matérias-primas e insumos de produção. **Risco de taxas de câmbio:** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e suas controladas para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros. Em razão de seu volume de exportações, a manutenção de investimentos em controladas no exterior e ainda em função de parcela significativa das vendas possuírem contratos com clientes com cláusulas contratuais regulando o repasse ao preço dos produtos decorrentes de oscilação nos preços das principais matérias-primas e insumos de produção e também regulando o repasse de oscilação das taxas de câmbio, a Companhia e suas controladas possuem proteção natural contra seus passivos em dólar e euro, mantendo acompanhamento constante dos fluxos de entrada e saída em moeda estrangeira, de modo a evitar que haja exposição. Também para proteção destas oscilações, a Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de hedge para mitigar esses riscos. **Exposição à moeda estrangeira - sobre instrumentos financeiros:** A exposição efetiva ao risco de moeda diferente daquela onde estão as operações e consequentemente a geração de caixa está abaixo apresentada, com base em valores nominais, expressos em moeda estrangeira:

	Consolidado	
	31/12/22	31/12/21
Dólar (mil)	Euro (mil)	
Contas a receber	18.777	-
Caixa e equivalentes de caixa	5.229	32.970
Empréstimos e financiamentos	(217.659)	(260.252)
Fornecedores	(2.320)	(515)
Exposição líquida do balanço patrimonial	(195.973)	(227.797)

As seguintes taxas de câmbio foram aplicadas durante o ano:

US\$ (Dólar dos EUA)	5,2177	5,5805
€ (Euro)	5,5694	6,3210

Análise de sensibilidade - sobre instrumentos financeiros: As bases utilizadas para projeção dos efeitos sobre desvalorização cambial consideram apenas aqueles instrumentos efetivamente expostos à variação entre a moeda do instrumento e a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Uma variação razoavelmente possível do Real contra as moedas Dólar e Euro, em 31 de dezembro, teriam afetado a mensuração dos instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira e afetado o patrimônio líquido e o resultado dos montantes demonstrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, permanecem constantes e ignoram qualquer impacto da previsão de vendas e compras. Outras moedas estrangeiras são utilizadas em outros países onde empresas controladas operam e não se espera variações substanciais que possam afetar o patrimônio líquido e o resultado.

	Consolidado	
	31/12/22	31/12/21
Variação no Resultado do exercício		
Dólar (variação de 1,57%)	(16.117)	-
Euro (variação de 1,57%)	(20.011)	-

A controlada indireta Fitesa Sweden possui empréstimos em Dólar e Euro que geram riscos de câmbio em relação à sua moeda funcional, que é a Coroa Sueca. **Risco de taxas de juros:** Decorre da possibilidade da Companhia e as suas controladas sofrerem perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia mantém acompanhamento permanente do mercado e pode decidir, em determinadas circunstâncias, efetuar operações de hedge para travar o custo financeiro das operações. Na data das demonstrações financeiras consolidadas, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	Consolidado		
	Valor Contábil	31/12/22	31/12/21
Instrumentos de taxa fixa			
Aplicações financeiras	49.173	38.729	
Empréstimos e financiamentos	2.329.074	2.109.044	
Instrumentos de taxa variável			
Aplicações financeiras	352.868	155.750	
Empréstimos e financiamentos	1.585.344	2.811.717	

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável: Uma alteração de 10 pontos percentuais na base das taxas de juros, na data das demonstrações financeiras consolidadas, teria, antes dos correspondentes efeitos do imposto de renda, impactado o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados a seguir. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente quanto à moeda

Fitesa Simpsonville Inc. possui swap de fluxo de caixa para os contratos de financiamento em dólar estadunidense com indexador vinculado a LIBOR mais juros fixos de 1,8% a.a. Para mesma moeda acrescida de juros fixos de 2,81% a.a. A posição atual com relação a contratos de derivativos é conforme abaixo:

	Indexador	Valor de referência				Valor a receber			
		31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Contratos de Swap									
Swap de taxa de juros passiva	2,81%	135.780	158.684	644	2.655	21.984	3.512		

As operações da Companhia e suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos: **Risco de crédito:** Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco, sem concentração de recursos em uma ou em poucas instituições. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Consolidado	
	31/12/22	31/12/21
Caixa e equivalentes de caixa	906.460	557.764
Contas a receber de clientes	1.371.663	1.429.397
Total	<u>2.278.123</u>	<u>1.987.161</u>

A exposição máxima ao risco de crédito para recebíveis entre mercado nacional e mercado externo está distribuída a seguir:

	Consolidado	
	31/12/22	31/12/21
Nacional	331.198	337.883
Exterior	1.040.465	1.091.514
Total	<u>1.371.663</u>	<u>1.429.397</u>

A composição dos recebíveis por faixa de vencimento nas demonstrações financeiras era:

	Consolidado			
	31/12/22	31/12/21		
Contas a receber				
Provisão PCLD				
31/12/22	31/12/21			
A vencer	1.294.410	-	1.266.252	-
Vencidos de 1 a 30 dias	48.590	-	106.463	-
Vencidos entre 31 e 180 dias	30.608	(1.945)	58.104	(1.524)
Vencidos há mais de 180 dias	13.828	(13.828)	13.417	(13.315)
Total	<u>1.387.436</u>	<u>(15.773)</u>	<u>1.444.236</u>	<u>(14.839)</u>

Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco de a Companhia e suas controladas encontrarem dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamento de juros estimados até o vencimento final das obrigações:

	Consolidado					
	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	2 anos	3 anos	4 anos ou mais
Empréstimos e financiamentos	3.914.418	5.544.020	1.366.156	791.869	847.557	2.538.438
Fornecedores	533.174	533.174	533.174	-	-	-
Arrendamentos a pagar	45.640	55.972	12.615	8.016	7.055	28.286
Passivos financeiros derivativos						
Swap de taxas de moedas utilizados para hedge	(21.984)	(21.984)	(21.984)	-	-	-
Total	<u>4.471.248</u>	<u>6.111.182</u>	<u>1.889.961</u>	<u>799.885</u>	<u>854.612</u>	<u>2.566.724</u>

estrangeira, são mantidas constantes.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa

Alteração na taxa de juros sobre financiamentos

Alteração na taxa de juros sobre aplicações financeiras	6.665	11.563
Total	2.341	848

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro): Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e as suas controladas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de empréstimos. Em determinadas circunstâncias são efetuadas operações de hedge para evitar oscilações do custo financeiro das operações. **Valor justo:** A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	31/12/22		31/12/21	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos mensurados pelo custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	906.460	906.460	557.764	557.764
Contas a receber de clientes	1.371.663	1.371.663	1.429.397	1.429.397
Passivos mensurados pelo valor justo				
Instrumentos financeiros derivativos (Swap de juros e de moeda)	21.984	21.984	(3.512)	(3.512)
Passivos mensurados pelo custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	3.914.418	3.914.418	4.920.760	4.521.407
Fornecedores	533.174	533.174	747.282	747.282
Arrendamentos	45.640	45.640	49.884	59.883

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. As taxas de juros, utilizadas para descontar fluxos de caixa estimados, quando aplicável, estão baseadas na curva de rendimento de títulos do governo na data das demonstrações financeiras consolidadas. O valor justo estimado para os instrumentos financeiros derivativos quando contratados pela Companhia e por suas controladas foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias específicas de avaliações sendo caracterizados como nível 2 na hierarquia de valor justo. Entretanto, uso de julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo de cada operação. **21 Segmentos operacionais:** a. Base para segmentação: A Companhia considera que possui como segmento reportável

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Terramar Investimentos S.A.						
Segmentos de negócios	31/12/22			31/12/21		
	Nãootecidos	Outros	Consolidado	Nãootecidos	Outros	Consolidado
America Latina e México	2.038.593	168.981	2.207.574	2.429.719	158.178	2.587.897
Estados Unidos	2.109.336	-	2.109.336	2.248.639	-	2.248.639
Europa e China	2.611.517	-	2.611.517	2.978.111	-	2.978.111
Sudeste Asiático	413.372	-	413.372	416.787	-	416.787
Total das receita por segmentos	7.172.818	168.981	7.341.799	8.073.256	158.178	8.231.434

22 Receita de vendas	Consolidado	
	31/12/22	31/12/21
Receita bruta de vendas	7.684.005	8.550.753
Impostos sobre vendas	(307.375)	(298.210)
Abatimentos e devoluções	(34.831)	(21.109)
Receita líquida de vendas	7.341.799	8.231.434

23 Despesas por Natureza	Consolidado	
	31/12/22	31/12/21
Matérias-primas e materiais de consumo	4.405.216	4.723.205
Despesa com pessoal	793.581	936.335
Depreciação e amortização	524.270	544.193
Despesas de transporte	243.175	254.356
Despesas de energia	295.364	304.560
Outras despesas	518.378	478.440
Custo dos produtos vendidos, despesas com vendas e despesas administrativas	6.779.984	7.241.089

24 Receitas e despesas financeiras	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Aplicações financeiras	12.726	2.421	25.721	16.087
Receitas de jrs. s/capital próprio	197	-	210	-
Atualização de créditos fiscais	594	185	8.039	10.934
Outras receitas financeiras	489	3.290	848	8.897
Variações monetárias	29.211	9.489	29.211	9.489
Juros sobre financiamentos	(18.543)	(16.073)	(181.993)	(142.324)
Juros sobre debêntures conversíveis	(6.706)	-	(146.314)	(34.357)
Outras despesas financeiras	(2.946)	(2.697)	(13.451)	(55.439)
Variação cambial líquida	11.122	(11.976)	149.669	(63.817)
Resultado financeiro líquido	26.144	(15.361)	(128.060)	(250.530)

Contadora Iolanda Rubbo - CRC RS 51265/O-8	Consolidado	
	31/12/22	31/12/21
Lucro líquido do exercício	873.249	1.081.306
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas	22.308.970	22.308.970
Média ponderada do número de ações ordinárias considerando efeitos dilutivos	23.046.586	22.308.970
Lucro básico por ação - em reais (R\$)	39,14	48,47
Lucro diluído por ação - em reais (R\$)	37,89	48,47

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Conselheiros e Diretores da Terramar Investimentos S.A. Porto Alegre - RS

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Terramar Investimentos S.A. (Companhia) identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Terramar Investimentos S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

KPMG Porto Alegre, 28 de abril de 2023
KPMG Auditores Independentes Ltda André Luiz de Godoy
 CRC SP-014428/F-7 Contador CRC PR-050218/O-0 T-SC

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

- ✉ agencias@jornaldocomercio.com.br
- ✉ comercial@jornaldocomercio.com.br
- ☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338
- ☎ (51) 9 9649-0062

Jornal do Comércio
 O Jornal de economia e negócios do RS



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

ADS ER COMPLEXO EÓLICO CORREDOR DOS SENANDES S.A.

CNPJ/MF nº 17.298.793/0001-70

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E 1º DE JANEIRO DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado			Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021			31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
		(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)			(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Ativo circulante						Passivo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	121	4.641	459	33.602	Empréstimos e financiamentos	10	-	-	19.375	19.250
Contas a receber de clientes	5	-	-	-	14.403	Fornecedores	-	-	-	444	938
Impostos a recuperar		69	21	15	158	Passivo de arrendamento	8	-	-	1.430	918
Dividendos a receber	7	4.369	4.027	4.556	-	Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias	-	21	-	616	566
Outros créditos		-	-	-	1.051	Dividendos a pagar	13	-	4.342	3.546	4.343
Total do ativo circulante		4.559	8.689	5.030	49.214	Imposto de renda e contribuição social a recolher		18	-	716	755
Ativo não circulante						Outras contas a pagar	11	149	151	152	453
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	-	13.985	Total do passivo circulante		167	4.514	3.698	22.581
Depósitos judiciais	11.d	9	9	9	251	Passivo não circulante					
Investimentos	7	172.987	173.810	159.470	-	Empréstimos e financiamentos LP	10	-	-	127.155	144.933
Direito de uso de ativos	8	-	-	-	5.378	Passivo de arrendamento	8	-	-	4.501	5.140
Imobilizado	9	615	371	-	255.746	Provisão para contingências	11.a	-	-	399	137
Intangível		-	-	-	8.084	Outras contas a pagar	-	-	-	-	191
Total do ativo não circulante		173.611	174.190	159.479	283.444	Total do passivo não circulante					132.055
Total do ativo		178.170	182.879	164.509	332.658	Patrimônio líquido	12	157.550	152.990	152.990	152.990

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
		(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Receita operacional líquida	13	-	-	65.155	61.772
Custo dos produtos vendidos	14	-	-	(29.719)	(27.288)
Lucro bruto				35.436	34.484
Despesas operacionais					
Gerais e administrativas	15	-	-	(2.037)	(1.560)
Outras despesas operacionais, líquidas	-	(14)	(1)	(1.925)	(257)
Resultado de equivalência patrimonial	7	17.246	18.368	-	-
		17.232	18.367	(3.962)	(1.817)
Resultado operacional		17.232	18.367	31.474	32.667
Resultado financeiro, líquido	16	244	(17)	(10.565)	(11.966)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		17.476	18.350	20.909	20.701
Imposto de renda e contribuição social	17	(38)	-	(3.471)	(2.349)
Lucro líquido do exercício		17.438	18.350	17.438	18.352
Atribuível aos:					
Acionistas controladores				17.438	18.350
Participações de não controladores				-	2
Lucro líquido do exercício				17.438	18.352
Lucro básico e diluído por ação				0,11	0,12

as notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
		(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Saldo em 01 de janeiro de 2021 (Reapresentado)		-	-	61.772	57.250
Lucro líquido do exercício		17.438	18.350	17.438	18.352
Saldo em 31 de dezembro de 2022		17.438	18.350	17.438	18.352

as notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
		(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Lucro líquido do exercício		17.438	18.350	17.438	18.352
Resultado abrangente		17.438	18.350	17.438	18.352
Atribuível aos:					
Acionistas controladores				17.438	18.350
Participações de não controladores				-	2
Lucro líquido do exercício				17.438	18.352

as notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais - A ADS ER Complexo Eólico Corredor dos Senandes S.A. ("Complexo Senandes" ou "Companhia"), com sede em Rio Grande - RS, foi constituída em 03 de dezembro de 2012 e tem como objeto social a participação em outras companhias ou sociedades empresárias, personificadas ou não, na qualidade de sócia ou acionista, que explorem negócios de geração e comercialização de energia elétrica provenientes de fontes alternativas, bem como a administração de bens próprios. Os empreendimentos de geração de energia elétrica de fonte eólica ("Projetos"), de propriedade das controladas da Companhia, fazem parte do Complexo Corredor do Senandes ("Complexo"), constituído de 04 parques eólicos com capacidade instalada de 108,0 MW em um total de 40 aerogeradores, todos em plena operação, que compartilham a mesma subestação e linha de transmissão. Os Projetos foram vencedores do Leilão de Energia de Reserva ("LER") realizado em 18 de agosto de 2011 ("LER 2011"), tendo contratado a comercialização de 50,5 MW médios pelo prazo de 20 anos. Os projetos estão autorizados pelo Ministério de Minas e Energia (MME) a operar como produtores independentes de energia elétrica até o ano de 2047. A Companhia é controlada pela acionista ADS ER Energia Renováveis S.A. ("ADS" anteriormente denominada "NCER" NCER Energias Renováveis S.A.). A estrutura dos investimentos da Companhia inclui as seguintes sociedades: ADS ER Complexo Eólico Corredor dos Senandes S.A. ("Complexo do Senandes", anteriormente denominada "OEA Energia Renováveis S/A"); ADS ER Eólica Corredor do Senandes II S.A. ("Corredor do Senandes II", anteriormente denominada "OEA Corredor do Senandes 2"); ADS ER Eólica Corredor do Senandes III S.A. ("Corredor do Senandes III"); ADS ER Eólica Corredor do Senandes IV S.A. ("Corredor do Senandes IV"); ADS ER Eólica Vento Aragono I S.A. ("Vento Aragono I"). As controladas foram constituídas em 13 de outubro de 2011, tendo como objeto social: (a) receber outorga de autorização pelo Ministério de Minas e Energia (MME) para estabelecer-se como produtora independente de energia; (b) desenvolver estudos, projetar, implantar, construir, operar, manter e explorar empreendimentos de geração de energia elétrica de fonte eólica; (c) comercializar a energia gerada pelo empreendimento; e (d) celebrar contrato de energia de reserva relativo à energia negociada no âmbito do Leilão nº-03/2011. A emissão das presentes demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, foi autorizada pela diretoria da Companhia em 20 de abril de 2023. **Impactos à pandemia do Covid-19:** Apesar da paralisação de vários setores produtivos e fragilidade da economia mundial, causadas pela pandemia do Coronavírus (Covid-19), até o momento a Companhia não sofreu impactos em sua operação. Adicionalmente, a Companhia possui contrato com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) que compra toda a energia gerada pela Companhia. Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do efeito financeiro nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados, ou do valor recuperável da UGC. A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações contábeis. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações contábeis, as seguintes principais medidas foram tomadas incluindo as de cunho social: • Implementação de medidas temporárias ou definitivas no quadro de funcionários, com o objetivo de reduzir as despesas salariais no médio prazo; • Medida de prevenção do contágio entre os colaboradores, adotando o home office, afastando os que estão mais expostos ao grupo de risco, como mulheres grávidas, colaboradoras com mais de 60 anos, entre outros. **2. Resumo das principais políticas contábeis** - As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e Lei das Sociedades por Ações, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração da sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. **2.2. Representação de valores correspondentes:** Em 1 de janeiro de 2019 entrou em vigor o CPC 06(R2) - Arrendamentos. Tendo em vista que a Companhia não realizou a implementação do referido CPC desde sua vigência, a Companhia, através de suas controladas, fez a adoção integral de forma retrospectiva e portanto, reapresentou suas demonstrações financeiras a fim de demonstrar os impactos efetivos da norma vigente seguindo as orientações estabelecidas pelo CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Os saldos reapresentados foram afetados da seguinte forma: a) **Balanco patrimonial:** (i) **Controladora**

	31/12/2022		31/12/2021		01/01/2021	
	Originalmente apresentado	Ajustes Reapresentado	Originalmente apresentado	Ajustes Reapresentado	Originalmente apresentado	Ajustes Reapresentado
Ativo						
Total do ativo circulante	6.889	-	6.889	-	5.030	-
Ativo não circulante						
Investimentos	173.704	106	173.810	-	159.431	39
Outros ativos não circulantes	380	-	380	-	9	9
Total do ativo não circulante	174.084	106	174.190		159.440	39
Total do ativo	180.973	106	178.279		164.470	39
Passivo e patrimônio líquido						
Total do passivo circulante	4.363	151	4.514		3.546	152
Total do passivo não circulante						
Prejuízos acumulados	19.199	(45)	19.154		7.182	(113)
Outros itens do patrimônio líquido	159.211	-	159.211		153.742	-
Total Patrimônio líquido	178.410	(45)	178.365		160.924	(113)
Total do passivo e patrimônio líquido	182.773	106	182.879		164.470	39
(ii) Consolidado						
Ativo						
Total do ativo circulante	56.963	-	56.963		40.765	-
Ativo não circulante						
Direito de uso de ativos	-	5.755	5.755		-	5.976
Imobilizado	272.921	(346)	272.575		288.427	(307)
Outros ativos não circulantes	20.524	-	20.524		23.804	-
Total do ativo não circulante	293.445	5.409	298.854		312.231	5.669
Total do ativo	350.408	5.409	355.817		352.996	5.669
Passivo e patrimônio líquido						
Passivos de arrendamento	-	918	918		-	886
Outros passivos circulantes	26.783	(478)	26.305		28.102	(314)
Total do passivo circulante	26.783	440	27.223		28.102	572
Passivos de arrendamento	-	5.140	5.140		-	5.210
Outros passivos não circulantes	145.196	(126)	145.070		163.953	-
Total do passivo não circulante	145.196	5.014	150.210		163.953	5.210
Prejuízos acumulados	19.199	(45)	19.154		7.182	(113)
Outros itens do patrimônio líquido	159.211	-	159.211		153.742	-
Total Patrimônio líquido	178.410	(45)	178.365		160.924	(113)
Total do passivo e patrimônio líquido	350.389	5.409	355.798		352.979	5.669

b) **Demonstração de resultado**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Receita operacional líquida	-	-	61.772	57.250
Custo dos imóveis vendidos	-	-	(27.765)	(27.288)
Lucro bruto			34.007	477
Receitas/(despesas) operacionais	(1)	(1)	(2.077)	(1.817)
Equivalência patrimonial	18.300	68	18.368	-
Lucro antes do resultado financeiro	18.299	68	18.367	32.667
Resultado financeiro	(17)	(17)	(10.565)	(11.966)
Lucro antes dos impostos	18.282	68	18.350	20.701
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	(2.349)
Lucro líquido do exercício	18.282	68	18.350	18.352

Os impactos nas demonstrações de resultados abrangentes e demonstração das mutações do patrimônio líquido são reflexos dos ajustes demonstrados acima. Os ajustes acima trouxeram os seguintes impactos na demonstração do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2021:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(3)	(3)	25.533	272
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	4.185	-	4.185	(1.677)
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento	-	-	(5.202)	(272)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	4.182	-	4.182	18.654

2.3. Consolidação: a) Demonstrações financeiras consolidadas: As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as informações da Companhia e suas controladas, nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias diretas e indiretas em 31 de dezembro: i) **Controladas:** Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas consolidadas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E 1º DE JANEIRO DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Reserva de Lucros	Lucro (prejuízo) acumulado	Total do patrimônio líquido dos controladores	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2021 (Reapresentado)	152.990	5	747	7.069	-	160		

ADS ER COMPLEXO EÓLICO CORREDOR DOS SENANDES S.A.

tração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **2.11. CPC 06(R2) - Arrendamentos:** A Companhia, através de suas controladas, aplicou, de forma retrospectiva, o CPC 06(R2) vigente a partir de 1º de janeiro de 2019, que introduziu o único modelo de arrendamento, substituindo o conceito de classificação entre arrendamento mercantil operacional e financeiro. O principal objetivo é definir se existe um arrendamento nos contratos ou se o contrato é uma prestação de serviço. Após esta definição, se um contrato contiver um arrendamento, deverá ser contabilizado no ativo, a ser depreciado e no passivo com apropriação de encargos financeiros, usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial. **a) Como arrendatário:** Como arrendatário, a Companhia arrendou diversos ativos, incluindo imóveis, equipamentos de produção e equipamentos de TI. A Companhia classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente O grupo. De acordo com o CPC 06(R2), a Companhia reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria desses arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial. No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual. No entanto, para arrendamentos imobiliários, a Companhia optou por não separar os componentes que não são de arrendamento e contabilizar o arrendamento e os componentes de não arrendamento associados, como um único componente de arrendamento. **b) Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06(R2):** Anteriormente, a Companhia classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R2). Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental da Companhia em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso são mensurados: • Pelo seu valor contábil como se o CPC 06(R2) tivesse sido aplicado desde a data de início, descontado usando a taxa de empréstimo incremental da Companhia na data da aplicação inicial; A Companhia aplicou essa abordagem ao seu maior arrendamento imobiliário; ou • Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados; a Companhia aplicou essa abordagem a todos os outros arrendamentos mercantis. A Companhia testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução do valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução do valor recuperável. A Companhia utilizou vários expedientes práticos ao aplicar o CPC 06(R2) a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R2). Em particular: • Não reconheceu a perda e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial; • Excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e • Utilizou retrospectivamente para determinar o prazo do arrendamento. **b) Impacto nas demonstrações financeiras:** A Companhia optou pela abordagem de transição retrospectiva modificada simplificada, sem realização de representações dos períodos comparativos, adotando os seguintes critérios de reconhecimento e mensuração inicial dos ativos e passivos: • Reconhecimento de passivo de arrendamento mercantil na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do passivo de arrendamento mercantil foi realizada ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado a partir das taxas de juros incrementais de empréstimo, agrupadas por natureza do ativo, região e prazo contratual; e • Reconhecimento de ativo de direito de uso na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do ativo de direito de uso ao valor equivalente ao passivo de arrendamento mercantil, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial. Ao mensurar os passivos de arrendamento para arrendamentos classificados como operacionais, a Companhia descontou os pagamentos de arrendamento utilizando sua taxa incremental sobre empréstimo em 1º de janeiro de 2022. Segue abaixo taxas de desconto aplicadas:

	Contratos 2022	Contratos 2021
Até um ano	15,16%	9,35%
Até dois anos	14,97%	10,24%
Até cinco anos	13,93%	10,95%
Até dez anos	14,04%	11,57%
Até vinte anos	14,15%	11,98%
Acima de vinte anos	14,15%	11,98%

2.12. Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Estes valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente. **2.13. Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades das controladas da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das deduções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e suas controladas, conforme descrição a seguir. **a) Venda de energia elétrica:** As controladas comercializam a energia elétrica produzida em sua planta de geração de energia eólica nas seguintes modalidades: • Vendas de energia de LER, onde os valores são faturados conforme geração efetiva dentro da quota de energia leiloada pela ANEEL em operações destinadas à contratação de energia de reserva. Ao vencer o leilão, a Companhia se compromete a gerar e entregar energia, exclusivamente, para as cotas de energia de reserva contratada pela CCEE. • O recebimento da comercialização LER ocorre mensalmente na proporção de 1/12 da cota anual contratada. • Vendas de energia no mercado livre - PLD, onde os valores são faturados em ambiente de contratação livre, sendo a energia destinada ao mercado de curto prazo. A receita é reconhecida no período em que há a entrega da energia comercializada. Esta modalidade de comercialização foi utilizada no período de testes dos aerogeradores. **b) Receita financeira:** A Companhia e suas controladas apresentam receita de caráter financeiro referente a rendimento de aplicações financeiras, correção monetária de créditos tributários e recebimento de clientes. A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.14. Imposto de renda e contribuição social corrente:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia e suas controladas atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia e suas controladas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. Durante os exercícios de 2022 e 2021, a Companhia e suas controladas optaram pela tributação com base no lucro presumido. Nesta modalidade de tributação, o cálculo do imposto de renda e contribuição social é trimestral e parte da presunção do lucro da Companhia e suas controladas por taxas pré-determinadas sobre o faturamento bruto acrescida das receitas financeiras e de outras receitas. **2.15. Principais julgamentos e estimativas contábeis:** O percentual de lucro presumido, base para o cálculo do imposto de renda e contribuição social para as atividades desenvolvidas pela Companhia e suas controladas, é encontrado através da aplicação da taxa de 8% e 12%, respectivamente. Sobre o lucro presumido, e a aplicação o imposto à alíquota de 15% e 12% (IR e CS, respectivamente), acrescido, para o IR, de 10% sobre o valor que ultrapassar R\$ 60 por trimestre. Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas as estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período ou períodos posteriores, caso a revisão afete tanto o período presente como períodos futuros. A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis: **a) Provisões para riscos:** A Companhia é parte de processos civis, como descrito na Nota 12. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que a provisão para riscos civis está corretamente apresentada nas demonstrações financeiras de acordo com o "CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes" onde uma provisão deve ser constituída quando: (I) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; (II) Seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação; (III) Possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação; Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida. **a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022:** A Empresa aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2022 (exceto quando indicado de outra forma). A empresa decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1): As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como: • Contrato Oneroso - custos de cumprimento de contrato; • Ativo imobilizado - vendas antes do uso pretendido; e • Referências à Estrutura conceitual. A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022. Contrato Oneroso - custos de cumprimento de contrato: Um contrato oneroso é um contrato sob o qual os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato (ou seja, os custos que a empresa não pode evitar porque possui o contrato) excedem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos. As alterações especificam que, ao avaliar se um contrato é oneroso ou gerador de perdas, a entidade precisa incluir custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços, incluindo custos incrementais (por exemplo, os custos de mão de obra direta e materiais) e um alocação de custos diretamente relacionados às atividades do contrato (por exemplo, depreciação de equipamentos usados para cumprir o contrato e custos de gerenciamento e supervisão do contrato). Os custos gerais e administrativos não estão diretamente relacionados a um contrato e são excluídos, a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da empresa já que não foi identificado nenhum contrato como oneroso. Referências à Estrutura conceitual: As alterações substituem uma referência a uma versão anterior da Estrutura Conceitual do IASB por uma referência à versão atual emitida em março de 2018 sem alterar. As alterações adicionam uma exceção ao princípio de reconhecimento da IFRS 3 Business Combinations (equivalente ao CPC 15 (R1) - "Combinação de negócios) para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas do dia 2 decorrentes de passivos e passivos contingentes que estejam dentro do escopo da IAS 37 Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets (equivalente ao CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) ou IFRIC 21 Levies, se incorridas separadamente. A exceção exige que as entidades apliquem os critérios da IAS 37 ou IFRIC 21, respectivamente, em vez da Estrutura Conceitual, para determinar se existe uma obrigação presente na data de aquisição. As alterações também adicionam um novo parágrafo à IFRS 3 para esclarecer que os ativos contingentes não se qualificam para reconhecimento na data da aquisição. De acordo com as disposições transitórias, a empresa aplica as alterações prospectivamente, ou seja, para combinações de negócios que ocorram após o início do período de relatório anual em que aplica as alterações pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Empresa uma vez que não existiam ativos, passivos ou passivos contingentes no âmbito dessas alterações que surgiram durante o período. IFRS 1 First-time Adoption of International Financial Subsidária como adotante pela primeira vez: A alteração permite que uma subsidiária que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1 (equivalente ao CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade) mensurar as diferenças cumulativas de conversão usando os valores reportados nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para a IFRS, se nenhum ajuste foi feito para consolidação procedimental e para os efeitos da combinação de negócios em que a controladora adquiriu a controlada. Esta alteração também se aplica a uma coligada ou joint venture que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Empresa por não ser uma adotante pela primeira vez. IFRS 9 Financial Instruments - Taxas no teste de 10 por cento para baixa de passivos financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros): A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro. De acordo com as disposições transitórias, a Companhia aplica a emenda aos passivos financeiros que são modificados ou trocados no ou após o início do período de relatório anual em que a entidade aplica a emenda pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da empresa, pois não houve modificação nos instrumentos financeiros da empresa durante o período. IAS 41 Agriculture - Tributação em mensuração a valor justo (equivalente ao CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola): A alteração remove a exigência do parágrafo 22 da IAS 41 de que as entidades excluam os fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo dos ativos dentro do escopo da IAS 41. Estas alterações não tiveram

impacto nas demonstrações financeiras da Empresa uma vez que não possuía ativos no âmbito da IAS 41 à data de relato. **b) Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. A Empresa pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **IFRS 17 - Contratos de seguro:** Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituiu a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação dis-cricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável). • Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 e CPC 50 vigoram para períodos iniciais a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Empresa. **Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis):** Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação. Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciais a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a empresa avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. **Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis):** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduziu a definição de estimativa contábil. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, elas esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciais em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se a entidade não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da empresa. **Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis):** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgments, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgar políticas contábeis que são mais úteis ao requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciais em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A empresa está atualmente revisando as divulgações das políticas contábeis para confirmar que estão consistentes com as alterações requeridas. **Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis):** Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento. A empresa está atualmente avaliando o impacto dessas alterações. **3. Gestão de riscos e instrumentos financeiros - a) Considerações gerais e políticas:** A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, quando aplicável, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. São contratados aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos. A classificação depende da finalidade para qual foram adquiridos. A administração determina sua classificação no seu reconhecimento inicial. A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela administração da Companhia. A Companhia reconhece seus recebíveis inicialmente na data em que foram faturados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. **b) Fatores de risco financeiro:** As atividades da companhia o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (risco de taxa de juros e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O Conselho de administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa. **b.1) Risco de mercado:** A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de mudanças nas taxas de juros. **Risco de taxa de juros:** O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos logo prazo. A administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativos e passivos atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos, são corrigidos pelo CDI pós-fixado, conforme contratos firmados com as instituições financeiras. Para a análise de sensibilidade das taxas de juros sobre os empréstimos e aplicações financeiras, a Administração adotou como cenário provável os valores reconhecidos contabilmente. Como referência, aos demais cenários foram considerados a deterioração e apreciação sobre a taxa de juros flutuante utilizada para apuração nos registros contábeis. Os cenários foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente, da taxa de juros no cenário provável. A tabela abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados para essas operações:

Exposição e análise de sensibilidade das taxas de juros: (i) Consolidado				Taxa efetiva em 31/12/2022			Provável			Apreciação de 25%			Apreciação de 50%		
Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	Valor	%	Valor	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
21.888	Alta do CDI	Aplicação financeira	19/08/2027	11,72%	2.565	14,65%	3.207	17,58%	3.848	20,86%	3.207	17,58%	3.848	20,86%	3.848
21.888					2.565		3.207		3.848		3.207		3.848		3.848
Exposição				Taxa efetiva em 31/12/2022			Provável			Deterioração de 25%			Deterioração de 50%		
Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	Valor	%	Valor	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
21.888	Baixa do CDI	Aplicação financeira	19/08/2027	11,72%	2.565	8,79%	1.924	5,86%	1.283	3,97%	1.924	5,86%	1.283	3,97%	1.283
21.888					2.565		1.924		1.283		1.924		1.283		1.283
Exposição				Taxa efetiva em 31/12/2021			Provável			Apreciação de 25%			Apreciação de 50%		
Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	Valor	%	Valor	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
4.568	Alta do CDI	Aplicação financeira	21/01/2022	3,26%	1.49	4,08%	186	4,89%	224	5,36%	1.49	4,08%	186	4,89%	224
28.780	Alta do CDI	Aplicação financeira	26/01/2022	3,92%	1.127	4,89%	1.408	5,87%	1.690	6,23%	1.127	4,89%	1.408	5,87%	1.690
33.348					1.276		1.594		1.914		1.276		1.594		1.914
Exposição				Taxa efetiva em 31/12/2021			Provável			Deterioração de 25%			Deterioração de 50%		
Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	Valor	%	Valor	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
4.568	Baixa do CDI	Aplicação financeira	21/01/2022	3,26%	149	2,45%	112	1,63%	75	1,07%	149	2,45%	112	1,63%	75
28.780	Baixa do CDI	Aplicação financeira	26/01/2022	3,92%	1.127	2,94%	845	1,96%	563	1,59%	1.127	2,94%	845	1,96%	563
33.348					1.276		957		638		1.276		957		638
Exposição				Taxa efetiva em 31/12/2022			Provável			Apreciação de 25%			Apreciação de 50%		
Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	Valor	%	Valor	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
146.530	BNDES	Empréstimos e financeiros (passivo)	100	100	12,959	125	16,199	150	19,439	18,100	125	16,199	150	19,439	18,100
146.530					12.959		16.199		19.439		12.959		16.199		19.439
Exposição				Taxa efetiva em 31/12/2022			Provável			Deterioração de 25%			Deterioração de 50%		
Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	Valor	%	Valor	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
146.530	BNDES	Empréstimos e financeiros (passivo)	100	100	12,959	75	9.719	50	6.480	30,62%	12,959	75	9.719	50	6.480
146.530					12.959		9.719		6.480		12.959		9.719		6.480
Exposição				Taxa efetiva em 31/12/2021			Provável			Apreciação de 25%			Apreciação de 50%		
Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	Valor	%	Valor	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
164.183	BNDES	Empréstimos e financeiros (passivo)	100	100	12,335	125	15.419	150	18.503	18,100	125	15.419	150	18.503	18,100
164.183					12.335		15.419		18.503		12.335		15.419		18.503
Exposição				Taxa efetiva em 31/12/2021			Provável			Deterioração de 25%			Deterioração de 50%		
Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	Valor	%	Valor	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
164.183	BNDES	Empréstimos e financeiros (passivo)	100	100	12,335	75	9.251	50	6.168	30,62%	12,335	75	9.251	50	6.168
164.183					12.335		9.251		6.168		12.335		9.251		6.168

(i) Controladora		31/12/2022		31/12/2021	
Mensuração a valor justo		Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	121	121	4.641	4.641
Dividendos a receber	Nível 2	4.369	4.369	4.027	4.027
		4.490	4.490	8.668	8.668
Passivos					
Dividendos a pagar	Nível 2	-	-	4.342	4.342
Outras contas a pagar	Nível 2	149	149	151	151
		149	149	4.493	4.493
(ii) Consolidado		31/12/2022		31/12/2021	
Mensuração a valor justo		Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	33.602	33.602	36.197	36.197
Contas a receber de clientes	Nível 2	14.403	1		

ADS ER COMPLEXO EÓLICO CORREDOR DOS SENANDES S.A.											
7. Investimentos - Controladora - Informações											
	Quantidade de quotas ou ações possuídas		Patrimônio líquido em 31 de dezembro		Lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro						
	2022	2021	2022	2021	2022	2021					
ADS ER Eólica Vento Aragono I S.A.	54.191.908	50.176.614	51.383	46.940	5.827	2.352					
ADS ER Eólica Corredor do Senandes II S.A.	31.007.643	31.007.643	36.402	39.339	2.671	4.861					
ADS ER Eólica Corredor do Senandes III S.A.	35.134.399	35.134.399	35.715	33.814	3.805	5.553					
ADS ER Eólica Corredor do Senandes VI S.A.	39.136.688	39.136.688	49.506	53.736	4.945	5.535					
Movimentação dos investimentos 2022											
	Saldo no início do exercício	Dividendos mínimos obrigatórios	Dividendos adicionais	Equivalência patrimonial	Saldo final do exercício						
	2022	2021	2022	2021	2022						
ADS ER Eólica Vento Aragono I S.A.	46.936	(1.384)	—	—	5.826	51.378					
ADS ER Eólica Corredor do Senandes II S.A.	39.335	(634)	(4.972)	—	2.671	36.400					
ADS ER Eólica Corredor do Senandes III S.A.	33.809	(904)	(1.000)	—	3.805	35.710					
ADS ER Eólica Corredor do Senandes VI S.A.	53.730	(1.175)	(8.000)	—	4.944	49.499					
Saldo em 31 de dezembro de 2022	173.810	(4.097)	(13.972)	—	17.246	172.987					
Movimentação dos investimentos 2021											
	Saldo no início do exercício	Dividendos mínimos obrigatórios	Equivalência patrimonial	Saldo final do exercício							
	2021	2020	2021	2020							
ADS ER Eólica Vento Aragono I S.A.	44.843	(239)	2.332	46.936							
ADS ER Eólica Corredor do Senandes 2 S.A.	35.621	(1.155)	4.869	39.335							
ADS ER Eólica Corredor do Senandes III S.A.	29.506	(1.319)	5.622	33.809							
ADS ER Eólica Corredor do Senandes VI S.A.	49.500	(1.315)	5.545	53.730							
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (reapresentado)	159.470	(4.028)	18.368	173.810							
8. Direito de uso de ativos e Passivo de arrendamento - Consolidado - a) Direito de uso de ativos, líquido											
	Terrenos	Imóveis	Veículos	Total							
	2022	2021	2022	2021							
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (reapresentado)	5.670	143	163	5.976							
Adição	26	162	26	214							
Depreciação	(287)	(82)	(66)	(435)							
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (reapresentado)	5.409	223	123	5.755							
Adição	—	136	—	136							
Depreciação	(342)	(103)	(68)	(513)							
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.067	256	55	5.378							
b) Passivo de Arrendamento											
	Terrenos	Imóveis	Veículos	Total							
	2022	2021	2022	2021							
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (reapresentado)	5.782	155	159	6.096							
Adição	26	162	26	214							
Juros	599	25	10	634							
Pagamento	(715)	(98)	(73)	(886)							
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (reapresentado)	5.692	244	122	6.058							
Adição	—	136	—	136							
Juros	615	35	6	656							
Pagamento	(715)	(129)	(75)	(919)							
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.592	286	53	5.930							
9. Imobilizado - Consolidado											
	Edificações e instalações	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Imobilizado em Andamento	Total						
	2022	2021	2022	2021	2022						
Saldo em 31 de dezembro de 2020	286.827	113	1.180	—	288.120						
Adição	585	567	139	372	1.663						
Depreciação	(16.949)	(203)	(56)	—	(17.208)						
Saldo em 31 de dezembro de 2021	270.463	477	1.263	372	272.575						
Em 31 de dezembro de 2022	381.747	736	1.573	372	384.428						
Custo	(111.284)	(259)	(310)	—	(111.853)						
Depreciação acumulada	270.463	477	1.263	372	272.575						
Saldo contábil, líquido	—	25	151	—	176						
Adição	(16.721)	(124)	(160)	—	(17.005)						
Depreciação	253.742	378	1.254	372	255.746						
Saldo em 31 de dezembro de 2022	381.747	761	1.724	372	384.604						
Custo	(128.005)	(383)	(470)	—	(128.857)						
Depreciação acumulada	253.742	378	1.254	372	255.746						
Saldo contábil, líquido	4	10	10-20	—	—						
Saldo em 31 de dezembro de 2021											
Saldo em 31 de dezembro de 2020											
10. Empréstimos e financiamentos - Consolidado											
Moeda nacional											
		2022	2021								
BNDES - controlada ADS ER Vento Aragono		40.761	45.668								
BNDES - controlada ADS ER Senandes II		29.826	33.418								
BNDES - controlada ADS ER Senandes III		37.808	42.360								
BNDES - controlada ADS ER Senandes IV		38.135	164.183								
Saldo em 31 de dezembro de 2021		146.530	19.250								
Circulante		17.155	144.933								
Não circulante		129.375	14.317								
Em 04 de outubro de 2013, as controladas da Companhia firmaram contrato de financiamento com o BNDES no montante de R\$ 277.440, com vencimento final em 15 de setembro de 2030. A primeira tranche, no montante de R\$ 223.036, foi liberada no dia 29 de novembro de 2013 e a segunda tranche, no montante de R\$ 28.079 foi liberada em 27 de agosto de 2014. Em 23 de dezembro de 2015, o BNDES liberou a terceira tranche no montante de R\$ 20.737, a quarta tranche de R\$ 1.179 foi liberada em 18 de agosto de 2017, a quinta tranche R\$ 157 foi liberada em 27 de junho de 2018, a sexta tranche no montante de R\$ 345 foi liberada em 24 de maio de 2019. Houve cancelamento do saldo de R\$ 1.250 e alteração de R\$ 2.657 do saldo inicial das controladas, desta forma, não há mais valores a serem liberados nestes contratos.											
a) Movimentação											
Saldo em 31 de dezembro de 2020				182.884							
Encargos provisão de juros				12.334							
(-) Juros pagos				(12.334)							
(-) Amortização do principal				(18.701)							
Saldo em 31 de dezembro de 2021				164.183							
Encargos provisão de juros				12.945							
(-) Juros pagos				(12.959)							
(-) Amortização do principal				(18.750)							
(+/-) Variação monetária				1.111							
Saldo em 31 de dezembro de 2022				146.530							
b) Garantias: O financiamento de longo prazo do BNDES foi concedido sob a modalidade de <i>project finance</i> ou financiamento com garantias de projeto, onde constituem-se como garantias dos credores a cessão fiduciária dos direitos creditórios, a cessão dos direitos emergentes da concessão e o penhor das ações da Companhia e suas controladas. c) Covenants: Os contratos de empréstimos realizados junto ao BNDES possuem cláusulas de obrigações especiais que requerem o cumprimento de determinados índices financeiros (<i>covenants</i>), conforme segue: • Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) superior a 1,30x (um inteiro e três décimos), apurado anualmente conforme cálculo (ICSD = (Geração de caixa / SD)), comprovado mediante a apresentação de demonstrações financeiras auditadas, no período de 12 meses; • Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as cláusulas restritivas estavam sendo cumpridas pela Companhia e suas controladas. d) Prazo de vencimento: O montante registrado no passivo não circulante tem a seguinte composição consolidada, por ano de vencimento:											
		2022	2021								
2024		19.375	19.375								
2025		19.375	19.375								
2026 a 2030		107.780	107.780								
780Total		146.530	146.530								
11. Provisões para contingências - Consolidado - A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações,											
envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos civis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, conforme segue:											
a) Composição											
		2022	2021								
Riscos trabalhistas		399	137								
b) Movimentação											
Em 1º de janeiro		137	128								
Constituição/reversão		78	9								
Atualização Monetária		184	—								
Em 31 de dezembro		399	137								
c) Perdas possíveis, não provisionadas: A Companhia e suas controladas possuem processos com a probabilidade de perda possível no ano de 2022 no valor de R\$75 (Em 2021 havia R\$656 de processos com probabilidade de perda possível). d) Depósitos judiciais: A Companhia e suas controladas possuem depósitos judiciais registrados no montante de R\$ 251 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 53 em 2021). 12. Patrimônio líquido - a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social da Companhia está representado da seguinte forma (em reais):											
		Capital social	Ações nominativas								
		2022	2021		2022		2021				
157.779.182		152.989.901	157.779.182		153.218.936						
Em 11 de janeiro de 2022 houve o aumento de capital social no montante de R\$ 4.560, com a emissão de 4.560.248 novas ações ordinárias nominativas, através da capitalização do AFAC. b) Reservas de lucros: De acordo com o estatuto social, as importâncias apropriadas às reservas de lucros são determinadas como descrito a seguir: Reserva legal: A reserva legal é constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até alcançar 20% do capital social ou até que o saldo dessa reserva, acrescido do valor da reserva de capital, exceda a 30% do capital social. c) Distribuição de dividendos: O estatuto social da Companhia prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei societária, conforme cálculo demonstrado a seguir:											
		2022	2021								
Lucro líquido do exercício		17.438	(872)								
(-) Constituição reserva legal		—	—								
Base de cálculo dos dividendos		16.566	4.142								
Dividendo mínimo obrigatório (25%)		4.142	—								
Adicionalmente a Companhia propôs dividendos adicionais em 2022 de R\$ 13.658 (R\$ 1.009 em 2021). A movimentação dos dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2022 é apresentada a seguir:		2022	2021								
Saldo inicial		4.342	4.342								
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios		13.658	1.009								
Constituição de dividendos propostos		(22.142)	(4.555)								
Pagamentos		—	4.342								
13. Receita operacional líquida - Consolidado											
		2022	2021								
Receita com venda de energia		66.584	62.935								
Direitos a futuro		1.038	1.177								
(-) Impostos sobre vendas		(2.467)	(2.340)								
Saldo em 31 de dezembro de 2022		65.155	61.772								
14. Custos de produtos vendidos - Consolidado											
		2022	2021								
Depreciação e amortização		(18.198)	(18.484)								
Custos com serviços		(4.207)	(3.661)								
Custo com pessoal		(1.842)	(1.376)								
Custo com manutenção e conservação		(5.472)	(3.767)								
Saldo em 31 de dezembro de 2022		(29.719)	(27.288)								
15. Despesas gerais e administrativas - Consolidado											
		2022	2021								
Serviços de terceiros		(75)	(276)								
Gastos com materiais diversos		(570)	(215)								
Gastos com comunicação		(241)	(276)								
Locação e manutenção de frota		(113)	(117)								
Outros gastos administrativos		(106)	(152)								
Gastos com seguros		(932)	(524)								
Saldo em 31 de dezembro de 2022		(2.037)	(1.560)								
DIRETORIA											
Luiz Carlos Borgonovi - Presidente						Rodrigo Miranda Simões - Contador CRC - 1SP 250.809/0-7					
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS											
À Diretoria Executiva e Acionistas da ADS ER Complexo Eólico Corredor dos Senandes S.A. Rio Grande - RS Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da ADS ER Complexo Eólico Corredor dos Senandes S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidada, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nosso opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outros assuntos - Demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício anterior examinadas por outro auditor independente: O exame das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (saldo de abertura 01 de janeiro de 2021), preparadas originalmente antes dos ajustes decorrentes do CPC 6 (R2) - "Amendamentos, foram conduzidos sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria sem modificação, com data de 27 de abril de 2022 e 20 de abril de 2021, respectivamente. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2022, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa 2.1.1 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2021 e o balanço patrimonial individual e consolidado de 31 de dezembro de 2020 (saldo de abertura 01 de janeiro de 2021). Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e balanço patrimonial individual e consolidado findo em 31 de dezembro de 2020 (saldo de abertura 1 de janeiro de 2021) e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2021 e balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2020 (saldo de abertura 1 de janeiro de 2021) tomados em conjunto. Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Campinas, 20 de abril de 2023.											



PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br
comercial@jornaldocomercio.com.br
(51) 3213-1333 / 3213-1338
(51) 9 9649-0062



ADS ER EÓLICA VENTO ARAGANO I S.A.

CNPJ/MF nº 14.492.644/0001-59

BALANÇOS PATRIMONIAIS				
31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E 1º DE JANEIRO DE 2021				
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
		(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	15.226	3.814	2.877
Contas a receber de clientes	6	3.653	4.181	5.463
Partes relacionadas	5	-	3.262	2.847
Tributos a recuperar		4	22	9
Outros ativos		52	272	346
Total ativo circulante		18.935	11.551	11.380
Ativo não circulante				
Títulos e valores mobiliários	7	3.017	3.537	3.015
Depósito judicial	12	31	19	19
Direito de uso de ativos	8	1.436	1.564	1.662
Imobilizado	9	71.280	76.261	80.180
Intangível	10	2.339	2.523	2.728
Total ativo não circulante		78.103	83.904	87.604
Total do ativo		97.038	95.455	99.146
Passivo				
Passivo circulante				
Empréstimos e financiamentos	11	5.388	5.354	5.355
Passivo de arrendamento	8.b	420	325	361
Fornecedores		339	315	331
Obrigações sociais e trabalhistas		268	207	203
Tributos a pagar		69	105	116
Imposto de renda e contribuição social a recolher		180	169	139
Dividendos a pagar	5/13	1.384	239	-
Outras contas a pagar		836	-	830
Total do passivo circulante		8.884	6.714	7.335
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos	11	35.373	40.314	45.516
Passivo de arrendamento	8.b	1.156	1.350	1.375
Provisão para contingências	12	242	137	-
Outras contas a pagar		-	-	73
Total do passivo não circulante		36.771	41.801	46.964
Patrimônio líquido	13	46.104	46.104	46.104
Capital social		46.104	46.104	46.104
Reserva legal		341	50	-
Reserva de lucros		4.938	786	-
Prejuízos acumulados		-	-	(1.257)
Total patrimônio líquido		51.383	46.940	44.847
Total do passivo e patrimônio líquido		97.038	95.455	99.146

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021				
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	
		(Reapresentado)	(Reapresentado)	
Receitas operacionais líquidas	14	16.875	16.122	
Custo dos produtos vendidos	15	(6.528)	(9.174)	
Lucro bruto		10.347	6.948	
Despesas administrativas	16	(1.222)	(1.079)	
Juros e atualizações monetárias sobre empréstimos e financiamentos		461	525	
Provisão para contingências		9.586	6.394	
Provisão de juros	17	(2.770)	(3.498)	
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		6.816	2.896	
Imposto de renda e contribuição social	18	(989)	(564)	
Lucro líquido do exercício		5.827	2.332	
Lucro básico e diluído por ação - R\$	19	0,11	0,04	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021				
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
	2022	2021		
	(Reapresentado)	(Reapresentado)		
Lucro líquido do exercício	5.827	2.332		
Resultado abrangente	5.827	2.332		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E 1º DE JANEIRO DE 2021					
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					
	Capital social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2021 (reapresentado)	46.104	-	-	(1.257)	44.847
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.332	2.332
Constituição de reserva legal (Nota 13)	-	50	-	(50)	-
Dividendos propostos (Nota 13)	-	-	-	(239)	(239)
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (reapresentado)	46.104	50	786	(786)	46.940
Lucro líquido do exercício	-	-	-	5.827	5.827
Constituição de reserva legal (Nota 13)	-	291	-	(291)	-
Dividendos propostos (Nota 13)	-	-	-	(1.384)	(1.384)
Constituição de reserva de lucros (Nota 13)	-	-	-	4.152	(4.152)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	46.104	341	4.938	-	51.383

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

1. Informações gerais - A ADS ER Eólica Vento Aragano I S.A. ("Companhia"), anteriormente NCER Eólica Vento Aragano I S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Rio Grande - RS, constituída em 13 de outubro de 2011, a qual foi adquirida pelo Grupo NC em 29 de dezembro de 2017 e tem como objeto social: (a) receber outorga de autorização pelo Ministério de Minas e Energia ("MME") para estabelecer-se como produtor independente de energia; (b) desenvolver estudos, projetar, implantar, construir, operar, manter e explorar o empreendimento de geração de energia elétrica de fonte eólica denominado Corredor Vento Aragano I ("Corredor Vento Aragano I" ou o "Projeto"); (c) comercializar a energia gerada pelo empreendimento; e (d) celebrar Contrato de Energia de Reserva relativo à energia negociada no âmbito do Leilão nº 03/2011. O Projeto possui capacidade instalada de 297 MW, tendo sido vencedor do Leilão de Energia de Reserva ("LER") realizado em 18 de agosto de 2011 ("LER 2011"), comercializando 13,8 MWm, pelo prazo de 20 anos. O Projeto faz parte do Complexo Corredor do Senandes ("Complexo"), constituído por 04 parques eólicos, que totaliza capacidade instalada de 108,0 MW, tendo comercializado 50,5 MWm no LER 2011. Esses parques compartilham a mesma subestação e linha de transmissão. O parque da Companhia é composto por 11 aerogeradores no total, todos em plena operação. O projeto está autorizado, pelo Ministério de Minas e Energia ("MME"), a operar como produtor independente de energia elétrica até o ano de 2047. A Companhia é controlada diretamente pela acionista NCER Complexo Eólico Corredor dos Senandes S.A. ("Complexo dos Senandes") e indiretamente pela NC Energias Renováveis S.A. ("NCER"). A emissão das presentes demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria da Companhia em 20 de abril de 2023. **Impactos da pandemia de Covid-19:** Apesar da paralisação de vários setores produtivos e fragilidade da economia mundial, causadas pela pandemia do Coronavírus (Covid-19), até o momento a Companhia não sofreu impactos em sua operação. Adicionalmente, a Companhia possui contrato com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") que compra toda a energia gerada pela Companhia. Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do efeito financeiro nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados, ou do valor recuperável da UGC. A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes práticas foram tomadas incluindo as de cunho social: • Implementação de medidas temporárias ou definitivas no quadro de funcionários, com o objetivo de reduzir as despesas salariais no médio prazo; • Medida de prevenção do contágio entre os colaboradores, adotando o home office, afastando os que estão mais expostos ao grupo de risco, como mulheres grávidas, colaboradores com mais de 60 anos, entre outros. **2. Resumo das principais políticas contábeis** - As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e Lei das Sociedades por Ações, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. **2.2. Representação de valores correspondentes:** Em 1 de janeiro de 2019 entrou em vigor o CPC 06(R2) - Arrendamentos. Tendo em vista que a Companhia não realizou a implementação do referido CPC desde sua vigência, a Companhia fez a adoção integral de forma retrospectiva e, portanto, representou suas demonstrações financeiras a fim de demonstrar os impactos e efeitos da norma vigente seguindo as orientações estabelecidas pelo CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Os saldos reapresentados foram afetados da seguinte forma:

	31/12/2021		01/01/2021	
	Originalmente apresentado	Reapresentado	Originalmente apresentado	Reapresentado
Ativo				
Total do ativo circulante	11.543	11.543	11.380	11.380
Ativo não circulante				
Direito de uso	-	1.564	-	1.662
Imobilizado	76.382	(123)	76.259	80.342
Outros ativos não circulantes	6.089	-	6.089	5.762
Total do ativo não circulante	82.471	1.441	83.912	86.104
Total do ativo	94.014	1.441	95.455	97.484
Passivo e patrimônio líquido				
Passivo de arrendamento	-	325	-	358
Outros passivos circulantes	6.691	(302)	6.389	7.136
Total do passivo circulante	6.691	23	6.714	7.136
Passivos de arrendamento	-	1.350	-	1.375
Outros passivos não circulantes	40.451	-	40.451	45.589
Total do passivo não circulante	40.451	1.350	41.801	45.589
Reserva de lucros	718	68	786	(1.257)
Outros itens do patrimônio líquido	46.154	-	46.154	46.104
Total Patrimônio líquido	46.872	68	46.940	44.759
Total do passivo e patrimônio líquido	94.014	1.441	95.455	97.484

b) Demonstração de resultado:

	31/12/2021		01/01/2021	
	Originalmente apresentado	Ajustes	Originalmente apresentado	Reapresentado
Receita operacional líquida	16.122	-	16.122	16.122
Custo dos imóveis vendidos	(9.329)	155	(9.174)	155
Lucro bruto	6.793	155	6.948	155
Receitas (despesas) operacionais	(554)	-	(554)	-
Lucro antes do resultado financeiro	6.239	155	6.394	155
Resultado financeiro (a)	(3.323)	(175)	(3.498)	(175)
Lucro antes dos impostos	2.916	(20)	2.896	(20)
Imposto de renda e contribuição social	(564)	-	(564)	-
Lucro líquido do exercício	2.352	(20)	2.332	(20)

Os impactos nas demonstrações de resultados abrangentes e demonstrações das mutações do patrimônio líquido são reflexos dos ajustes demonstrados acima. Os ajustes acima trouxeram os seguintes impactos na demonstração do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2021:

	31/12/2021	
	Originalmente apresentado	Reapresentado
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	7.816	272
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(1.677)	-
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento	(5.202)	(272)

2.3. Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, quando aplicável. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. **i) Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou (iii) valor justo por meio do resultado. As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem. O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela administração. Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado diretamente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferir substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferir e não reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre esse ativo. Os principais ativos financeiros da Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber e outros ativos. **ii) Passivos financeiros:** Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos fi-

nanceiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecidos na demonstração do resultado. Os principais passivos financeiros da Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamento, partes relacionadas. **iii) Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal correto e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **iv) Redução do valor recuperável de ativos financeiros (impairment):** A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da Companhia de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadas do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionadas com **defaults**. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originários de três meses ou menos e com risco insignificante de mudança de valor. **2.5. Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são registrados, inicialmente, a valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado. Incluem aplicações financeiras de liquidez imediata e constituem garantias para cobertura dos investimentos da Companhia, conforme previsto no Contrato de Financiamento junto ao BNDES (Nota explicativa nº 11). **2.6. Contas a receber de clientes:** As contas a receber têm origem nos valores de venda de energia LER, onde os valores são faturados conforme geração efetiva, dentro da quota de energia leiloada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") em operações destinadas à contratação de energia de reserva. Ao vencer o leilão, a Companhia se compromete a gerar e entregar energia exclusivamente para as cotas de energia de reserva contratada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). O recebimento da comercialização LER ocorre mensalmente na proporção de 1/12 da cota anual contratada. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas as perdas por impairment como perdas incorridas ou esperadas. **2.7. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os custos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em despesa no resultado do período, quando incorridos. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos serão revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo será imediatamente baixado para o seu valor recuperável se o seu valor contábil for maior do que o valor recuperável estimado. **2.8. Intangível:** O intangível inclui licenças e direitos para implantação e operação do Projeto, com vida útil definida e adquiridos de terceiros, registrados ao custo e deduzidos da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumulada. A amortização é reconhecida à linearmente com base no prazo do Contrato de Energia de Reserva ("CER"), 20 anos a partir do início das operações. **2.9. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, diferença entre os valores capturados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar será reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os custos de empréstimos, que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **2.10. Arrendamentos:** A Companhia aplicou, de forma retrospectiva, o CPC 06(R2) vigente a partir de 1º de janeiro de 2019, que introduz um único modelo de arrendamento, substituindo o conceito de classificação entre arrendamento mercantil operacional e financeiro. O principal objetivo é definir se existe um arrendamento nos contratos ou se o contrato é uma prestação de serviço. Após esta definição, se um contrato contiver um arrendamento, deverá ser contabilizado no ativo, a ser depreciado e no passivo com apropriação de encargos financeiros, usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial. **Como arrendatário:** Como arrendatário, a Companhia arrenda diversos ativos, incluindo imóveis, equipamentos de produção e equipamentos de TI. A Companhia classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente a Companhia. De acordo com o CPC 06(R2), a Companhia reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria desses arrendamentos; ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial. No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual. No entanto, para arrendamentos imobiliários, a Companhia optou por não separar os componentes que não são de arrendamento e contabilizar o arrendamento e os componentes de não arrendamento associados, como um único componente de arrendamento. **ii) Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06(R2):** Anteriormente, a Companhia classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R2). Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental da Companhia em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso são mensurados: • Pelo seu valor contábil como se o CPC 06(R2) tivesse sido aplicado desde a data de início, descontado usando a taxa de empréstimo incremental da Companhia na data da aplicação inicial; A Companhia aplicou essa abordagem ao seu maior arrendamento imobiliário; ou • Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados; a Companhia aplicou essa abordagem a todos os outros arrendamentos mercantis. A Companhia testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável. A Companhia utilizou vários expedientes práticos ao aplicar o CPC 06(R2) a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R2). Em particular: - Não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial; • Excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e • Utilizou retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento. **iii) Impacto nas demonstrações financeiras:** A Companhia optou pela abordagem de transição retrospectiva modificada simplificada, sem realização de reapresentações dos períodos comparativos, adotando os seguintes critérios de reconhecimento e mensuração inicial dos ativos e passivos: • Reconhecimento de passivo de arrendamento mercantil na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do passivo de arrendamento mercantil foi realizada ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado a partir das taxas de juros incrementais de empréstimo, agrupadas por natureza do ativo, região e prazo contratual; e • Reconhecimento de ativo de direito de uso na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do ativo de direito de uso ao valor equivalente ao passivo de arrendamento mercantil, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial. Ao mensurar os passivos de arrendamento para arrendamentos classificados como operacionais, a Companhia descontou os pagamentos de arrendamento utilizando sua taxa incremental sobre empréstimo em 1º de janeiro de 2022. Segue abaixo taxa de desconto aplicadas:

	Contratos 2022	Contratos 2021
Até um ano	15,16%	9,35%
Até dois anos	14,97%	10,24%
Até cinco anos	13,93%	10,95%
Até dez anos	14,04%	11,57%
Até vinte anos	14,15%	11,98%
Acima de vinte anos	14,15%	11,98%

2.11. Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Estes valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhe-

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021				
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
	2022	2021		
	(Reapresentado)	(Reapresentado)		
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social				

ADS ER EÓLICA VENTO ARAGANO I S.A.

ção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da empresa. Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis): Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia está atualmente revisando as divulgações das políticas contábeis para confirmar que estão consistentes com as alterações requeridas. Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis): Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento. A empresa está atualmente avaliando o impacto dessas alterações. **2.15 Principais julgamentos e estimativas contábeis:** Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período ou períodos posteriores, caso a revisão afete tanto o período presente como períodos futuros. A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis: **a) Provisões para riscos:** A Companhia é parte de processos cíveis, como descrito na Nota 12. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes aos processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que a provisão para riscos cíveis está corretamente apresentada nas demonstrações financeiras de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes onde uma provisão deve ser constituída quando: (i) A entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; (ii) Seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; (iii) Possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida. **3. Gestão de risco e instrumentos financeiros – a) Considerações gerais e políticas:** A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, quando aplicável, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. São contratados aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos. A classificação depende da finalidade para qual foram adquiridos. A administração determina sua classificação no seu reconhecimento inicial. A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela administração da Companhia. A Companhia reconhece seus recebíveis inicialmente na data em que foram faturados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. **b) Fatores de risco financeiro:** As atividades da companhia o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (risco de taxa de juros e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O Conselho de administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa. **b.1) Risco de mercado:** A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de mudanças nas taxas de juros. **Risco de taxa de juros:** O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos longo prazo. A administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos, são corrigidos pelo CDI pós-fixado, conforme contratos firmados com as instituições financeiras. Para a análise de sensibilidade das taxas de juros sobre os empréstimos e aplicações financeiras, a Administração adotou como cenário provável os valores reconhecidos contabilmente. Como referência, aos demais cenários foram considerados a deterioração e apreciação sobre a taxa de juros flutuante utilizada para apuração nos registros contábeis. Os cenários foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente, da taxa de juros no cenário provável. A tabela abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados para essas operações: **Exposição e análise de sensibilidade das taxas de juros**

Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	Taxa efetiva em 31/12/2022	Provável	Apreciação de 25%	Apreciação de 50%
13.590	Alta do CDI	Aplicação financeira	27/02/2023	10,55%	1.433	13,19%	1.792
13.590					1.433	1.792	2.150
Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	Taxa efetiva em 31/12/2022	Provável	Deterioração de 25%	Deterioração de 50%
13.590	Baixa do CDI	Aplicação financeira	27/02/2023	10,55%	1.433	7,91%	1.075
13.590					1.433	1.075	717
Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	Taxa efetiva em 31/12/2021	Provável	Apreciação de 25%	Apreciação de 50%
3.028	Alta do CDI	Aplicação financeira	21/01/2022	3,92%	119	4,89%	148
3.028					119	148	178
Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	Taxa efetiva em 31/12/2021	Provável	Deterioração de 25%	Deterioração de 50%
3.028	Baixa do CDI	Aplicação financeira	21/01/2022	3,92%	119	2,94%	89
3.028					119	89	59
Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	Taxa efetiva em 31/12/2022	Provável	Apreciação de 25%	Apreciação de 50%
40.761	BNDÉS	Empréstimos e financiamentos (passivo)		100	3.572	125	4465
40.761					3.572	4.465	5.358
Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	Taxa efetiva em 31/12/2022	Provável	Deterioração de 25%	Deterioração de 50%
40.761	BNDÉS	Empréstimos e financiamentos (passivo)		100	3.572	75	2.679
40.761					3.572	2.679	1.786
Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	Taxa efetiva em 31/12/2021	Provável	Apreciação de 25%	Apreciação de 50%
45.668	BNDÉS	Empréstimos e financiamentos (passivo)		100	3.439	125	4.299
45.668					3.439	4.299	5.159
Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	Taxa efetiva em 31/12/2021	Provável	Deterioração de 25%	Deterioração de 50%
45.668	BNDÉS	Empréstimos e financiamentos (passivo)		100	3.439	75	2.579
45.668					3.439	2.579	1.720

b.2) Risco de crédito: A Companhia e suas controladas estão sujeitas a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios. Consideram baixo o risco de não liquidação das operações que mantêm em instituições financeiras com as quais operam, que são consideradas pelo mercado como de primeira linha. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regulamente. **b.3) Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não descumpra os limites ou cláusulas do empréstimo, quando aplicável, em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda. O Departamento de Tesouraria investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento, onde aplica-se somente aos instrumentos financeiros, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

Em 31 de dezembro de 2022	Fluxo de caixa contratual	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Fornecedores	339	339	-	-	-
Outras contas a pagar	836	836	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	40.761	5.388	5.388	5.388	24.597
Dividendos a pagar	1.384	1.384	-	-	-
Passivo de arrendamentos	1.156	1.156	-	-	-
Posição líquida	44.476	9.103	5.388	5.388	24.597
Em 31 de dezembro de 2021	Fluxo de caixa contratual	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Fornecedores	315	315	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	45.668	5.354	5.354	5.354	29.606
Dividendos a pagar	239	239	-	-	-
Passivo de arrendamentos	1.350	1.350	-	-	-
Posição líquida	47.572	7.258	5.354	5.354	29.606

c) Classificação dos instrumentos: A classificação dos instrumentos financeiros é apresentada abaixo em 2022 e 2021:

Valor justo por meio do resultado	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	15.226	3.814
Títulos e valores mobiliários	3.017	3.537
Custo amortizado	3.653	4.181
Contas a receber de clientes	-	3.262
Partes relacionadas	52	264
Outros ativos	21.948	15.058
Custo amortizado	339	315
Fornecedores	40.761	45.668
Empréstimos e financiamentos	1.576	1.675
Passivo de arrendamento	1.384	239
Dividendos a pagar	836	-
Outras contas a pagar	44.896	47.897

Classificação contábil e mensuração dos valores justos: Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de **Classificação contábil e mensuração dos valores justos:** avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. De acordo com as disposições transitórias do CPC 46 (Mensuração do valor justo) a Companhia aplicou as novas medidas de mensuração do valor justo de forma prospectiva e as mudanças não tiveram impacto significativo nas mensurações dos ativos e passivos da Companhia. A classificação de acordo com a hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia mensurados a valor justo é determinada conforme segue:

Mensuração a valor justo	31/12/2022	31/12/2021
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2 15.226	15.226
Contas a receber de clientes	Nível 2 3.653	3.653
Partes relacionadas	Nível 2 -	-
Outros ativos	Nível 2 52	52
Títulos e valores mobiliários	Nível 2 3.017	3.017
	21.948	21.948
Passivos		
Fornecedores	Nível 2 339	339
Empréstimos e financiamentos	Nível 2 40.761	45.668
Passivo de arrendamento	Nível 2 1.576	1.675
Dividendos a pagar	Nível 2 1.384	1.384
Outras contas a pagar	Nível 2 836	836
	44.896	44.896
	40.639	40.639

A Companhia utilizou os seguintes métodos e premissas para estimar a divulgação do valor justo de seus instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2022 e 2021: • Caixa e equivalentes de caixa: são apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil. • Contas a receber de clientes e partes relacionadas: decorrem diretamente das operações da Companhia e seus clientes e são classificados como curto. Os valores originais líquidos de provisão se assemelham aos valores justos na data de encerramento das demonstrações financeiras. • Empréstimos e financiamentos: são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores contratuais. • Fornecedores a pagar e for-

	2022	2021
Emprestimos e financiamentos		
Moeda nacional		
BNDÉS	40.761	45.668
Circulante	5.388	5.354
Não circulante	35.373	40.314
Em 04 de outubro de 2013, a Companhia firmou um contrato de financiamento com o BNDÉS no montante de R\$ 77.167, com vencimento final em 15 de setembro de 2030. A primeira tranche, no montante de R\$ 65.030, foi liberada no dia 29 de novembro de 2013, a segunda tranche, no montante de R\$ 11.607, foi liberada em 27 de agosto de 2014, e a terceira tranche, no montante de R\$ 322, foi liberada em 18 de agosto de 2017. Em 24 de maio de 2019, foi liberada a última tranche, no valor de R\$94, não havendo mais saldos a serem liberados em 2022. a) Movimentação:		
Saldo em 31 de dezembro de 2020		50.871
Encargos financeiros provisionados	(-) Juros pagos	(3.439)
(-) Amortização do principal	(-) Amortização do principal	(5.202)
Saldo em 31 de dezembro de 2021		45.668
Encargos financeiros provisionados	Atualização monetária	3.566
(-) Juros pagos	(-) Juros pagos	(3.572)
(-) Amortização do principal	(-) Amortização do principal	(5.216)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		40.761
b) Garantias: O financiamento de longo prazo do BNDÉS foi concedido sob a modalidade de <i>project finance</i> ou financiamento com garantias de projeto, onde constituem-se como garantias dos credores a cessão fiduciária dos direitos creditórios, a cessão dos direitos emergentes da concessão e o penhor das ações da Companhia. c) Prazo de vencimento: O montante classificado no passivo não circulante tem a seguinte composição, por ano de vencimento:		
	2022	2021
2024	5.388	5.388
2025	5.388	5.388
2026 a 2030	24.597	24.597
Total	35.373	35.373
d) Covenants: Os contratos de empréstimos realizados junto ao BNDÉS possuem cláusulas de obrigações especiais que requerem o cumprimento de determinados índices financeiros (<i>covenants</i>), conforme segue: (i) Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) superior a 1,30x (um inteiro e três décimos), apurado anualmente conforme cálculo (ICSD = (Geração de caixa / SD)), comprovado mediante a apresentação de demonstrações financeiras auditadas, no período de 12 meses. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as cláusulas restritivas estavam sendo cumpridas pela Companhia. 12. Provisão para contingências - A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, conforme segue:		
	2022	2021
Contingências trabalhistas	242	137
	(31)	(19)
Total	242	137
	(31)	(19)
	211	211
	118	118
13. Patrimônio líquido - a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social da Companhia é de R\$ 46.104, subscrito e integralizado por pessoas jurídicas nacionais, representado da seguinte forma:		
	2022	2021
ADS ER Complexo Eólico Corredor dos Senandes S.A.		54.191.909
ADS Energias Renováveis S.A.		1
Total		54.191.909
b) Reservas de lucros: De acordo com o estatuto social, as importâncias apropriadas às reservas de lucros são determinadas como descrito a seguir: (i) Reserva legal: É constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até alcançar 20% do capital social ou até que o saldo dessa reserva, acrescido do valor da reserva de capital, exceda a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia destinou o montante de R\$ 291 (R\$50 em 31 de dezembro de 2021). c) Distribuição de dividendos: O estatuto social da Companhia prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei societária, conforme cálculo demonstrado a seguir:		
	2022	2021
Lucro líquido do exercício		5.827
(-) Constituição da reserva legal		(291)
Base de cálculo dos dividendos		5.536
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)		1.384
A movimentação dos dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é apresentada a seguir:		
	2022	2021
Saldo inicial	239	239
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	1.384	239
Pagamentos	(239)	-
Saldo final	1.384	239
14. Receitas operacionais líquidas	2022	2021
Receita com venda de energia	17.074	16.611
Direitos a faturar	439	122
(-) Impostos sobre venda	(638)	(611)
Receita operacional líquida	16.875	16.122
15. Custo dos produtos vendidos		
	2022	2021
		(Reapresentado)
Depreciação e amortização	(5.397)	(5.444)
Custos com serviços	(2.030)	(1.862)
Custo com pessoal	(1.761)	(1.492)
Manutenção e conservação	2.660	(376)
Total	(6.528)	(9.174)
16. Despesas gerais e administrativas		
	2022	2021
Serviços de terceiros	(73)	(250)
Gastos com comunicação	(193)	(202)
Locação e manutenção frota	(112)	(117)
Outros gastos administrativos	(103)	(77)
Gastos com seguros	(260)	(223)
Gastos com materiais diversos	(481)	(210)
Total	(1.222)	(1.079)
17. Resultado financeiro		
	2022	2021
		(Reapresentado)
Despesas financeiras	(3.566)	(3.438)
Juros sobre financiamentos (Nota 11)	(313)	-
Atualização monetária	(79)	(74)
Juros e comissões bancárias e IOF	(175)	(189)
Juros de arrendamento - IFRS 16	(20)	(1)
Outras despesas	(4.153)	(3.702)
Receitas financeiras	1.383	204
Rendimento de aplicações financeiras	1.383	204
Total	(2.770)	(3.498)
Resultado financeiro, líquido		
18. Imposto de renda e contribuição social		
a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro: i) Imposto de renda:		
	2022	2021
Receita bruta de vendas	17.074	16.611
Direitos a faturar	439	122
Total receita bruta tributável	17.513	16.733
Base de cálculo sobre receita bruta (12%)	2.102	2.008
Receita financeira		

>>>

ADS ER EÓLICA VENTO ARAGANO I S.A.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

À Diretoria Executiva e Acionistas da ADS ER Eólica Vento Aragano I S.A. - Rio Grande/RS

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da ADS ER Eólica Vento Aragano I S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos - Demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício anterior examinadas por outro auditor independente:** O exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (saldo de abertura 01 de janeiro de 2021), preparadas originalmente antes dos ajustes decorrentes do CPC 6 (R2) - Arrendamento, foram conduzidos sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria sem modificação, com data de 27 de abril de 2022 e 20 de abril de 2021, respectivamente. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa 2.1.1 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 e o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2020 (saldo de abertura 01 de janeiro de 2021). Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e balanço patrimonial findo em 31 de dezembro de 2020 (saldo de abertura 1 de janeiro de 2021) e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 e balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2020 (saldo de abertura 1 de janeiro de 2021) tomados em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades**

do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 20 de abril de 2023.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda.

CRC SP-027623/F

Cristiane Cléria S. Hilario

Sócia-Contadora CRC-1SP243766/O-8



Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

ADS ER EÓLICA CORREDOR DO SENANDES II S.A.

CNPJ/MF nº 14.531.063/0001-89

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E 1º DE JANEIRO DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.425	9.985
Contas a receber	5	3.248	3.612
Impostos a recuperar		2	34
Outros créditos		31	203
Total ativo circulante		7.706	12.834
Ativo não circulante			
Títulos e valores mobiliários	6	3.064	2.035
Depósito judicial		-	-
Direito de uso de ativos	7	1.174	1.224
Imobilizado	8	54.884	58.525
Intangível		1.634	1.772
Total ativo não circulante		60.756	63.556
Total do ativo		68.462	76.390

as notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receitas operacionais líquidas	12	14.141	12.735
Custo dos produtos vendidos	13	(6.950)	(5.320)
Lucro bruto		7.191	7.415
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	14	(259)	(153)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	15	(1.313)	492
Resultado operacional		5.619	7.754
Resultado financeiro, líquido	16	(2.245)	(2.386)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		3.374	5.368
Imposto de renda e contribuição social	17	(705)	(499)
Lucro líquido do exercício		2.669	4.869
Lucro básico e diluído por ação - R\$	18	0,09	0,16

as notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais – A ADS ER Eólica Corredor do Senandes II S.A. (“ADS Corredor do Senandes II” ou “Companhia”), anteriormente NCR Eólica Corredor do Senandes II S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Rio Grande - RS, constituída em 13 de outubro de 2011 e tem como objeto social: (a) receber outorga de autorização pelo Ministério de Minas e Energia (MME) para estabelecer-se como produtor independente de energia; (b) desenvolver estudos, projetar, implantar, construir, operar, manter e explorar o empreendimento de geração de energia elétrica de fonte eólica denominado “Corredor do Senandes II” (“Corredor do Senandes II” ou o “Projeto”); (c) comercializar a energia gerada pelo empreendimento; e (d) celebrar Contrato de Energia de Reserva relativo à energia negociada no âmbito do Leilão nº 03/2011. O Projeto possui capacidade instalada de 21,60 MW, tendo sido vencedor do Leilão de Energia de Reserva (“LER”) realizado em 18 de agosto de 2011 (“LER 2011”), comercializando 10,6 MWh por prazo de 20 anos. O Projeto faz parte do Complexo Corredor do Senandes (“Complexo”), constituído por 04 parques eólicos, que totaliza a capacidade instalada de 108,0 MW, tendo comercializado 50,5 MWh no LER 2011. Esses parques compartilham a mesma subestação e linha de transmissão. O parque da Companhia é composto por 08 aerogeradores no total, todos em plena operação. O projeto está autorizado, pelo Ministério de Minas e Energia (MME), a operar como produtor independente de energia elétrica até o ano de 2047. A Companhia é controlada diretamente pela acionista ADS ER Complexo Eólico Corredor do Senandes S.A. (“Complexo do Senandes”) e indiretamente pela ADS Energias Renováveis S.A. (“NCRER”). A emissão das presentes demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 20 de abril de 2023. **Impactos da pandemia de Covid-19:** Apesar da paralisação de vários setores produtivos e fragilidade da economia mundial, causadas pela pandemia do Coronavírus (Covid-19), até o momento a Companhia não sofreu impactos em sua operação. Adicionalmente, a Companhia possui contrato com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) que compra toda a energia gerada pela Companhia. Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do efeito financeiro nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados, ou do valor recuperável da UGC. A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os efeitos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas incluindo as de cunho social: • Implementação de medidas temporárias ou definitivas no quadro de funcionários, como o objetivo de reduzir as despesas salariais no médio prazo; • Medida de prevenção do contágio entre os colaboradores, adotando o home office, afastando os que estão mais expostos ao grupo de risco, como mulheres grávidas, colaboradores com mais de 60 anos, entre outros. **2. Resumo das principais políticas contábeis** – As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e a Lei das Sociedades por Ações, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. **2.2. Representação de valores correspondentes:** Em 1 de janeiro de 2019 entrou em vigor o CPC 06(R2) - Arrendamentos. Tendo em vista que a Companhia não realizou a implementação do referido CPC desde sua vigência, a Companhia fez a adoção integral de forma retrospectiva e portanto, representou suas demonstrações financeiras a fim de demonstrar os impactos efetivos da norma vigente seguindo as orientações estabelecidas pelo CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Os saldos representados foram afetados da seguinte forma: a) Balanço patrimonial

	31/12/2021			01/01/2021		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Ativo						
Total do ativo circulante	12.834	-	12.834	8.928	-	8.928
Ativo não circulante						
Direito de uso dos ativos	-	1.224	1.224	-	1.275	1.275
Outros ativos não circulantes	62.332	-	62.332	67.495	-	67.495
Total do ativo não circulante	62.332	1.224	63.556	67.495	1.275	68.770
Total do ativo	75.166	1.224	76.390	76.423	1.275	77.698
Passivo e patrimônio líquido						
Passivos de arrendamento	-	172	172	-	164	164
Outros passivos circulantes	6.230	-	6.230	7.426	-	7.426
Total do passivo circulante	6.230	172	6.402	7.426	164	7.590
Passivos de arrendamento	-	1.149	1.149	-	1.177	1.177
Outros passivos não circulantes	29.500	-	29.500	33.306	-	33.306
Total do passivo não circulante	29.500	1.149	30.649	33.306	1.177	34.483
Reserva de lucros	795	97	698	5.290	(66)	5.326
Outros itens do patrimônio líquido	38.641	-	38.641	-	-	30.269
Total Patrimônio líquido	39.436	97	39.339	35.559	(66)	35.625
Total do passivo e patrimônio líquido	75.166	1.418	76.390	76.291	1.275	77.698

b) Demonstração de resultado

	31/12/2021		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Receita operacional líquida	12.735	-	12.735
Custo dos imóveis vendidos	(5.471)	151	(5.320)
Lucro bruto	7.264	151	7.415
Receitas / (despesas) operacionais	339	-	339
Lucro antes do resultado financeiro	7.603	151	7.754
Resultado financeiro	(2.530)	(144)	(2.386)
Lucro antes dos impostos	5.073	7	5.368
Imposto de renda e contribuição social	4.574	7	4.869

Os impactos nas demonstrações de resultados abrangentes e demonstrações das mutações do patrimônio líquido são reflexos dos ajustes demonstrados acima. Os ajustes acima trouxeram os seguintes impactos na demonstração do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2021:

	31/12/2021		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	8.899	164	9.063
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	1.376	-	1.376
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento	(5.639)	(164)	(5.803)
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	4.636	-	4.636

2.3. Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, quando aplicável. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. i) **Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou (iii) valor justo por meio do resultado. As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem. O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela administração. Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “resgate”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo. Os principais ativos financeiros da Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber e outros ativos. ii) **Passivos financeiros:** Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem contas a pagar e fornecedores e outras contas a pagar. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. Os principais passivos financeiros da Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamento, partes relacionadas. iii) **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são apresentados liqui-

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E 1º DE JANEIRO DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	3.942	3.918
Fornecedores		28	199
Passivo de arrendamento	7	303	172
Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias		87	75
Imposto de renda e contribuição social a pagar	16	152	174
Partes relacionadas	10	-	538
Dividendos a pagar	10/11	634	1.155
Outras contas a pagar		35	171
Total passivo circulante		5.181	6.402
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	25.884	29.500
Passivo de arrendamento	7	995	1.149
Total passivo não circulante		26.879	30.649
Patrimônio líquido	11		
Capital social		29.814	29.814
Reserva legal		831	698
Reserva de lucros		5.757	8.827
Total patrimônio líquido		36.402	39.339
Total do passivo		68.462	76.390

as notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	2.669	4.869
Resultado abrangente	2.669	4.869

as notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E 1º DE JANEIRO DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Reservas de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
	Capital social subscrito	Reserva legal		
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentado)	29.814	455	5.356	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	4.869
Constituição de reserva legal (Nota 11)	-	243	-	(243)
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios (Nota 11)	-	-	-	(1.155)
Constituição de reserva de lucros (Nota 11)	-	-	3.471	(3.471)
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)	29.814	698	8.827	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.669
Constituição de reserva legal (Nota 11)	-	133	-	(133)
Dividendos mínimos obrigatórios propostos (Nota 11)	-	-	-	(634)
Dividendos de exercícios anteriores propostos (Nota 11)	-	-	(4.972)	(4.972)
Constituição de reserva de lucros (Nota 11)	-	-	1.902	(1.902)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	29.814	831	5.757	36.402

dos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. iv) **Redução do valor recuperável de ativos financeiros (impairment):** A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impactado no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da Companhia de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução do valor recuperável inclui indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas não entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com **defaults**. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos e com risco insignificante de mudança de **2.5. Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são registrados, inicialmente, a valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado. Incluem aplicações financeiras de liquidez imediata e constituem garantias para cobertura dos financiamentos da Companhia, conforme previsto no Contrato de Financiamento junto ao BNDES (Nota 9). **2.6. Contas a receber de clientes:** As contas a receber tem origem nos valores de venda de energia LER, onde os valores são faturados conforme geração efetiva, dentro da quota de energia leiloada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em operações destinadas à contratação de energia de reserva. Ao vencer o leilão, a Companhia se compromete a gerar e entregar energia exclusivamente para as cotas de energia de reserva contratada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). O recebimento da comercialização LER ocorre mensalmente na proporção de 1/12 da cota anual contratada. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzida das perdas ou **impairment** como perdas incorridas e ajustadas. **2.7. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em despesa no resultado do período, quando incorridos. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos serão revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo será imediatamente baixado para seu valor recuperável se o seu valor contábil for maior do que o valor recuperável estimado. **2.8. Intangível:** O intangível inclui licenças e direitos para implantação e operação do Projeto, com vida útil definida e adiquidos de terceiros, registrados ao custo e deduzidos da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base no prazo do Contrato de Energia de Reserva (CER), 20 anos a partir do início das operações. **2.9. Empréstimos e financiamentos:** Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos envolvidos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os custos de empréstimos, que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificado, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendido, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **2.10. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Estes valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente. **2.11. Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrito a seguir. **Venda de energia elétrica:** A Companhia comercializa a energia elétrica produzida em sua planta de geração de energia eólica na seguinte modalidade: • Vendas de energia de LER, na qual os valores são faturados conforme geração efetiva, dentro da quota de energia leiloada pela ANEEL em operações destinadas à contratação de energia de reserva. Ao vencer o leilão, a Companhia se compromete a gerar e entregar energia, exclusivamente, para as cotas de energia de reserva contratada pela CCEE. O recebimento da comercialização LER ocorre mensalmente na proporção de 1/12 da cota anual contratada; e • Vendas de energia no mercado livre - PLD, na qual os valores são faturados em ambiente de contratação livre, sendo a energia destinada ao mercado de curto prazo. A receita é reconhecida no período em que há a entrega da energia comercializada. Esta modalidade de comercialização foi utilizada no período de testes dos aerogeradores. **a) Receita financeira:** A Companhia apresenta receita de caráter financeiro referente ao rendimento de aplicações financeiras, correção monetária de créditos tributários e recebimento de clientes. A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.12. Imposto de renda e contribuição social corrente:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados e seus reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. Durante os exercícios de 2022 e 2021, a Companhia optou pela tributação com base no lucro presumido. Nesta modalidade de tributação, o cálculo do imposto de renda e da contribuição social é trimestral e parte da presunção do lucro da Companhia por taxas pré-determinadas sobre o faturamento bruto acrescida das receitas financeiras e de outras receitas. O percentual de lucro presumido base para o cálculo do imposto de renda para as atividades desenvolvidas pela Companhia é encontrado através da aplicação da taxa de 8%. Sobre o lucro presumido é apurado o imposto à uma alíquota de 15%, acrescido de 10% sobre o valor que ultrapassar R\$ 60 por trimestre. O percentual de lucro presumido base para o cálculo da contribuição social para as atividades desenvolvidas pela Companhia é encontrado através da aplicação da taxa de 12%. Sobre o lucro presumido, é apurada a contribuição social à uma alíquota de 9%. **2.13 Arrendamentos:** A Companhia aplicou, de forma retrospectiva, o CPC 06(R2) vigente a partir de 1º de janeiro de 2019, que introduz um único modelo de arrendamento, substituindo o conceito de classificação entre arrendamento mercantil operacional e financeiro. O principal objetivo é definir se existe um arrendamento no contrato ou se o contrato é uma prestação de serviço. Após esta definição, se um contrato contiver um arrendamento, deverá ser contabilizado no ativo, a ser depreciado e no passivo com apropriação de encargos financeiros, usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial. **a) Como arrendatário:** Como arrendatário, a Companhia arrendou diversos ativos, incluindo imóveis, equipamentos de produção e equipamentos de TI. A Companhia classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente O Grupo. De acordo com o CPC 06(R2), a Companhia reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria desses arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial. No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual. No entanto, para arrendamentos imobiliários, a Companhia optou por não separar os componentes que não são de arrendamento e contabilizar o arrendamento e os componentes de não arrendamento associados, como um único componente de arrendamento. **b) Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06(R2):** Anteriormente, a Companhia classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R2). Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	3.374	5.368
Ajustes:		
Depreciação e amortização	3.829	3.829
Juros e atualização sobre empréstimos e financiamentos	2.837	2.515
Provisão de juros		

DIRETORIA		CONTADOR	
Luiz Carlos Borgonovi - Presidente		Rodrigo Miranda Simões - Contador CRC - 1SP 250.809/O-7	
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS			
<p>Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras Aos Acionistas e Administradores da ADS ER EÓLICA CORREDOR DO SENANDES II S.A. Hortolândia - SP</p> <p>Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da ADS ER Eólica Corredor do Senandes II S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outros assuntos - Demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício anterior examinadas por outro auditor independente: O exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (saldo de abertura 01 de janeiro de 2021), preparadas originalmente antes dos ajustes decorrentes do CPC 6 (R2) - Arrendamento, foram conduzidos sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria sem modificação, com data de 27 de abril de 2022 e 20 de abril de 2021, respectivamente. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa 2.1.1 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 e o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2020 (saldo de abertura 01 de janeiro de 2021). Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e balanço patrimonial findo em 31 de dezembro de 2020 (saldo de abertura 1 de janeiro de 2021) e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 e balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2020 (saldo de abertura 1 de janeiro de 2021) tomados em conjunto. Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras: A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma</p>		<p>alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.</p>	
		Campinas, 20 de abril de 2023.	
		<p>ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. CRC SP-027623/F Cristiane Cléria S. Hilario Sócia-Contadora CRC-1SP243766/O-8</p>	



Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

-  agencias@jornaldocomercio.com.br
-  comercial@jornaldocomercio.com.br
-  (51) 3213-1333 / 3213-1338
-  (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

ADS ER EÓLICA CORREDOR DO SENANDES III S.A.

CNPJ/MF nº 14.492.568/0001-81

BALANÇOS PATRIMONIAIS				
31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E 1º DE JANEIRO DE 2021				
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
Ativo circulante	Nota	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
		Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.263	6.885	3.324
Contas a receber de clientes	6	3.473	5.696	6.139
Impostos a recuperar		51	80	63
Outros créditos	7	1.947	1.164	106
Total do ativo circulante		12.734	13.825	9.632
Ativo não circulante				
Títulos e valores mobiliários	8	3.514	2.857	2.683
Depósito judicial	13	224	4	4
Direito de uso de ativos	9	1.338	1.397	1.455
Imobilizado	10	56.574	60.234	63.889
Intangível	11	2.039	2.213	2.388
Total do ativo não circulante		63.689	66.705	70.419
Total do ativo		76.423	80.530	80.051
Passivo circulante				
Empréstimos e financiamentos	12	4.997	4.966	4.967
Fornecedores		46	205	85
Passivo de arrendamento	9	352	196	186
Imposto de renda e contribuição social a recolher		73	61	76
Dividendos a pagar	5/14	975	1.819	143
Partes relacionadas	5	-	127	1.112
Outras contas a pagar		-	964	146
Total do passivo circulante		6.621	8.018	6.855
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos	12	32.810	37.394	42.219
Passivo de arrendamento	9	1.121	1.305	1.340
Provisão para contingências	13	156	-	128
Total do passivo não circulante		34.087	38.699	43.687
Patrimônio líquido				
Capital social		29.038	29.038	29.038
Reserva legal		580	390	112
Reserva de lucros		6.097	4.385	359
Total patrimônio líquido		35.715	33.813	29.509
Total do passivo e patrimônio líquido		76.423	80.530	80.051

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS: A ADS ER Eólica Corredor do Senandes III S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Rio Grande - RS, constituída em 13 de outubro de 2011, a qual foi adquirida pelo Grupo NC em 29 de dezembro de 2017 e tem como objeto social: (a) receber outorga de autorização pelo Ministério de Minas e Energia (MME) para estabelecer-se como produtor independente de energia; (b) desenvolver estudos, projetar, implantar, construir, operar, manter e explorar o empreendimento de geração de energia elétrica de fonte eólica denominado "Corredor do Senandes III" ("Corredor do Senandes III" ou "Projeto"); (c) comercializar a energia gerada pelo empreendimento; e (d) celebrar Contrato de Energia de Reserva relativo a energia negociada no âmbito do Leilão no 03/2011. O projeto possui capacidade instalada de 27,0 MW, tendo sido vencedor do Leilão de Energia de Reserva ("LER") realizado em 18 de agosto de 2011 ("LER 2011"), comercializando 13,2 MWm, pelo prazo de 20 anos. O Projeto faz parte do Complexo Corredor do Senandes ("Complexo"), constituído por 04 parques eólicos, que totaliza capacidade instalada de 108,0 MW, tendo comercializado 50,5 MWm no LER 2011. Esses parques compartilham a mesma subestação e linha de transmissão. O parque da Companhia é composto por 10 aerogeradores no total, todos em plena operação. O projeto está autorizado, pelo Ministério de Minas e Energia (MME), a operar como produtor independente de energia elétrica até o ano de 2047. A Com-

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO				
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021				
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
		Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Receita operacional líquida		15	16.039	15.578
Custo dos produtos vendidos		16	(7.863)	(5.705)
Lucro bruto		63	8.176	9.873
Despesas operacionais				
Gerais e administrativas		17	(246)	(89)
Outras despesas operacionais líquidas			(410)	(472)
Lucro operacional		17	7.520	9.312
Resultado financeiro, líquido		18	(2.906)	(3.115)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		4	4.614	6.197
Imposto de renda e contribuição social		19	(808)	(574)
Lucro líquido do exercício		3.806	3.806	5.623
Lucro básico e diluído por ação - R\$		20	0,11	0,16

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES				
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021				
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
		Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Lucro líquido do exercício		3.806	5.623	5.623
Resultado abrangente		3.806	3.806	5.623

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

a Companhia é controlada diretamente pela acionista ADS ER Complexo Eólico Corredor do Senandes S.A. ("Complexo do Senandes") e indiretamente pela NC Energias Renováveis S.A. A emissão das presentes demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria da Companhia em 20 de abril de 2023. **Impactos da pandemia do Covid-19:** Apesar da paralisação de vários setores produtivos e fragilidade da economia mundial, causadas pela pandemia do Coronavírus (Covid-19), até o momento a Companhia não sofreu impactos em sua operação. Adicionalmente, a Companhia possui contrato com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) que compra toda a energia gerada pela Companhia. Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do efeito financeiro nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados, ou do valor recuperável da UGC. A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão das demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas incluindo as de cunho social: • Implementação de medidas temporárias ou definitivas no quadro de funcionários, com o objetivo de reduzir as despesas salariais no médio prazo; • Medida de redução do contágio entre os colaboradores, adotando o home office, afastando os que estão mais expostos ao grupo de risco, com mulheres grávidas, colaboradores com mais de 60 anos, entre outros. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e a Lei das Sociedades por Ações, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. **2.2. Representação de valores correspondentes:** Em 1 de janeiro de 2019 entrou em vigor o CPC 06(R2) - Arrendamentos. Tendo em vista que a Companhia não realizou a implementação do referido CPC desde sua vigência, a Companhia fez adoção integral de forma retrospectiva e portanto, reapresentou suas demonstrações financeiras a fim de demonstrar os impactos efetivos da norma vigente seguindo as orientações estabelecidas pelo CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Os saldos reapresentados foram afetados da seguinte forma: a) Balanço patrimonial:

	31/12/2021		Reapresentado	01/01/2021		Reapresentado
	Originalmente apresentado	Ajustes		Originalmente apresentado	Ajustes	
Ativo						
Total do ativo circulante			13.825			9.632
Ativo não circulante						
Direito de uso de ativos		-	-	1.397	-	1.455
Outros ativos não circulantes		65.308	-	65.308	-	68.964
Total do ativo não circulante		65.308	1.397	68.964	1.455	70.419
Total do ativo		79.133	1.397	80.530	1.455	80.051
Passivo e patrimônio líquido						
Passivos de arrendamento		-	196	-	186	186
Outros passivos circulantes		7.822	-	7.822	-	6.669
Total do passivo circulante		7.822	196	8.018	186	6.855
Passivos de arrendamento		-	1.305	-	1,340	1,340
Outros passivos não circulantes		37.394	-	37.394	-	42,347
Total do passivo não circulante		37.394	1.305	38.699	1,340	43.687
Prejuízos acumulados		4,281	104	4,385	71	359
Outros itens do patrimônio líquido		29,428	-	29,428	-	29,150
Total Patrimônio líquido		33,709	104	33,813	71	29,509
Total do passivo e patrimônio líquido		78,925	1.605	80,530	1,597	80,051

e liquidar o passivo simultaneamente. iv) Redução do valor recuperável de ativos financeiros ("Impairment"): A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da Companhia de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem a caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos e com risco insignificante de mudança de valor. **2.5. Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são registrados, inicialmente, a valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado. Incluem aplicações financeiras de liquidez imediata e constituem garantias para cobertura dos financiamentos da Companhia, conforme previsto no Contrato de Financiamento junto ao BNDES (Nota 7). **2.6. Contas a receber de clientes:** As contas a receber têm origem nos valores de venda de energia LER, onde os valores são faturados conforme geração efetiva, dentro da quota de energia leilada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em operações destinadas à contratação de energia de reserva. Ao vencer o leilão, a Companhia se compromete a gerar e entregar energia exclusivamente para as cotas de energia de reserva contratada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). O recebimento da comercialização LER ocorre mensalmente na proporção de 1/12 da cota anual contratada. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzida das perdas ou impairment como perdas incorridas ou estimadas. **2.7. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os outros subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em despesa no resultado do período, quando incorridos. A depreciação é calculada usando o método linear para alcar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos serão reavaliados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo será imediatamente baixado para seu valor recuperável se o seu valor contábil for maior do que o valor recuperável estimado. **2.8. Intangível:** O intangível inclui licenças e direitos para implantação e operação do Projeto, com vida útil definida e adquiridos de terceiros, registrados ao custo e deduzidos da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base no prazo do Contrato de Energia de Reserva (CER), 20 anos a partir do início das operações. **2.9. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **2.10. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigadas a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Estes valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente. **2.11. Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das deduções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia conforme

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021					
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2021 (reapresentado)	29.038	112	359	-	29.509
Lucro líquido do exercício	-	-	-	5.623	5.623
Constituição de reserva legal (Nota 13)	-	278	-	(278)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 13)	-	-	-	(1.319)	(1.319)
Constituição de reserva de lucros (Nota 13)	-	-	4.026	(4.026)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (reapresentado)	29.038	390	4.385	-	33.813
Lucro líquido do exercício	-	-	-	3.806	3.806
Constituição de reserva legal (Nota 13)	-	190	-	(190)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 13)	-	-	-	(904)	(904)
Dividendos adicionais propostos (Nota 13)	-	-	-	(1.000)	(1.000)
Constituição de reserva de lucros (Nota 13)	-	-	1.712	(1.712)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	29.038	580	6.097	-	35.715

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021					
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	4.614	6.197			
Ajustes					
Depreciação e amortização	3.938	3.941			
Provisão para contingências	156	(128)			
Provisão de juros	159	162			
Juros e atualização monetária sobre financiamento	3.598	3.189			
Baixa de ativo imobilizado	2	-			
Variações nos ativos e passivos	2.223	443			
Contas a receber de clientes	29	(45)			
Impostos a recuperar	(626)	(1.058)			
Outros créditos	(159)	120			
Fornecedores	(967)	(145)			
Partes relacionadas	(159)	(15)			
Impostos a recolher	(270)	(23)			
Outras contas a pagar	(220)	(220)			
Depósitos judiciais	12.308	12.638			
Caixa proveniente das operações	12.308	12.638			
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos			(3.313)	(3.190)	
Imposto de renda e contribuição social pagos			(641)	(506)	
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais			8.354	8.942	
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Títulos e valores mobiliários			(657)	(174)	
Aquisições de bens do ativo imobilizado			(46)	(52)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos			(703)	(226)	
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Pagamento de empréstimos e financiamentos			(4.838)	(4.825)	
Pagamento de arrendamentos			(187)	(187)	
Pagamento de dividendos			(2.248)	(1.43)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento			(7.273)	(5.155)	
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa			378	3.561	
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício			6.885	3.324	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício			7.263	6.885	
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa			378	3.561	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

descrição a seguir: **a) Venda de energia elétrica:** A Companhia comercializa a energia elétrica produzida em sua planta de geração de energia eólica nas seguintes modalidades: • Vendas de energia de LER, na qual os valores são faturados conforme geração efetiva, dentro da quota de energia leilada pela ANEEL em operações destinadas à contratação de energia de reserva. Ao vencer o leilão, a Companhia se compromete a gerar e entregar energia, exclusivamente, para as cotas de energia de reserva contratada pela CCEE. O recebimento da comercialização LER ocorre mensalmente na proporção de 1/12 da cota anual contratada; • Vendas de energia no mercado livre - PLD, na qual os valores são faturados em ambiente de contratação livre, sendo a energia destinada ao mercado de curto prazo. A receita é reconhecida no período em que há a entrega da energia comercializada. Esta modalidade de comercialização foi utilizada no período de testes dos aerogeradores. **b) Receita financeira:** A Companhia apresenta receita de caráter financeiro referente ao rendimento de aplicações financeiras, correção monetária de créditos tributários e recebimento de clientes. A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido do ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem à interpretação; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. Durante os exercícios apresentados, a Companhia optou pela tributação com base no lucro presumido. Nesta modalidade de tributação, o cálculo do imposto de renda e da contribuição social é trimestral e parte da presunção do lucro da Companhia por taxas pré-determinadas sobre o faturamento bruto acrescida das receitas financeiras e de outras receitas. O percentual de lucro presumido base para o cálculo do imposto de renda para as atividades desenvolvidas pela Companhia é encontrado através da aplicação da taxa de 8%. Sobre o lucro presumido, é apurado o imposto à uma alíquota de 15%, acrescido de 10% sobre o valor que ultrapassar R\$ 60 por trimestre. O percentual de lucro presumido base para o cálculo da contribuição social para as atividades desenvolvidas pela Companhia é encontrado através da aplicação da taxa de 12%. Sobre o lucro presumido, é apurada a contribuição social à uma alíquota de 9%. **2.13. Arrendamentos:** A Companhia aplicou, de forma retrospectiva o CPC 06(R2) vigente a partir de 1

ADS ER EÓLICA CORREDOR DO SENANDES IV S.A.

CNPJ/MF nº 14.528.941/0001-07

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E 1º DE JANEIRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Table with columns: Ativo, Nota, 31/12/2022, 31/12/2021, 01/01/2021. Rows include Ativo circulante, Ativo não circulante, and Total do ativo.

as notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Table with columns: Lucro líquido do exercício, Resultado abrangente, 2022, 2021. Rows show financial results for 2022 and 2021.

as notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

as notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E 1º DE JANEIRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Table with columns: Saldos em 1 de janeiro de 2021, Lucro líquido do exercício, Constituição da reserva legal, etc. Rows show changes in equity components.

as notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais – A ADS ER Eólica Corredor do Senandes IV S.A. (‘‘Companhia’’) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Rio Grande - RS, constituída em 13 de outubro de 2011, a qual foi adquirida pelo Grupo NC em 29 de dezembro de 2016 e tem como objeto social: (a) receber outorga de autorização pelo Ministério de Minas e Energia (‘‘MME’’) para estabelecer-se como produtor independente de energia; (b) desenvolver estudos, projetar, implantar, construir, operar, manter e explorar o empreendimento de geração de energia elétrica de fonte eólica denominado ‘‘Corredor do Senandes IV’’ (‘‘Corredor do Senandes IV’’ ou o ‘‘Projeto’’); (c) comercializar a energia gerada pelo empreendimento; e (d) celebrar Contrato de Energia de Reserva relativo à energia negociada no âmbito do Leilão nº 03/2011. O projeto possui capacidade instalada de 29,7 MW, tendo sido vencedor do Leilão de Energia de Reserva (‘‘LER’’) realizado em 18 de agosto de 2011 (‘‘LER 2011’’), comercializando 12,9 MWm pelo prazo de 20 anos. O Projeto faz parte do Complexo Corredor do Senandes (‘‘Complexo’’), constituído por 4 parques eólicos, que totaliza capacidade instalada de 108,0 MW, tendo comercializado 50,5 MWm no LER 2011. Esses parques compartilham a mesma subestação e linha de transmissão. O parque da Companhia é composto por 11 aerogeradores no total, todos em plena operação. O projeto está autorizado, pelo Ministério de Minas e Energia (‘‘MME’’), a operar como produtor independente de energia elétrica até o ano de 2047. A Companhia é controlada diretamente pela acionista ADS ER Complexo Eólico Corredor do Senandes S.A. (‘‘Complexo do Senandes’’ e indiretamente pela NC Energias Renováveis S.A. A emissão das presentes demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 20 de abril de 2023. Impactos à pandemia do COVID-19: Apesar da paralisação de vários setores produtivos e fragilidade da economia mundial, causadas pela pandemia do Corona virus (Covid-19), até o momento a Companhia não sofreu impactos em sua operação. Adicionalmente, a Companhia possui contrato com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (‘‘CCEE’’) que compra toda a energia gerada pela Companhia. Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente praticável fazer uma

estimativa do efeito financeiro nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados, ou do valor recuperável da UGC. A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas incluindo as de cunho social: i) Implementação de medidas temporárias ou definitivas no quadro de funcionários, com o objetivo de reduzir as despesas salariais no médio prazo. ii) Medida de prevenção do contágio entre os colaboradores, adotando o home office, afastando os que estão mais expostos ao grupo de risco, como mulheres grávidas, colaboradores com mais de 60 anos, entre outros. 2. Resumo das principais políticas contábeis – As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. 2.1. Base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e Lei das Sociedades por Ações, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. 2.2. Representação de valores correspondentes: Em 1 de janeiro de 2019 entrou em vigor o CPC 06(R2) – Arrendamentos. Tendo em vista que a Companhia não realizou a implementação do referido CPC desde sua vigência, a Companhia fez a adoção integral de forma retrospectiva e portanto, representou suas demonstrações financeiras a fim de demonstrar os impactos efetivos da norma vigente seguindo as orientações estabelecidas pelo CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Os saldos representados foram afetados da seguinte forma: a) Balanço patrimonial referente 31 de dezembro de 2021 e 1 de janeiro de 2021

Table showing adjustments for the adoption of CPC 06(R2) and CPC 23. Columns include Originalmente apresentado, Ajustes, Reapresentado, and 31/12/2021, 01/01/2021. Rows include Ativo, Passivo e patrimônio líquido, and Total do ativo/passivo e patrimônio líquido.

b) Demonstração de resultado:

Table showing adjustments for the adoption of CPC 06(R2) and CPC 23. Columns include Originalmente apresentado, Ajustes, Reapresentado, and 31/12/2021. Rows include Receita operacional líquida, Custo dos imóveis vendidos, Lucro bruto, Receitas (despesas) operacionais, Lucro antes do resultado financeiro, Resultado financeiro, Lucro antes dos impostos, Lucro líquido do exercício, and Total do passivo e patrimônio líquido.

significativa, a um terceiro por força de um acordo de ‘‘repasso’’; e (a) a Companhia transfereu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo. Os principais ativos financeiros da Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber e outros ativos. ii) Passivos financeiros: Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Os passivos financeiros da Companhia que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecidos na demonstração do resultado. Os principais passivos financeiros da Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamento, partes relacionadas. iii) Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. iv) Redução do valor recuperável de ativos financeiros (impairment): A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (‘‘um evento de perda’’ incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da Companhia de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults. 2.4. Caixa e equivalentes de caixa: Incluem a caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originários de três meses ou menos e com risco insignificante de mudança de valor. 2.5. Títulos e valores mobiliários: Os títulos e valores mobiliários são registrados, inicialmente, a valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado. Incluem aplicações financeiras de liquidez imediata e constituem garantias para cobertura dos rendimentos da Companhia, conforme previsto no Contrato de Financiamento junto ao BNDES (Nota Explicativa nº 10). 2.6. Contas a receber de clientes: As contas a receber têm origem nos valores de venda de energia LER, onde os valores são faturados conforme geração efetiva, dentro da quota de energia leiloada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (‘‘ANEEL’’) em operações destinadas à contratação de energia de reserva. Ao vencer o leilão a Companhia se compromete a gerar e entregar energia exclusivamente para as cotas de energia de reserva contratada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (‘‘CCEE’’). O recebimento da comercialização LER ocorre mensalmente na proporção de 1/12 da cota anual contratada. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de ju-

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Table with columns: Nota, 31/12/2022, 31/12/2021, 01/01/2021. Rows include Receita operacional líquida, Custo dos produtos vendidos, Lucro bruto, Despesas operacionais, Lucro operacional, Lucro antes do imposto de renda e contribuição social, Lucro líquido do exercício, and Lucro básico e diluído por ação - R\$.

as notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

ros, deduzida das perdas ou impairment. 2.7. Imobilizado: O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em despesa no resultado do período, quando incorridos. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos serão reavaliados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo será imediatamente baixado para seu valor recuperável se o seu valor contábil for maior do que seu valor recuperável estimado. 2.8. Intangível: Representado por licenças e direitos para implantação e operação, com vida útil definida e adquiridos de terceiros, são registrados os custos e serão deduzidos da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida inicialmente com base no prazo do Contrato de Energia de Reserva (‘‘CER’’), 20 anos a partir do início das operações. 2.9. Empréstimos e financiamentos: Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar será reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, a partir da entrada em operação, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os custos de empréstimos, que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. 2.10. Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Estes valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente. 2.11. Reconhecimento da receita: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia conforme descrita a seguir. a) Venda de energia elétrica: A Companhia comercializou a energia elétrica produzida em sua planta de geração de energia eólica nas seguintes modalidades: • Vendas de energia de LER, no qual os valores são faturados conforme geração efetiva, dentro da quota de energia leiloada pela ANEEL em operações destinadas à contratação de energia de reserva. Ao vencer o leilão, a Companhia se compromete a gerar e entregar energia, exclusivamente, para as cotas de energia de reserva contratada pela CCEE. O recebimento da comercialização LER ocorre mensalmente na proporção de 1/12 da cota anual contratada; • Vendas de energia no mercado livre - PLD, no qual os valores são faturados em ambiente de contratação livre, sendo a energia destinada ao mercado de curto prazo. A receita é reconhecida no período em que há a entrega da energia comercializada. Esta modalidade de comercialização foi utilizada no período de testes dos aerogeradores. b) Receita financeira: A Companhia apresenta receita de caráter financeiro referente a rendimento de aplicações financeiras, correção monetária de créditos tributários e recebimento de clientes. A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. 2.12. Imposto de renda e contribuição social correntes: As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes. Os impostos sobre o lucro são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. Durante o exercício de 2020, a Companhia optou pela tributação com base no lucro presumido. Nesta modalidade de tributação, o cálculo do imposto de renda e a contribuição social é trimestral e parte da presunção do lucro da Companhia por taxas pré-determinadas sobre o faturamento bruto acrescida das receitas financeiras e de outras receitas. O percentual de lucro presumido, base para o cálculo do imposto de renda e contribuição social para as atividades desenvolvidas pela Companhia, é encontrado através da aplicação da taxa de 8% e 12%, respectivamente. Sobre o lucro presumido, é aplicado o imposto à alíquota de 15% e 12% (IR e CS, respectivamente), acrescido, para o IR, de 10% sobre o valor que ultrapassar R\$ 60 por trimestre. 2.13. Arrendamentos: A Companhia aplicou, de forma retrospectiva, o CPC 06(R2), vigente a partir de 1º de janeiro de 2019, que introduz um único modelo de arrendamento, substituindo o conceito de classificação entre arrendamento mercantil operacional e financeiro. O principal objetivo é definir se existe um arrendamento nos contratos ou se o contrato é uma prestação de serviço. Após esta definição, se um contrato contiver um arrendamento, deverá ser contabilizado no ativo, a ser depreciado e no passivo com apropriação de encargos financeiros, usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial. a) Como arrendatário: Como arrendatário, a Companhia arrendou diversos ativos, incluindo imóveis, equipamentos de produção e equipamentos de TI. A Companhia classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente a Companhia. De acordo com o CPC 06(R2), a Companhia reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria desses arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial. No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aplica a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual. No entanto, para arrendamentos imobiliários, a Companhia optou por não separar os componentes que não são de arrendamento e contabilizar o arrendamento e os componentes de não arrendamento associados, como um único componente de arrendamento. b) Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06(R2): Anteriormente, a Companhia classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R2). Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental da Companhia. Os ativos de direito de uso são mensurados: • Pelo seu valor contábil como se o CPC 06(R2) tivesse sido aplicado desde a data de aplicação inicial, descontado usando a taxa de empréstimo incremental do Grupo na data da aplicação inicial; a Companhia aplicou essa abordagem ao seu maior arrendamento imobiliário; ou • Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados; a Companhia aplicou essa abordagem a todos os outros arrendamentos mercantis. A Companhia testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável. A Companhia utilizou vários expedientes práticos ao aplicar o CPC 06(R2) a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R2). Em particular: • Não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial; • Não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI); • Excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e • Utilizou retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento. b) Impacto nas demonstrações financeiras: A Companhia optou pela abordagem de transição retrospectiva modificada simplificada, sem realização de reapresentações dos períodos comparativos, adotando os seguintes critérios de reconhecimento e mensuração inicial dos ativos e passivos: • Reconhecimento de passivo de arrendamento mercantil na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do passivo de arrendamento mercantil foi realizada ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontada a partir das taxas de juros incrementais de empréstimo, agrupadas por natureza do ativo, região e prazo contratual; e • Reconhecimento de ativo de direito de uso na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do ativo de direito de uso ao valor equivalente ao passivo de arrendamento mercantil, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial. Ao mensurar os passivos de arrendamento para arrendamentos classificados como operacionais, a Compa-

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Table with columns: Fluxo de caixa das atividades operacionais, Fluxo de caixa das atividades de investimento, Fluxo de caixa das atividades de financiamento, 2022, 2021. Rows show cash flows for 2022 and 2021.

as notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

nha descontou os pagamentos de arrendamento utilizando sua taxa incremental sobre empréstimo em 1º de janeiro de 2022. Segue abaixo taxa de desconto aplicada:

Table with columns: Até um ano, Até dois anos, Até cinco anos, Até dez anos, Até vinte anos, Acima de vinte anos, Contratos 2022, Contratos 2021. Rows show discount rates for different contract durations.

2.14 Principais julgamentos e estimativas contábeis: Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas este período ou períodos posteriores, caso a revisão afete tanto o período presente como períodos futuros. A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis: a) Provisões para riscos: A Companhia é parte de processos civis, como descrito na Nota 12. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes aos processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que a provisão para riscos civis está corretamente apresentada nas demonstrações financeiras de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes onde uma provisão deve ser constituída quando: (i) A entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; (ii) Seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação; (iii) Possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida. 2.15. Novas normas contábeis - Novas e alterações/atualizações ocorridas: a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022: A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2022 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1): As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como: • Contrato Oneroso - custos de cumprimento de contrato; • Ativo imobilizado - vendas antes do uso pretendido; e • Referências à Estrutura conceitual. A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022. Contrato Oneroso - custos de cumprimento de contrato: Um contrato oneroso é o contrato sob o qual os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato (ou seja, os custos que a empresa não pode evitar porque possui o contrato) excedem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos. As alterações especificam que, ao avaliar se um contrato é oneroso ou gerador de perdas, a entidade precisa incluir custos que se relacionam diretamente com o contrato de fornecimento de bens ou serviços, incluindo custos incrementais (por exemplo, os custos de mão de obra direta e materiais) e a alocação de custos diretamente relacionados às atividades do contrato (por exemplo, depreciação de equipamentos usados para cumprir o contrato e custos de gerenciamento e supervisão do contrato). Os custos gerais e administrativos não estão diretamente relacionados a um contrato e são excluídos, a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da empresa já que não foi identificado nenhum contrato como oneroso. b) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022: Referências à Estrutura conceitual: As alterações substituem uma referência a uma versão anterior da Estrutura Conceitual do IASB por uma referência à versão atual emitida em março de 2018 sem alterar significativamente seus requisitos. As alterações adicionam uma exceção ao princípio de reconhecimento da IFRS 3 Business Combinations (equivalente ao CPC 15 (R1) - Combinação de negócios) para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas do dia 2º decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam dentro do escopo da IAS 37 Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets (equivalente ao CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) ou IFRIC 21. Levies, se incorridas separadamente. A exceção exige que as entidades apliquem os critérios da IAS 37 ou IFRIC 21, respectivamente, em vez da Estrutura Conceitual, para determinar se existe uma obrigação presente na data de aquisição. As alterações também adicionam um novo parágrafo à IFRS 3 para esclarecer que os ativos contingentes não se qualificam para reconhecimento na data de aquisição. De acordo com as disposições transitórias, a empresa aplica as alterações prospectivamente, ou seja, para combinações de negócios que ocorram após o início do período de relatório anual em que aplica as alterações pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Empresa uma vez que não existiam ativos, passivos ou passivos contingentes no âmbito dessas alterações que surgiram durante o período. IFRS 1 First-time Adoption of International Financial Subsidiária como adotante pela primeira vez: A alteração permite que uma subsidiária que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1 (equivalente ao CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade) mensurar as diferenças cumulativas de conversão usando os valores reportados nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para a IFRS, se nenhuma ajuste foi feito para consolidação procedimentos e para os efeitos da combinação de negócios em que a controladora adquiriu a controlada. Esta alteração também se aplica a uma coligada ou joint venture que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Empresa por não ser uma adotante pela primeira vez. IFRS 9 Financial Instruments - Taxas no teste de 10 por cento para baixa de passivos financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros): A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro. De acordo com as disposições transitórias, a Companhia aplica a emenda aos passivos financeiros em que as taxas modificadas ou trocadas no ou após o início do período de relatório anual em que a entidade aplica a emenda pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da empresa, pois não houve modificações nos instrumentos financeiros da empresa durante o período. IAS 41 Agricultura - Tributação em mensuração a valor justo (equivalente ao CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola): A alteração remove a exigência do parágrafo 22 da IAS 41 de que as entidades excluam os fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo dos ativos dentro do escopo da IAS 41. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia uma vez que não possuía ativos no âmbito da IAS 41 à data de relato. b) Normas emitidas, mas ainda não vigentes: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. A Empresa pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. IFRS 17 - Contratos de Seguro: Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresen-

